

Rio de Janeiro Patrimônio Mundial: a “invisível” paisagem

entre a montanha e o mar



Flora Cardoso

Orientação:
Ana Rita Sá Carneiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

***Rio de Janeiro Patrimônio Mundial:
a “invisível” paisagem
entre a montanha e o mar.***

Flora Cardoso

Orientadora: Prof^ª PhD. Ana Rita Sá Carneiro

Recife
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

***Rio de Janeiro Patrimônio Mundial:
a “invisível” paisagem
entre a montanha e o mar.***

Flora Oliveira da Souza Cardoso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Prof^a PhD. Ana Rita Sá Carneiro

Recife, junho de 2016.

C268r Cardoso, Flora Oliveira de Souza
Rio de Janeiro patrimônio mundial: a “invisível” paisagem entre a
montanha e o mar / Flora Oliveira de Souza Cardoso. – Recife, 2016.
137 f.: il., fig.

Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2016.

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Paisagem cultural. 2. Rio de Janeiro. 3. Patrimônio mundial. 4.
Paisagem urbana. I. Ribeiro, Ana Rita Sá Carneiro (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2016-203)

Ata da décima defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, no dia
08 de julho de 2016.

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e dezesseis (2016), às 10 horas, no Mini Auditório 1 do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da dissertação intitulada “RIO DE JANEIRO PATRIMÔNIO MUNDIAL: A “INVISÍVEL” PAISAGEM ENTRE A MONTANHA E O MAR” da aluna Flora Oliveira de Souza Cardoso, na área de concentração Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Professora Ana Rita Sá Carneiro. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Urbano. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 23 de maio de 2016, na sua 8ª Reunião e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.029211/2016-11, em 08 / 07 / 2016, composta pelos Professores: Tomás de Albuquerque Lapa, MDU/UFPE, Lúcia Maria Siqueira de Cavalcanti Veras (DAU/UFPE) e Maria da Conceição Alves de Guimaraens (DAP/UFRJ). Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção APROVADA da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Renata de Albuquerque Silva, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 08 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Rita Sá Carneiro

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa

Profa. Lúcia Maria Siqueira de Cavalcanti Veras

Profa. Maria da Conceição Alves de Guimaraens

Flora Oliveira de Souza Cardoso

Renata de Albuquerque Silva (Secretária)

Indicado para publicação ()

Agradecimentos

Esta pesquisa teve seu início ainda no Rio de Janeiro, na minha saudosa Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Naqueles dois edifícios históricos entrei em contato com as primeiras noções de patrimônio através das disciplinas do curso e da iniciação científica. Esse primeiro contato me encaminhou para minha segunda escola, o Palácio Gustavo Capanema junto aos técnicos do IPHAN, onde fui apresentada a um novo mecanismo de preservação do patrimônio, a paisagem cultural, tema que viria a aprofundar durante minha especialização na Fundação Oswaldo Cruz.

Em 2014 trouxe para Recife meu desejo por estudar a paisagem cultural do Rio de Janeiro, e desde então o MDU tem sido minha nova escola, principalmente o Laboratório da Paisagem, onde tive o privilégio de debater minha pesquisa e contribuir para a construção coletiva do conhecimento. Agradeço imensamente a todos os membros deste importante espaço para minha formação, e especialmente para a Ana Rita que com muita paciência e curiosidade me orientou nesta jornada.

Dentre os momentos marcantes dessa jornada está minha defesa de projeto, onde tive contribuições importantíssimas das professoras Lúcia Veras e Julieta Leite, que me mostraram que às vezes um passo para trás nos joga para frente. Outras pessoas foram importantes ao longo deste caminhar e merecem minha gratidão: os professores e funcionários do MDU, especialmente Renata, nossa super secretária; os colegas de turma, Fábio Cavalcanti, que sempre esteve disponível para as minhas emergências de ideias; Patrícia Menezes, Sabrina Machry, Geisa Beyer, Thais Ponte, Dani Esposito e Juliana Santos que estiveram sempre próximas, oferecendo apoio e bons momentos de conversas e risos. E fora do MDU tive o apoio de amigos que conquistei em Recife, em especial a Larissa Araújo com quem dividi a casa e as agonias de uma dissertação; e ao Zé pelo amor e companheirismo nestes últimos meses de escrita. Também agradeço ao CNPq pelo fomento da pesquisa.

E por fim, agradeço imensamente a aqueles que me acompanharam de longe e que me deram todo o apoio que eu precisei, a minha família e meus amigos queridos. Dedico esta dissertação a vocês, cariocas da gema e de coração.

Resumo

A paisagem cultural do Rio de Janeiro foi inscrita em 2012 na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO sob o título *Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*. Trata-se de um trecho que acompanha a orla da cidade junto à baía de Guanabara, e que inclui também os maciços do Parque Nacional da Tijuca e sua grande floresta urbana. Apesar da justificativa do valor patrimonial, o trecho da área urbana localizada entre a montanha e o mar não faz parte da delimitação da paisagem cultural. Essa ocorrência levantou questionamentos quanto ao trato da paisagem como patrimônio, principalmente das paisagens urbanas. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi verificar em que medida os critérios da UNESCO para inscrição de paisagens culturais contemplam as características urbanas da cidade do Rio de Janeiro. A partir de um estudo teórico-conceitual sobre a paisagem e de sua relação com o patrimônio foi definida a abordagem da paisagem, segundo Berque, como uma entidade relacional entre o homem e o meio. Então parte-se para caracterizar a cidade do Rio de Janeiro por sua riqueza geográfica ao longo da história analisando a relação intrínseca cidade e natureza no processo de urbanização que revelou sua paisagem ao mundo para designá-la de valor excepcional universal. Práticas locais, como a Convenção Europeia da Paisagem, mostraram que a UNESCO não tem contemplado as demandas contemporâneas das paisagens, pois os critérios utilizados pela organização privilegiam a relação literal entre homem e meio, como as atividades agrícolas ou espirituais, e pouco atendem aos contextos mais complexos como os urbanos. A inclusão da paisagem carioca na Lista do Patrimônio Mundial se configura como uma exceção, assim como a paisagem cultural da cidade turca Diyarbakir. Em ambas o caráter das paisagens culturais está vinculado aos atributos naturais, sendo valorizadas por suas visadas, distanciando-se dos atributos urbanos considerados de difícil gestão. Essas duas questões, a dificuldade de gestão e o trato da paisagem como “imagem”, negligenciam suas características culturais intangíveis, e são responsáveis pela invisibilização das paisagens urbanas como patrimônio cultural.

Palavras-chave: paisagem cultural, Rio de Janeiro, patrimônio mundial, paisagem urbana.

Abstract

Rio de Janeiro's cultural landscape was registered on the World Heritage List from UNESCO in 2012 under the title *Rio de Janeiro, Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea*. The subject matter is a segment that follows the waterline between the city and the Guanabara Bay, including the Tijuca National Park mountain range and its large urban forest. Despite the justification of the heritage value, the urban area located between the mountain and the sea was disregarded in the delimitation of the cultural landscape. This incident raised questions on the treatment of landscape as heritage, especially with urban landscapes. Thus, the objective of the research was to determine to what extent the UNESCO criteria for inscription of cultural landscapes include the urban characteristics of the city of Rio de Janeiro. Based on a theoretical-conceptual study of this landscape and its relationship with the concept of heritage the approach adopted has been defined the landscape, according Berque as a relational entity between man and the environment. So part to characterize the city of Rio de Janeiro by its geographical wealth throughout history by analyzing the intrinsic relationship between city and nature in the urbanization process which revealed the landscape to the world to designate it universal exceptional value. Local practices such as the European Landscape Convention, showed that UNESCO has not contemplated contemporary demands on landscapes; the criteria used by the organization favor the literal relationship between man and environment, such as agricultural or spiritual activities, and just meet the most complex environments such as urban. The inclusion of Rio's landscape in the World Heritage List is configured as an exception, as well as the cultural landscape of the Turkish city Diyarbakir. In both the character of cultural landscapes is linked to natural attributes, being valued for their target, distancing himself from urban attributes considered unwieldy. These two issues, the difficulty of management and landscape treatment as "image", neglect their intangible cultural characteristics, and are responsible for the invisibility of urban landscapes as cultural heritage.

Keywords: cultural landscape, Rio de Janeiro, world heritage, urban landscape.

Sumário

8 Siglas

11 **Introdução**

CAPÍTULO 1

17 **Paisagem do Rio de Janeiro**

18 1.1. Paisagem, uma entidade relacional

25 1.2. Rio de Janeiro: espaço e tempo

CAPÍTULO 2

38 **Paisagem como Patrimônio**

39 2.1. O caminho da paisagem patrimônio

53 2.2. A paisagem patrimônio da UNESCO

CAPÍTULO 3

67 **Rio de Janeiro Patrimônio Mundial**

68 3.1. Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar

79 3.2. Entre o desejo e o título

87 3.3. A invisível paisagem urbana

98 **Cidade-natureza: entre o símbolo e o cotidiano**

105 Referências Bibliográficas

111 Anexos

132 Apêndices

Siglas

ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas;
APAP – Asociación Peruana de Arquitectura del Paisaje
ASOPAICO – Asociación Costarricense de Paisajismo
AUDADP – Asociación Uruguaya de Arquitectura de Paisaje
CAAP – Centro Argentino de Arquitectos Paisajistas
CAAPPR – Asociación de Arquitectos Paisajistas de Puerto Rico
CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COE - Council of Europe (Conselho da Europa)
GLF - Global Landscape Forum (Fórum Global da Paisagem)
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICHAP – Instituto Chileno de Arquitectos Paisajistas
ICOMOS - International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumento e Sítios)
IFLA - International Federation of Landscape Architects (Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas)
ILC - International Landscape Convention (Convenção Internacional da Paisagem)
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN - International Union for Conservation of Nature (União Internacional para Conservação da Natureza)
LALI - Latin American Landscape Initiative (Iniciativa Latino America da Paisagem)
SAP – Sociedad Colombiana de Arquitectos Paisajistas
SAPE – Sociedad de Arquitectos Paisajistas del Ecuador
SAPEMA – Sociedad de Arquitectos Paisajistas, Ecología y Medio Ambiente de Bolívia
SAPM – Sociedad de Arquitectos Paisajistas de Mexico
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SVAP – Sociedade Venezolana de Arquitectos Paisajistas
UIPN - União Internacional para Proteção da Natureza
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

“Tudo aqui é harmonia, a cidade e o mar, a vegetação e os montes, tudo isso de certo modo se combina harmoniosamente; mesmo os arranha-céus, os navios e os letreiros luminosos multicores não perturbam o panorama; e essa harmonia repete-se com acordes sempre variados. A cidade, vista dos morros, é uma e, vista do mar, é outra; mas por toda parte há harmonia, pormenores que se reúnem para constituírem uma unidade sempre completa. O Rio de Janeiro é uma natureza que se tornou cidade, e é uma cidade que dá impressão de natureza.”¹

¹ ZWEIG, 1941, p.244.

Introdução

Segundo o que nos conta a história, em 1502 a caravela do português Gaspar de Lemos encontrou águas calmas cercadas por montanhas, a baía de Guanabara, que se mostrou como um local perfeito para a criação de um povoado. E foi o que ocorreu. Do lado esquerdo da entrada da baía, junto a uma grande montanha de pedra, o atual Pão de Açúcar, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A cena estava posta, e através de uma sequência de felizes acasos, uma grande cidade cresceu entrelaçada a um sítio de beleza natural, composto por montanhas, floresta e mar.

Em quatro séculos e meio a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser apenas um porto no período colonial, para se tornar uma das grandes metrópoles mundiais fruto de uma profunda relação entre elementos naturais e construídos. Como o escritor austríaco Stefan Zweig² (1941, p.244) nos apresenta, “O Rio de Janeiro é uma natureza que se tornou cidade, e é uma cidade que dá impressão de natureza”, ou seja, não é possível dissociar a forma atual da cidade de seu sítio original.

Essa característica específica, de uma cidade-natureza, inspirou diversas expressões culturais, tais como a poesia e a música, que vieram a fortalecer os símbolos tangíveis dessa cidade. Quem não reconhece o Rio de Janeiro pelo Pão de Açúcar, ou a estátua do Cristo Redentor e o calçadão de Copacabana? Óbvio que o Rio não é apenas os seus ícones. Na realidade podemos dizer que existem vários “Rios de Janeiro” - o meu Rio é o da Tijuca e suas praças, a Vila Isabel dos sambas, e a Lapa da boemia.

Mas o “Rio de Janeiro” que lhe garantiu fama internacional foi o Rio da Bossa Nova de Tom Jobim, Vinícius de Moraes e da *Garota de Ipanema*³, nos bairros da zona sul presenteados com belas praias. De um modo geral, a Zona Sul guarda os preciosos símbolos da cidade, inclusive a paisagem, que ilustra os cartões-postais levando sua imagem para o mundo.

² Stefan Zweig (1881 - 1942) foi um escritor austríaco de origem judaica, que durante a Segunda Guerra Mundial se exilou no Brasil, onde escreveu o ensaio *Brasil, País do Futuro* (1942).

³ Famosa música composta por Vinícius de Moraes e Antonio Carlos Jobim em 1962.

Não é de se surpreender que ao propor o Rio de Janeiro como um Patrimônio Mundial⁴ se tenha escolhido o trecho que expressa essa paisagem emblemática.

Como carioca, possuo relações afetivas com a cidade do Rio de Janeiro, é nela onde estão meus lugares de memória e as minhas paisagens vividas, mas tenho consciência de que esta cidade proporciona diversas relações, valores e significados. A paisagem do Rio de Janeiro também está submetida a estas múltiplas percepções, tendo a pluralidade e complexidade como sua essência. Associado ao entendimento empírico do que é a paisagem do Rio de Janeiro, com minha experiência sobre a introdução da paisagem cultural como uma nova categoria de patrimônio para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recebi com extrema curiosidade os debates sobre a inclusão da paisagem cultural do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial.

A princípio minha curiosidade recaiu sobre o planejamento e gestão para a preservação do sítio, tema que abordei em meu trabalho final para a especialização em gestão e preservação do patrimônio cultural que realizei na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Este era o objetivo inicial ao levar a questão da paisagem cultural do Rio de Janeiro para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, abordando pelo viés do planejamento urbano. Porém, ao me aprofundar sobre a noção de paisagem e sua concepção como um bem patrimonial percebi que era necessário dar um passo para trás, e investigar o processo de titulação.

Em 2012 a cidade do Rio de Janeiro foi considerada Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na categoria paisagem cultural com o título *Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*. A categoria paisagem cultural vem sendo praticada pela UNESCO desde 1992, gerando a inscrição de mais de noventa paisagens. A inserção da paisagem como um bem patrimonial foi um importante passo para um reconhecimento pleno das expressões culturais em diversos contextos mundiais.

A delimitação do sítio teve como base uma das visadas mais emblemáticas da cidade, que se tem a partir de um ponto externo a ela, englobando o trecho entre o final da Praia de Copacabana até o Aeroporto Santos Dumont. Estão incluídos neste trecho a Floresta da Tijuca, o Cristo Redentor, o Parque do Flamengo, a Enseada de Botafogo, o Corcovado com

⁴ Criado pela UNESCO em 1972 pela Convenção do Patrimônio Mundial.

a estátua do Cristo Redentor, e bairros inteiros da cidade; uma área de quase 16 mil hectares. O grande valor apresentado sobre a paisagem cultural é o fato da cidade do Rio de Janeiro ser uma “metrópole tropical”, pois apresenta uma associação entre diversos elementos naturais e construídos, o que torna sua paisagem única.

Apesar da visada escolhida para orientar a delimitação espacial da paisagem cultural do Rio de Janeiro incluir espaços construídos, e do próprio valor patrimonial associar a relação cidade e natureza, a área urbana foi excluída. A paisagem carioca ficou sem o que justamente há entre a montanha e o mar, o espaço construído. E é sobre essa *paisagem invisível* fruto da ausência da área construída na paisagem cultural do Rio de Janeiro que esta dissertação se dedica, tendo como objetivo verificar em que medida os critérios da UNESCO para inscrição de paisagens culturais contemplam as características urbanas da cidade do Rio de Janeiro.

O caso do Rio de Janeiro nos mostra que são necessários avanços no debate sobre paisagens, principalmente no que se refere às paisagens urbanas. O tema paisagem tem a pluralidade e a complexidade como seu dilema. Para algumas disciplinas se trata de uma noção e para outras, de um conceito. No caso específico do objeto empírico estudado, temos duas formas de abordagem: a paisagem como patrimônio, e mais especificamente, a paisagem urbana.

Com base no conceito de patrimônio e de seus diversos valores, o recorte teórico buscou abordar a paisagem através das relações objetivas e subjetivas entre o sujeito e o meio. Tal princípio nos levou inicialmente aos filósofos Georg Simmel (2011) e Alain Roger (2012), ambos realizam um caminho para a paisagem através da pintura, o que foi importante para entendermos a gênese da paisagem no ocidente.

Mas o autor que tratou a relação sujeito e meio de forma mais palpável foi o geógrafo e filósofo Augustin Berque (2011, 2012), que considera a paisagem como uma *entidade relacional*. Enquanto Simmel (2011) e Roger (2012) nos mostram a paisagem pelo viés da pintura de paisagem, Berque (2011) trata da paisagem a partir da vivência e das relações simbólicas que são criadas entre o sujeito e seu meio. Esta concepção contempla a afirmação de Anne Cauquelin (2007), de que as paisagens urbanas seriam tão paisagem quanto as que derivam de um meio natural ou rural, pois são fruto da relação do sujeito

com seu meio urbano, questão que nos é confirmada por Gordon Cullen (2008) e Javier Maderuelo (2010a).

Antes de debater a paisagem do Rio de Janeiro como um patrimônio para a UNESCO, foi necessário a sua análise através do escopo teórico adotado pela pesquisa, que tem como princípio a paisagem como entidade relacional. De acordo com Berque (2012), a paisagem enquanto entidade relacional deriva de um processo que se dá simultaneamente no espaço e no tempo. Foi a partir dessas duas dimensões que a paisagem do Rio de Janeiro foi analisada, pela sua formação urbana (espaço) através do processo histórico (tempo).

Tendo construído uma noção do que é a paisagem carioca, foi possível realizar uma análise crítica da sua proposta enquanto Patrimônio Mundial, o que evidenciou uma primeira hipótese referente à rigidez dos conceitos adotados, por privilegiarem as “paisagens culturais tradicionais” – que refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza -, e dos critérios estabelecidos pela UNESCO para o reconhecimento de paisagens culturais. Essa hipótese demandou uma retrospectiva sobre a preservação das paisagens, analisando cartas patrimoniais e outros documentos sobre o tema. Percebe-se que o trato da paisagem em contextos locais vem atendendo às demandas contemporâneas, como sustentabilidade e a preservação de identidades culturais, exemplificadas pela Convenção Europeia da Paisagem (2000) e pela Iniciativa Latino Americana da Paisagem (2012).

Comparando essas ações com os critérios e conceitos aplicados à categoria paisagem cultural, revelou-se o quão restrito tem sido o trato das paisagens pela UNESCO. Ao analisarmos como essa prática se reflete na construção da Lista do Patrimônio Mundial das paisagens culturais inscritas, nota-se uma predileção por “paisagens naturais” e/ou rurais, além da presença majoritária de paisagens europeias. Apenas 15% das paisagens culturais inscritas possuem área construída em seus limites, e dentre elas apenas duas em grandes cidades, sendo uma delas o Rio de Janeiro e a outra em Diyarbakir na Turquia, inscrita em 2015.

A UNESCO criou espaços para o debate sobre paisagens em áreas urbanas, mas o resultado foi uma recomendação que versa sobre novos desafios do patrimônio ambiental urbano,

com foco em cidades e centros históricos, a *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana* (UNESCO, 2011a). O que veio a beneficiar ainda mais contextos europeus, pois dentre as paisagens que possuem áreas urbanas, 78,5% estão localizadas na Europa e correspondem às características abordadas pela Recomendação.

De fato, a Recomendação em nada contribuiu para a candidatura do Rio de Janeiro, cuja área urbana que poderia estar nos limites do sítio possui características dinâmicas, atendendo às demandas contemporâneas da cidade. O sítio em si possui elementos de caráter natural que foram modificados pela ação do homem, sendo a expressão literal da relação entre o homem e a natureza, tais como: a Floresta da Tijuca que foi reflorestada; o Pão de Açúcar com sistema de bondinhos; o Corcovado com a estátua do Cristo Redentor; as bordas d'água que foram redesenhadas, incluindo o Parque do Flamengo, a Enseada de Botafogo e a Praia de Copacabana; e o Jardim Botânico como uma criação humana.

Mas a necessidade de indicar elementos tangíveis não deveria impedir que a paisagem urbana fosse incluída, pois se o foco da nomeação é a “criativa fusão entre cultura e natureza numa macro escala”, destacando a paisagem do trecho da cidade que está voltado para a Baía de Guanabara (UNESCO, 2012, p.389), isto expressaria de forma plena a relação cidade e natureza.

Tornou-se então necessário compreender como se dá a delimitação de paisagens culturais com/em áreas urbanas. Optou-se por um estudo comparativo entre paisagens com essa característica específica, encontrando-se apenas uma inscrita na Lista do Patrimônio Mundial além da paisagem carioca, a *Paisagem Cultural da Fortaleza Diyarbakir e Jardins Hervsel* na Turquia. Por outro lado, o conhecimento da não aprovação da candidatura da paisagem cultural de Buenos Aires ao título de Patrimônio Mundial por conta de suas características urbanas impulsionou a sua inclusão no estudo comparativo. Assim, pudemos identificar quais características são favoráveis ou não para a conquista do título, e a forma como esses três sítios urbanos construíram suas narrativas.

Ao longo de um percurso de investigações teóricas que possibilitaram uma demonstração do que é uma paisagem carioca; de análises documentais a fim de desvendar as práticas patrimoniais da UNESCO e sua relação com outras iniciativas de trato das paisagens; e de um levantamento aprofundado do processo de construção do argumento da candidatura

da paisagem cultural do Rio de Janeiro; foi possível apresentar um panorama da paisagem urbana como um patrimônio cultural.

Acredita-se que a raiz do problema apontado tenha sido desvendada, gerando algumas contribuições propositivas quanto à abordagem de paisagens urbanas em contextos semelhantes ao apresentado pela cidade do Rio de Janeiro, no que se refere a seu reconhecimento, proteção e conservação para a sua preservação.

1

PAISAGEM DO RIO DE JANEIRO

A paisagem tem uma trajetória de interpretações por diferentes disciplinas, o que se configura em extenso campo de pesquisa. Porém, como a pesquisa se propõe a investigar a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, foi feito um recorte teórico a partir das questões que o objeto apresenta - ser uma paisagem patrimônio e uma paisagem urbana -, a partir das abordagens de Georg Simmel, Augustin Berque, Alain Roger e Gordon Cullen.

A cidade do Rio de Janeiro é historicamente a capital mais importante do país (Fig. 1) e possui um vasto território. Por conta dessa dupla dimensão, utilizaremos o recorte temporal e espacial que a candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial apresenta. Será discutida a paisagem da cidade do Rio de Janeiro a partir do conceito de entidade relacional, com base em uma análise histórica sobre a sua evolução urbana.



Fig. 1. Mapa de localização do Rio de Janeiro. Brasil, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: CARDOSO, 2015

1.1. Paisagem, uma entidade relacional

“A paisagem não existe fora de nós, que também não existimos fora da nossa paisagem. É por isso que falar de paisagem é sempre um pouco uma auto-referência.”⁵

O primeiro texto filosófico dedicado à paisagem como uma categoria do pensamento, de acordo com Adriana Serrão (2011), é o *Filosofia da Paisagem* do alemão Georg Simmel de 1913. Nele, a paisagem tem profunda relação com a natureza, mas uma relação que contradiz a própria essência da natureza, que é entendida como “a infinita conexão das coisas, a ininterrupta procriação e aniquilação de formas, a unidade fluente do acontecer, que se expressa na continuidade da existência temporal e espacial.” (SIMMEL, 2011, p.42).

A natureza é um contínuo e a paisagem é, para Simmel (2011), “uma porção de natureza” que foi recortada, ou seja, a paisagem não é natureza, mesmo que seja natural. Esse recorte exige uma característica singular que a destaque da unidade indivisível da natureza, o que Simmel (2011) ilustra com a seguinte metáfora:

(...) o que observamos num olhar ou no interior do nosso horizonte momentâneo não é ainda a paisagem, mas quando muito o material para ela - tal como um monte de livros justapostos não é ‘uma biblioteca’, mas só se tornará numa quando, sem se lhe tirar ou acrescentar um único volume, um certo conceito unificador a vier abarcar, dando-lhe forma. (SIMMEL, 2011, p.44).

O material oferecido pela natureza é tão variável que possibilita diversas formas de se conceber paisagens, os caminhos são muitos, mas é possível analisar o processo de seleção através da “paisagem como obra de arte pictórica”. Simmel (2011, p.51) afirma que o artista é o único que cumpre o “ato formativo da visão e do sentir, que assimila plenamente em si o material natural dado e volta a criá-lo como que a partir de si, (...) o artista vê e forma realmente apenas ‘paisagem’.”.

Partindo da figura do artista, podemos citar Alain Roger (2011) que aborda a *artialização* da natureza, para o autor “um lugar natural só é percebido esteticamente através de uma *Paisagem*” (ROGER, 2011, p.157). Existiria então uma *dupla artialização*, “segundo as duas modalidades, móvel (*in visu*) e aderente (*in situ*)” (op. cit. p.158). Roger usa como exemplo

⁵ BERQUE, 2012, p.40.

da Montanha Sainte-Victoire⁶, a montanha que era “invisível” até ser pintada de várias formas por Cézanne, tal qual representado na Fig. 2. Sua artialização se deu primeiramente pela pintura, *in visu*, ganhando tal importância que após sofrer um incêndio a montanha seria restaurada “à la Cézanne”, *in situ*. (ROGER, 2011).



Fig. 2. 1. La Montagne Sainte-Victoire (1902-06). 2. Sainte-Victoire vue des Lauves (1902-06). 3. Le Mont Sainte-Victoire au-dessus de la route du Tholonet (1896-98). Fonte: www.atelier-cezanne.com

A *artialização* da montanha por Cézanne se trata de uma interpretação que o artista realizou sobre seu ambiente, que consequentemente mudou a forma como esse ambiente era percebido pela sociedade que o habita. O mesmo se dá com o “recorte da natureza” de Simmel (2011), que se trata da interpretação de um indivíduo sobre a natureza, ou sobre o ambiente. Essa relação entre sociedade e seu ambiente é abordada por Berque (2012), que a identifica como *meio* e define como “uma entidade relacional, construída por *mediações* diversas que se estabelecem entre seus constituintes, tanto os subjetivos como os objetivos. A paisagem é uma entre elas.” (op. cit. p.41).

Segundo Berque (2011, p.194), a paisagem como uma entidade relacional, é “(...) onde atuam as relações de ordem simbólica, pelas quais uma cultura naturaliza a subjetividade coletiva.”. Esse processo se dá “simultaneamente no espaço (o meio) e no tempo (a história). É uma *trajecção*, ou seja, um movimento no qual o mundo subjetivo e o mundo objetivo não cessam de interagir (...)” (op. cit.).

A especificidade das relações necessárias para que a paisagem exista como uma entidade relacional justifica a existência de *civilizações não paisagísticas*, como Berque (2012) afirma no trecho abaixo:

Marcada, ao mesmo tempo, por *mediança* e historicidade, a paisagem é *trajetiva*. Não é nem um dado objetivo, nem uma ilusão subjetiva. Eis porque ela nem sempre existe, nem existe em toda parte – embora haja sempre e em toda parte um ambiente para ser visto -, mas

⁶ Paul Cézanne (1839-1906) pintor francês pós-impressionista. Representou a montanha de Sainte-Victoire, que ficava próxima a sua casa na Região da Provence, em torno de 60 vezes em diversos pontos de vista.

existe realmente para os que estão engajados na *mediança* e na historicidade própria dos meios, em algumas épocas. (BERQUE, 2012, p.41).

Para distinguir uma civilização paisagística daquelas que não são Berque (2011b) estabeleceu sete critérios empíricos: “1. uma literatura (oral ou escrita) louvando a beleza dos lugares; 2. uma toponímia indicando a apreciação visual do ambiente (...); 3. jardins de recreio; 4. uma arquitetura disposta para a fruição de uma bela vista; 5. pinturas representando o ambiente; 6. uma ou mais palavras para dizer ‘paisagem’; 7. uma reflexão explícita sobre ‘a paisagem’.” (BERQUE, 2011b, p.201).

A partir desses critérios, Berque (2012) considera que a primeira civilização paisagística foi a China a partir do século IV, e posteriormente a Europa a partir do século XVI. As duas viriam a influenciar outras civilizações no decorrer dos séculos, tendo a europeia forte influência sobre o ocidente.

A paisagem à chinesa está enraizada na religião e na moral, sendo *shanshui* (“as montanhas e as águas”) o termo criado para dizer “paisagem” - que na China nasceu antes nas palavras e depois na pintura. Esses elementos da natureza, montanha e água, possuem um aspecto espiritual, que ao serem representados devem evocar outros modos de celebrar a paisagem. Sendo assim, as pinturas de paisagem não revelam todas as formas do ambiente convidando a imaginação, como na pintura da Fig. 3 onde os traços incompletos se misturam dando forma a paisagem. (BERQUE, 2012).



Fig. 3. Qu Ding (v.1023-v.1056) – Montanhas. Fonte: thierrydoukhan.blogspot.com.br.

Na Europa, a noção de paisagem acontece com a pintura, como afirma Berque (2012, p.38), “foi como forma visual autônoma que a paisagem apareceu na Europa”. Ao contrário da China a palavra paisagem nas línguas europeias é posterior às primeiras pinturas de

paisagem. Essas pinturas tinham a paisagem como uma cena de fundo para a narrativa principal, criada pela perspectiva, que é sua contemporânea.

O afresco *Cristo chamando Pedro, André e seus Apóstolos* de Domenico Ghirlandaio, disposto na Fig. 4, exemplifica a forma como a paisagem era representada: em primeiro plano ocorre a ação ou o tema da pintura e ao fundo uma representação de uma cidade, montanhas e um rio. Mas o marco da paisagem como o tema principal é a pintura do italiano Giorgione Franco, *A tempestade* (Fig. 5). Para Cauquelin (2007) o modo como são representados o céu, as árvores, a cidade, mostra que a paisagem não é apenas a cena para as duas figuras humanas, mas a paisagem é o todo.



Fig. 4. Afresco *Cristo chamando Pedro, André e seus Apóstolos*. Domenico Ghirlandaio, 1481. Capela Sistina, Vaticano. Fonte: www.wga.hu



Fig. 5. *Tempestade*. Giorgione Franco, 1505. Veneza. Fonte: www.italianarte.weebly.com

No entanto, as pinturas não são apenas um produto acabado da gênese da paisagem na Europa - como expressões *in visu* - elas também mostram um pouco do processo de construção da noção de paisagem. A autora francesa Françoise Chenet-Faugeras (1994) nos mostra através das pinturas que a paisagem pode ser entendida como uma invenção urbana, ou melhor, uma invenção da cidade. Em seu texto *L'invention du paysage urbain*⁷ Chenet (1994) busca a origem da paisagem urbana e no percurso nos mostra que:

A associação cidade/campo é encontrada na maioria das pinturas em que vê tradicionalmente as primeiras paisagens, muito antes da invenção do gênero e da palavra.⁸ (CHENET, 1994) (tradução da autora).

⁷ *A invenção da paisagem urbana*.

⁸ "L'association ville/campagne se retrouve dans la plupart des tableaux dans lesquels on voit traditionnellement les premiers paysages, bien avant l'invention du genre et du mot." (CHENET-FAUGERAS, 1994, p.28).

O afresco de Domenico Ghirlandaio Fig. 4, é um exemplo, cuja cena ao fundo, trata-se de uma paisagem que liga o meio urbano ao meio natural, com uma cidade nas margens de um corpo d'água. O mesmo se dá com *A tempestade* de Giorgione Franco - pintura anteriormente apresentada na Fig. 5 – onde uma ponte e edificações se integram a um rio e à vegetação.

O processo de construção da paisagem pela pintura tem por ação básica “emoldurar” ou “enquadrar”. Esse processo não é exclusividade da arte, Roger (2012) indica no trecho abaixo que houve outro mecanismo responsável por criar paisagens.

O evento decisivo, que os historiadores da arte parecem não ter destacado suficientemente, é a aparição da “janela”, esta *vedutta* interna ao quadro, mas que se abre para o exterior. Este achado é, simplesmente, a invenção da paisagem ocidental. A janela é, com efeito, a moldura que, ao isolá-lo e ajustá-lo no quadro, constitui o país em paisagem. Daí concluo que a paisagem, na verdade, entrou pela porta dos fundos, ou melhor, pela “janela dos fundos”, antes que esta se ampliasse até as dimensões do quadro a partir do início do século XVI, com Patinir, Altdorfer, etc. (ROGER, 2012).

Se a janela, que é um elemento arquitetônico, mostrou à arte como “produzir” paisagem, as pinturas e os pintores tinham o meio urbano como *habitat*, e não o campo. Roger (2012) conclui que a primeira paisagem que o ocidente apreciou foi invenção de cidadãos, “um lugar domesticado, cultivado, pacífico, um país sereno (*pays sage*), uma paisagem, o campo, próximo e visível a partir da cidade.” (ROGER, 2012).

É inegável a influência que a cidade teve na gênese da paisagem, seja *in visu* nas primeiras pinturas paisagísticas, ou por produzir uma nova forma do homem se relacionar com o seu meio. A ideia de paisagem é, ao menos, contemporânea à cidade, fato afirmado por Serrão (2011) da seguinte forma:

A ideia de paisagem nasceu na Europa num momento civilizacional em que as cidades se começam a formar como estruturas sociais organizadas e reguladas pela dinâmica do trabalho, libertando seus habitantes da dependência obtida pela exploração da terra. (SERRÃO, 2011, p.33)

Porém, a relação entre a paisagem e a cidade foi se perdendo, passando cada vez mais a ser associada ao campo, como nos aponta Chenet (1994):

Separada da cidade, a paisagem tornou-se exclusivamente esta "extensão de terra que se abrange com um olhar" com as árvores, os rios, os campos, algumas casas eventualmente e, no final do século XVIII, as montanhas, os desfiladeiros íngremes ou a beira-mar. Selvagens ou cultivadas, é a natureza que faz a paisagem.⁹ (CHENET, 1994) (tradução da autora).

⁹ “Détaché de la ville, le paysage est devenu exclusivement cette ‘étendue de pays que l’on embrasse d’un seul coup d’oeil’ avec des arbres, des rivières, des champs, quelques maisons éventuellement et, à la fin du XVIII siècle, des

Essa separação induziu a concepção de que paisagem é uma “imagem” da natureza, mas uma natureza idealizada, e que no meio urbano – que seria o oposto a natureza – não se reconheceriam paisagens. Entretanto, a noção por Berque (2011, 2012), de que a paisagem é uma entidade relacional onde atuam as relações de ordem simbólica, torna-se possível recuperar a noção de paisagem urbana.

Segundo Berque (2012, p.38), “a civilização moderna, embora paisagística, foi mais ainda uma civilização física”, o que marca a objetificação do ambiente, inclusive das cidades. A cidade é “o único meio onde os seres humanos podem viver e viver em conjunto”. (BERQUE, 2011, p.198). E se como afirma o mesmo autor, que “*as sociedades interpretam seus ambientes em função da organização que elas lhe dão e, reciprocamente, elas os organizam em função da interpretação que elas fazem deles.*” (BERQUE, 2012, p.34), o ambiente do homem moderno é a cidade, um ambiente urbano, que através de *medianças* gera relações simbólicas.

Como Berque (2011, 2012), outros autores abordam a paisagem como sendo fruto de uma “relação”. Para Cauquelin (2007, p.146) essa relação se configura como um combate, “não existe paisagem sem combate ritual de ao menos dois elementos entre si”, “O campo de trigo (terra) luta com o horizonte (ar); o mar (água), com a costa (terra) e o ar (o céu como limite). Assim como a montanha luta com o céu e, algumas vezes com a água (torrente)...”. A partir dessa concepção a autora indica que a “paisagem urbana é mais nitidamente paisagem que a paisagem agreste e natural... sua construção é mais marcada, mais constante, ainda mais coagente” (op. cit. p.150).

Enquanto Cauquelin (2007) propõe uma abordagem subjetiva, Gordon Cullen (2008) faz uma análise centrada na matéria. O autor afirma que há uma “arte do relacionamento” entre os elementos que compõem as paisagens urbanas, e complementa que:

O seu objetivo é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção ou interesse. Uma cidade é antes do mais uma ocorrência emocionante no meio-ambiente. (CULLEN, 2008, p.10).

montagnes, des ravins escarpés ou des bords de mer. Sauvage ou cultivée, c'est la nature qui fait le paysage.” (CHENET-FAUGERAS, 1994, p.29).

Mas assim como Berque (2011, 2012), Cullen (2008) aborda que o ambiente humano é construído de duas formas complementares, uma objetiva e outra subjetiva, como o autor expõe no trecho que segue:

O ambiente é construído de duas maneiras. Em primeiro lugar, objetivamente, através do **senso comum** e da lógica baseada nos princípios benevolentes da saúde, amenidade, conveniência e privacidade. Isto pode ser comparado a Deus criando o mundo, como alguém exterior e superior à coisa criada. A segunda maneira não se opõe a esta. É a execução da criação **empregando os valores subjetivos daqueles que habitarão o mundo criado**. Sem desrespeito, podemos comparar a Deus enviando o seu Filho para viver sobre a terra como um homem descobri-la e redimi-la. Mas estas atitudes são complementares (CULLEN, 2008, p.195). (grifo nosso).

Somando as três abordagens sobre a paisagem – “entidade relacional” de Berque (2011a, 2012), o “combate virtual” de Cauquelin (2007) e a “arte do relacionamento” de Cullen (2008) – temos por princípio que a paisagem urbana deve ser entendida do ponto de vista da vivência, seja objetivamente através do “senso comum”, ou “empregando os valores subjetivos” de quem a habita.

Mas também podemos complementar com Maderuelo (2010a, p.576), para o qual a paisagem da cidade, ou paisagem urbana, deriva de uma interpretação que o indivíduo realiza sobre o meio urbano, que vem determinada pela morfologia de seus elementos físicos que são objetivos, mas também há fatores subjetivos que tem a ver com a formação cultural e com o ânimo de quem as contempla. Ou seja, há fatores intangíveis que influem na paisagem, assim como há efeitos intangíveis proporcionados por ela.

Considerando os argumentos apresentados, o entendimento da paisagem urbana exige uma associação de abordagens que se complementam mutuamente, desde a sua apreciação pela arte, a produção e transformação que respondem às relações de uma sociedade e seu meio urbano.

1.2. Rio de Janeiro: espaço e tempo

“Comprimido entre o mar e a montanha, ladeado por praias, restingas, baixadas parcialmente pantanosas e florestas, o Rio de Janeiro tem seu crescimento forjado na luta pelo espaço e na superação das distâncias geradas por esse mesmo crescimento, frente às condições especiais do seu meio físico.”¹⁰

A cidade do Rio de Janeiro completou 450 anos em 2015 e ao longo desses quatro séculos e meio a cidade foi se moldando através de complexos processos históricos e culturais. Para estudar a paisagem urbana do Rio de Janeiro como uma entidade relacional é preciso entender a formação do seu meio urbano ao longo do tempo.

Com grande fama internacional, a cidade foi em alguns momentos de sua história o símbolo do Brasil para o mundo. De um importante centro portuário e econômico durante o ciclo de exploração de ouro em Minas Gerais à sede do Império Português, com a vinda da corte portuguesa em 1808, foi a capital do Império do Brasil em 1822, e depois da República até a transferência para Brasília em 1960. A cidade foi o centro político, econômico e cultural do país, condição expressa em sua forma urbana oriunda de camadas de intervenções e de conflitos sociais.

Neste item, iremos nos ater aos marcos históricos que mais influenciaram na formação da cidade. O livro *Capitais Migrantes e Poderes Peregrinos: o caso do Rio de Janeiro* fruto de oito anos de pesquisa da autora Bárbara Freitag (2009) se apresenta como uma importante fonte para definição dos momentos históricos que marcaram a cidade. Associados aos marcos históricos serão apresentados os processos de transformação espacial da cidade através do livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* de Maurício de Abreu (2013), que se trata de um estudo que buscou explicar a forma urbana atual da cidade através do processo histórico, assim como o livro *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro* organizado por Abreu (1992) e que contém textos de autores relevantes que abordam a relação entre natureza e cidade a partir de diferentes enfoques.

¹⁰ GALVÃO, 1992, p.18.

São estabelecidas, por Freitag (2009), três datas, 1763, quando a cidade passou a ser a capital do vice-reinado da colônia portuguesa na América; 1808, pela chegada da família real, transformando-se em capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; e 1960, ao deixar de ser capital da República Federativa do Brasil, tornando-se Estado da Guanabara.

Devemos também ressaltar os elementos físicos que tiveram e ainda têm grande importância para a sua configuração espacial e que se evidenciam na paisagem carioca. Com base na geógrafa Maria Galvão (1992), temos como primeiro elemento a baía de Guanabara, “que presidiu a fundação da cidade, e o desenvolvimento da função portuária” (GALVÃO, 1992, p.16); na sequência, os alagados da baixada que, “por longo tempo, balizaram sua expansão através de aterros sucessivos” (op. cit.); e o alinhamento montanhoso do Maciço da Tijuca, que divide a cidade “em duas zonas absolutamente distintas, por sua história, seu conteúdo social e sua infraestrutura urbana – a Zona Norte e a Zona Sul” (op. cit.).

A análise sobre a formação urbana do Rio de Janeiro tem como foco a área central da cidade por ser a mais antiga, onde os processos históricos e espaciais foram e ainda são mais intensos, o que auxiliou na percepção de quais relações e transformações foram de fato marcantes na paisagem carioca. Mas, estes mesmos fatores também exerceram influência em outros trechos da cidade, como na zona norte e região portuária, e para ilustrar essa questão são apresentadas as imagens produzidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no Anexo 1. Como iremos abordar a relevância de formações rochosas, corpos d’água e lugares que estão inseridos no território da cidade, se tornou necessário indicar a localização destes elementos no Mapa dos Lugares (Anexo 1), no qual também estão indicados os pontos de vista de algumas fotos e pinturas que ilustram a análise que segue.

Tudo começa com a fundação da cidade, a então *São Sebastião do Rio de Janeiro*, fundada no dia 1 de março de 1565 por Estácio de Sá como forma de expulsar os franceses, que insistentemente tentavam dominar o território, chegando ao ponto de criar uma ocupação em 1555, a França Antártica, na atual Ilha do Governador. As disputas pelo domínio da baía de Guanabara se devem justamente pela sua boa conformação física e pela localização favorável para o comércio com as Índias. O que pode ser confirmado pelo relato do português Pedro Lopez de Souza em seu diário de navegação ao aportar no Rio de Janeiro em 1531.

Sabado 30 d'abril, no quarto d'alva, eramos com a boca do Rio de Janeiro, (...) Este rio he mui grande; tem 8 ilhas, e assi mui abrigos (...) Toda a terra deste rio he de montanhas e serras mui altas. As melhores aguas ha neste rio que podem ser. (VARNHAGEM, 1867, p.32).

O Rio de Janeiro teve como primeiro local de ocupação o trecho entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, que hoje faz parte do bairro da Urca. Naquele momento tratava-se de uma posição estratégica para a reação aos ataques externos. Junto à fundação se deu a construção de uma fortificação, o Reduto São Martinho, que foi a base para consolidação da Fortaleza de São João que protegeu a entrada da baía ao longo dos séculos. Outras fortificações foram erguidas para proteger a baía de invasões, como a Fortaleza de Santa Cruz denominada assim em 1612 e localizada na entrada da baía em Niterói. As fortificações são elementos marcantes, pois estão localizadas em pontos de grande visibilidade em topos de morros ou em beiras d'água.

Desse primeiro núcleo, a cidade se transfere para o Morro do Castelo, onde hoje é a região central, um local que garantia maior segurança contra ataques. As atividades econômicas praticadas eram a plantação de cana-de-açúcar e a portuária com o escoamento da produção de açúcar. Porém, a grande ascensão da cidade se deu por recursos que não estavam em seu território, mas eram enviados para Portugal pelo seu porto - o ouro e diamantes de Minas Gerais. Em 1763 a cidade ganha de Salvador a função de capital do vice-reinado da colônia portuguesa na América. (FREITAG, 2009).

De fato, a cidade crescia aos moldes de uma vila portuária. As duas imagens abaixo (Fig. 6) são representações da Praça do Paço ou Praça XV em dois tempos da cidade, a primeira no ano de 1580, expressando certo abandono, e a segunda em 1620, com um aumento significativo de construções que expressam sua função portuária.

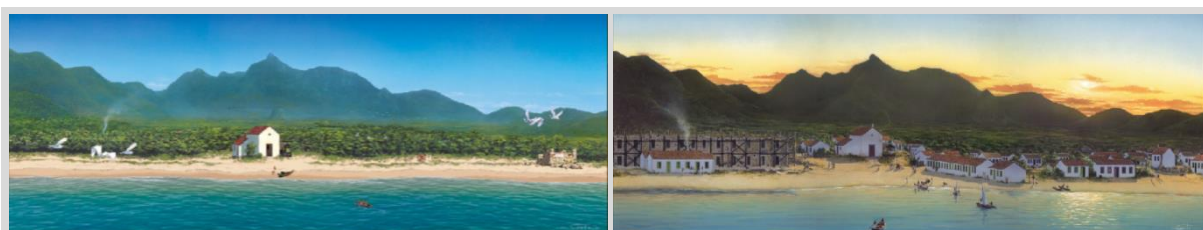


Fig. 6. Praça XV, Rio de Janeiro em 1580 (1) e 1620 (2). Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana. (ver Anexo 1).

Como nova capital, passa a possuir grande importância política e econômica, sendo necessário a sua expansão. Nos mapas que seguem são mostrados dois momentos da cidade, o primeiro no início do século XVII com alguns caminhos e edificações no topo do Morro do Castelo e o segundo em 1713 apresentando ruas retilíneas na parte plana

compreendida no quadrilátero onde se limitava a área urbana da cidade. Para além desse limite, “o Rio de Janeiro do século XVII já estendia seus tentáculos: os caminhos e estradas que iam ter aos engenhos situados nas atuais áreas residenciais e industriais da cidade. E esses caminhos constituiriam os principais eixos a orientar a expansão urbana nos séculos posteriores.” (BERNARDES, 1992, p.42).

Nos mapas (Fig. 7) estão indicados os caminhos em vermelho, as vias consolidadas em branco e os alagadiços com um tracejado azul. O pontilhado em branco indica o quadrilátero formado pelos morros do Castelo (a), São Bento (b), Conceição (c) e Santo Antônio (d). É visível um avanço da malha urbana em direção às áreas alagadiças, um processo que se repetirá em diversos trechos da cidade. Também já é possível perceber o avanço sobre o mar, principalmente na área onde está localizada a Praça XV (p).

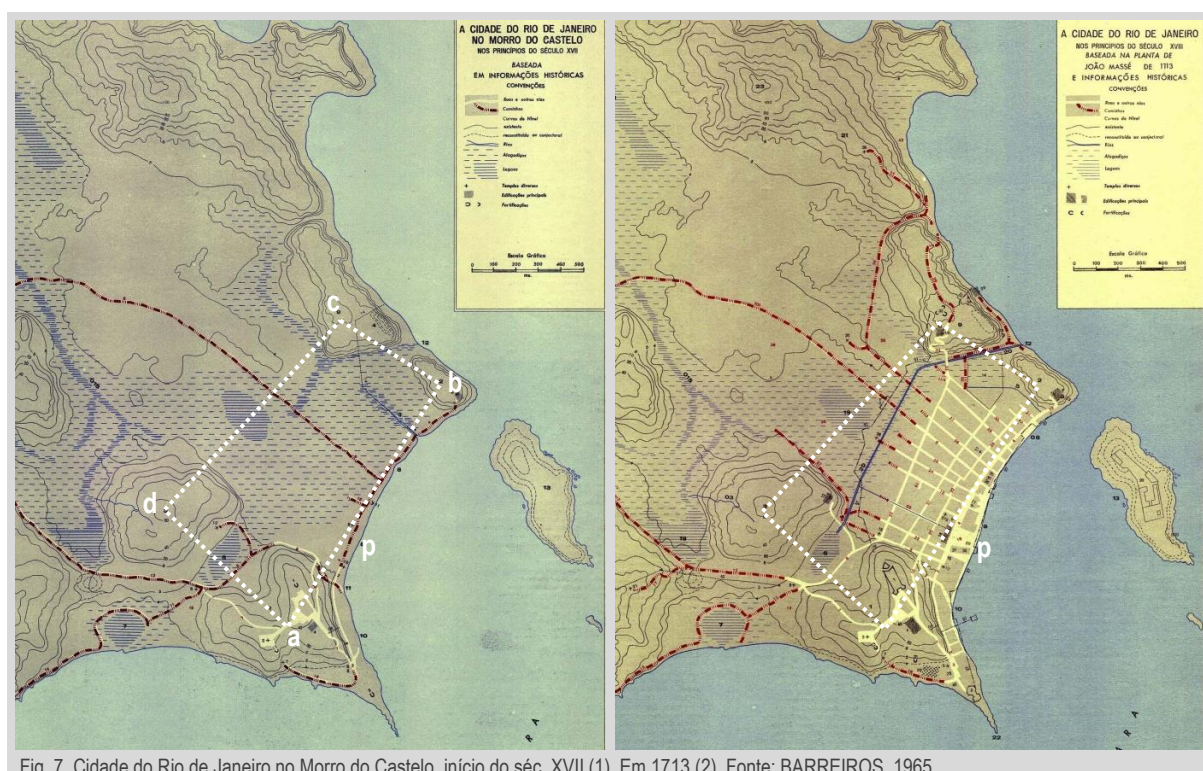


Fig. 7. Cidade do Rio de Janeiro no Morro do Castelo, início do séc. XVII (1). Em 1713 (2). Fonte: BARREIROS, 1965.

No período entre 1763 e 1808 foram construídas novas fortificações, como Forte do Pico ou São Luiz (em Niterói) de 1770 e o Forte da Vigia (atual Forte Duque de Caxias no Leme) de 1776. Também são desse período algumas obras de saneamento e abastecimento de água, cobrindo valas com lajes e construindo chafarizes para população; aterros em áreas alagadas como a Lagoa do Boqueirão onde foi implantado o Passeio Público, o primeiro jardim público da cidade. Nesse período ocorreu um grande crescimento da população,

que saltou de 30 mil para 50 mil habitantes, e após a decadência da economia do açúcar começou a ser implantado na cidade o cultivo do café. (FREITAG, 2007, p.82).

As duas imagens que seguem (Fig. 8) representam outros dois momentos da Praça XV, a primeira de 1750, antes de assumir a função de capital do vice-reinado, e a segunda em 1790. É perceptível um maior apreço pelos espaços livres, mas as edificações parecem ser as mesmas com algumas modificações nas fachadas.

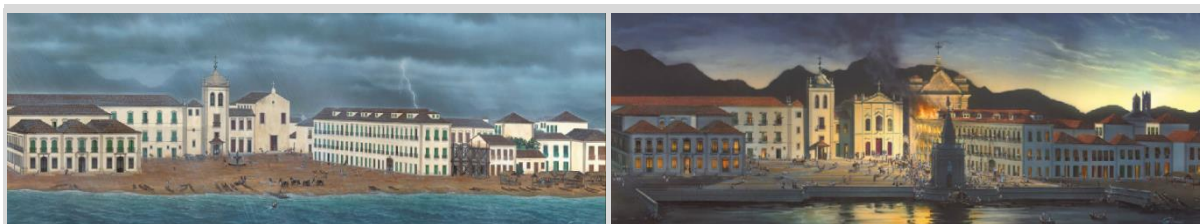


Fig. 8. Praça XV, Rio de Janeiro em 1750 (1) e 1780 (2). Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana. (ver Anexo 1).

No início do século XIX o Rio de Janeiro era “uma espécie de esquina do mundo” (FREITAG, 2009, p.105), seu porto era a escala de navios que vinham da Europa e América do Norte com destino a Austrália, África e Ásia. Nesses navios vinham exploradores, cientistas e artistas que já se encantavam com a cidade, produzindo inúmeros registros da passagem pela baía de Guanabara, como gravura que segue (Fig. 9). No lado esquerdo está representado o Morro do Castelo, no centro a Praça XV, e no lado direito o Morro de São Bento. Entre os morros, a cidade foi se consolidando.



Fig. 9. 'S.T SEBASTIEN/Ville Apiscopale du Bresil'. In: *Relation d'un voyage de François Froger*. Autor desconhecido, 1695. Fonte: www.sudoestes.com.br.

Antes da chegada da Corte Portuguesa em 1808, a cidade já tinha alguma notoriedade, mas este fato único no mundo - de uma monarquia europeia se mudar para uma colônia - foi determinante no processo de transformação da cidade. De início, a família real foi instalada no Paço Imperial na Praça XV, mas logo se mudou para a Quinta da Boa Vista, o que estimulou a ocupação dos trechos ainda vazios da cidade.

Um ano após a grande chegada da corte, aportou na cidade um navio com um carregamento de sementes e plantas raras que deram início ao horto apelidado de “jardim de dom João”, o futuro Jardim Botânico. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, tornando o Rio de Janeiro metrópole e Lisboa província.

Em 1816 e 1817 chegaram missões estrangeiras, a primeira composta por artistas franceses que viriam a fundar a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. O segundo grupo chegou junto com a princesa Leopoldina, composto por cientistas austríacos que realizaram viagens para catalogar espécies brasileiras. Dentre os artistas franceses se destaca Jean-Baptiste Debret, que registrou inúmeras cenas do cotidiano carioca. A imagem que segue (Fig. 10) é uma representação da vista geral da cidade com as montanhas ao longe, os morros mais próximos, a beira da água com uma área mais densamente ocupada próxima à Praça XV.

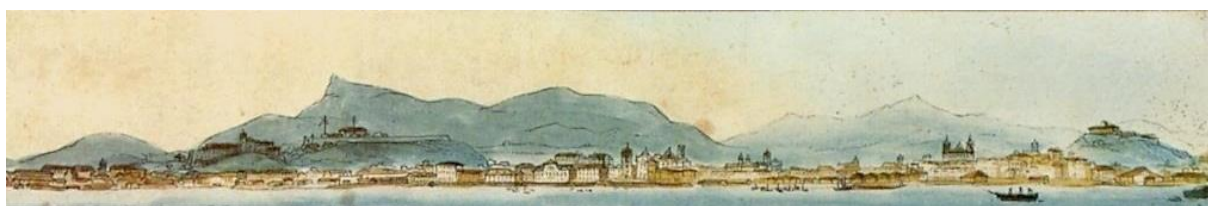


Fig. 10. "Vue Générale de la Ville, de Côté de la Mer". Jean-Baptiste Debret, início séc. XIX. Fonte: www.brasiliana.usp.br.

Em uma década a população da cidade passou de 60 mil para 120 mil habitantes, isso se expressa no seu crescimento e embelezamento, que durante os 13 anos de permanência de Dom João VI transformou-se mais do que nos três séculos anteriores, quando era uma fortaleza contra ataques estrangeiros e um porto para exportação das riquezas de Minas Gerais. Com a volta da corte para Portugal, Dom Pedro se torna príncipe regente do Reino do Brasil em 1821, título que dura pouco, pois no ano seguinte é declarada a independência do Brasil e Dom Pedro I se torna imperador. Segundo Freitag (2009), essa rápida emancipação em relação a Portugal se deve à recusa de uma cidade que havia atingido o *status* de capital do reino voltar à condição de colônia, atitude apoiada pela elite econômica brasileira.

Durante o primeiro reinado, 1822 a 1831, pouco se avançou em termos de urbanização, porém os avanços durante o segundo reinado de Dom Pedro II garantiram a população uma maior qualidade de vida. Durante os 49 anos em que conduziu a nação brasileira o imperador introduziu serviços como abastecimento de água, esgotos e iluminação, tratou das vias públicas com calçamento e arborização. Foi de Dom Pedro II a iniciativa de

rearborear o Maciço da Tijuca que havia sido devastada pelo plantio do café, o que gerou grandes crises hídricas na cidade. (FREITAG, 2009, p. 234).

A cidade do Rio de Janeiro foi se expandindo principalmente em direção a Zona Sul, “ganhando vales e contornando serras”, como chácaras pertencentes à classe rica que tinham meios próprios de locomoção e se afastavam da área central. (GALVÃO, 1992, p.18) Em meados do século XIX, amplia-se a expansão da cidade para a classe média através dos bondes, criando os bairros da Gávea e da Tijuca. Na Zona Norte “a criação da ferrovia, a partir de 1858, veio acelerar o crescimento em direção ao interior, com populações de baixo nível de renda que comporiam o eixo suburbano da cidade. A estratificação social do espaço define-se, então, com clareza.” (op. cit.).

As duas imagens que seguem (Fig. 11) dão continuidade à comparação de diferentes momentos da Praça XV, a primeira em 1840 mostrando o início do aterro na região que viria a eliminar o paredão de pedra que fazia frente ao mar, na segunda imagem representando o ano de 1870 o aterro está praticamente finalizado.

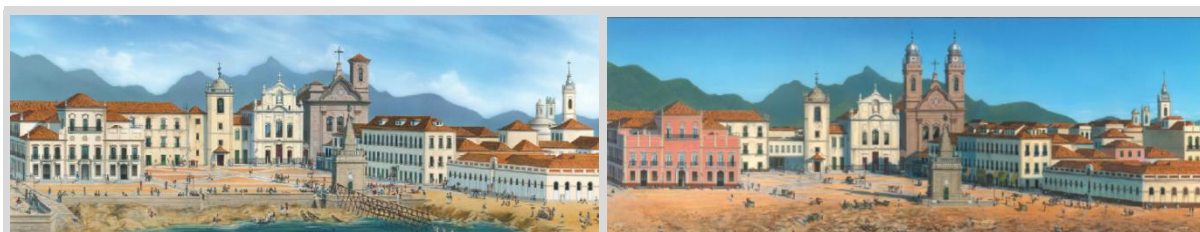


Fig. 11. Praça XV, Rio de Janeiro em 1840 (1) e 1870 (2). Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana. (ver Anexo 1).

Após a Proclamação da República, em 1889, o Rio de Janeiro manteve seu posto de sede política e administrativa e era, à época, a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Em 1903 tem início a grande reforma urbana realizada pelo prefeito Francisco Pereira Passos. Inspirado no modelo francês de Haussmann¹¹, a reforma abriu grandes avenidas, como Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). Eliminou ruelas estreitas da cidade antiga, com o suposto objetivo de combater doenças que derivavam da concentração precária da população em cortiços. Essa população expulsa foi ocupar os morros próximos ao Centro, como o Morro da Providência, dando início ao que hoje conhecemos como o processo de favelização.

Outra grande intervenção que veio a alterar por completo a configuração espacial do Centro foi o desmonte do Morro do Castelo. Em 1891 foi realizado o desmonte do Morro

¹¹ Reforma urbana de Paris (1853-1870) promovida por Georges-Eugène Haussmann.

do Senado e em 1904 o Morro do Castelo já havia perdido parte de seu volume com a abertura da Avenida Central, sua demolição foi retomada em 1921 tendo como justificativa a higienização da área central. A realização da Exposição Internacional Comemorativa do 1º Centenário da Independência em 1922 foi outro motivo para o então prefeito Carlos Sampaio realizar intervenções modernizantes no Rio de Janeiro.

O Morro do Castelo era a expressão de um passado colonial a ser eliminado, e de uma pobreza que não deveria ser vista, pois no contexto de sua destruição abrigava uma população pobre e marginalizada. A imagem da Fig. 12 mostra a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) com o Teatro Municipal (a) e a Biblioteca Nacional (b) a frente do Morro do Castelo.



Fig. 12. Vista da Avenida Central com o Morro do Castelo ao fundo. Fonte Biblioteca Nacional.

Entre 1925 e 1930, o urbanista francês Alfred Agache foi convidado a elaborar um plano diretor para o centro da cidade seguindo o padrão higiênico-funcional. O plano incluía a área do desmonte do Morro do Castelo e dos novos aterros criados próximos a ele, mas não foi implementado por ser uma proposta da República Velha, sendo negado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. (ABREU, 2013).

Tal fato não impediu que se continuasse a modificar o perfil colonial da área central. Em 1940, é aberta a Avenida Presidente Vargas seguindo o mesmo procedimento da Avenida Central com a demolição de quarteirões inteiros. Na década de 1950, foi a vez do Morro de Santo Antônio ser eliminado. Em seu lugar, foram abertas as Avenidas República do Chile e República do Paraguai, e posteriormente a construção da Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Com a implantação de amplas avenidas, de edifícios governamentais e as primeiras torres de escritórios, a capital assumiu assim as feições que o Estado Novo desejava, negando o seu passado colonial através da “reinvenção do Brasil, arquitetônico e urbanisticamente moderno”. (FREITAG, 2009, p.275). “Talvez a demolição do morro do Castelo, berço da cidade e referência inestimável na silhueta da cidade durante o período colonial, imperial

e republicano, tenha sido o *match point* do Rio de hoje.” (op. cit.). Foi nessa época que o movimento moderno ganha destaque no Rio e no Brasil, com a construção do então Ministério da Educação e Saúde, o Palácio Gustavo Capanema de 1943. Essa obra agrega em si as contribuições de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx, grandes nomes do movimento modernista. Outro marco dessa renovação é a estátua do Cristo Redentor (1931) coroando o morro do Corcovado, que é hoje um ícone que representa a cidade internacionalmente.

Os mapas que seguem (Fig.13) mostram as grandes mudanças realizadas no período entre 1910 e 1930, como a demolição do Morro do Castelo (a), os aterros para o Aeroporto Santos Dumont (c), e a abertura da Avenida Presidente Vargas (b). O Morro de Santo Antônio (d) ainda está presente, mas não por muito tempo.

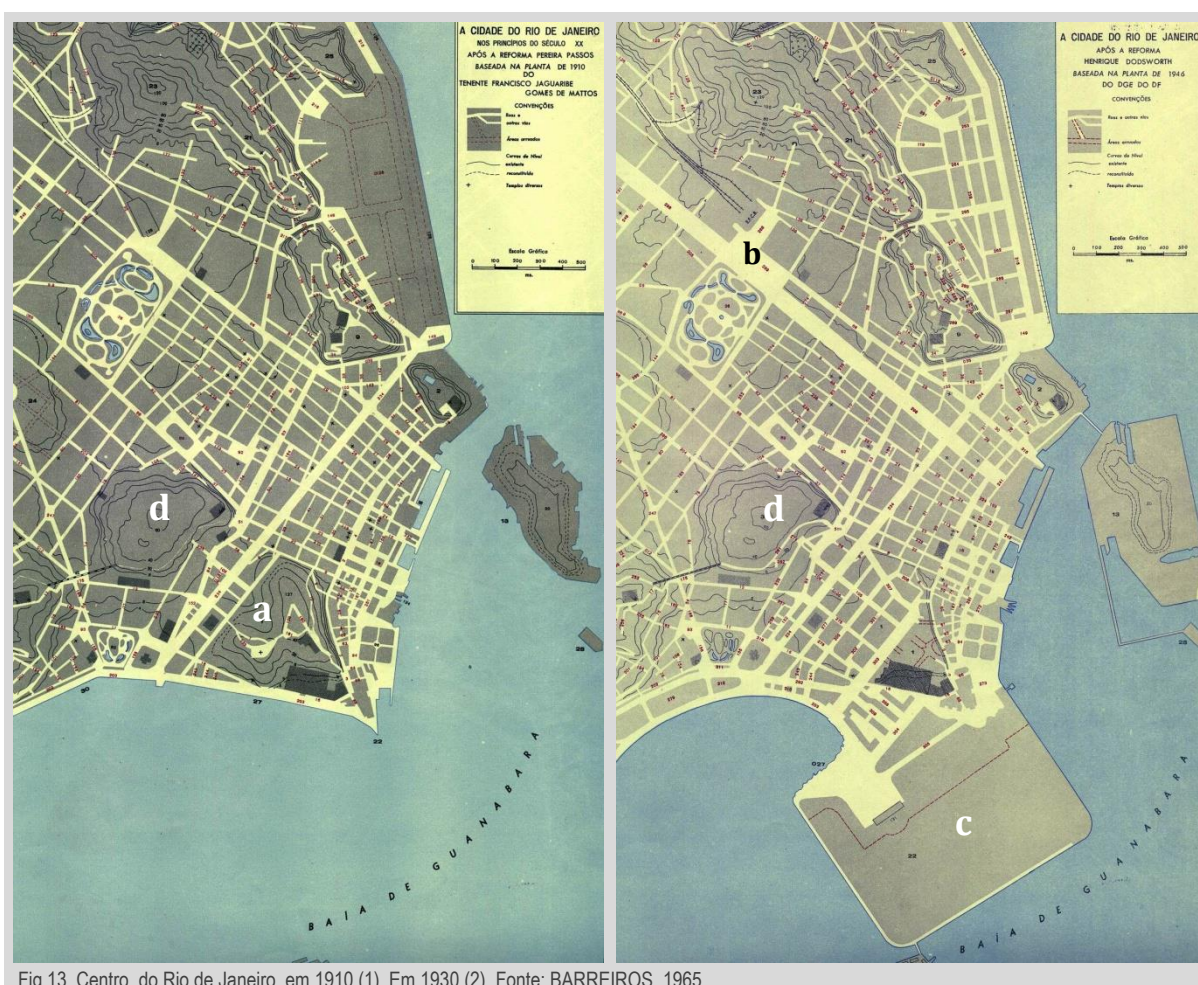


Fig.13. Centro do Rio de Janeiro, em 1910 (1). Em 1930 (2). Fonte: BARREIROS, 1965.

A terra do desmonte do Morro do Santo Antônio permitiu a criação do Aterro do Flamengo (Fig. 14), que antes da implantação do Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (1965), tinha como objetivo articular e melhorar o tráfego entre as zonas sul, centro e zona norte.

Seguindo essa linha, a cidade foi sendo rasgada por túneis, avenidas e viadutos a fim que garantir a conexão que era impedida por montanhas, questão cada vez mais urgente por conta do adensamento habitacional proporcionado pela verticalização dos bairros da zona sul, principalmente Copacabana. O crescimento populacional também se refletiu no adensamento e na criação de novas favelas nos bairros da Zona Sul e na Tijuca, onde se deu a ocupação dos morros. (ABREU, 2013).



Fig. 14. Aterro do Flamengo, em 1961 ainda em construção (1), e já finalizado em 1966 (2 e (3). Fonte: IMS

À medida que a ocupação do espaço foi acontecendo através da relação entre elementos naturais e construídos, foi se dando a assimilação da paisagem. No caso da verticalização, essas novas estruturas urbanas podem se constituir na forma de barreiras visuais, a exemplo do bairro de Copacabana, que foi tema de uma simulação onde são mostradas as transformações ocorridas na orla ao longo de 80 anos (Anexo 1). As favelas também são estruturas que modificaram a paisagem, na medida em que ocupavam as encostas e os morros, que até então existiam em seu estado natural. Essa forma de ocupação se tornou um ícone da cidade, assim como o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar.

Com a transferência da capital do Brasil para Brasília em 1960 - liderada pelo então presidente Juscelino Kubitschek - a cidade do Rio de Janeiro perde a condição de centro político do país, e se torna Estado da Guanabara. Em 1964 se dá o Golpe Militar que com seus atos institucionais suspende os direitos políticos e civis em um regime de 21 anos. Nesse período de ditadura se tem uma intensificação da “ação discriminatória sobre o espaço, privilegiando claramente as áreas mais ricas da cidade, especialmente centro e a zona sul.” (ABREU, 2013, p.145). Outra característica marcante do período são as “obras faraônicas”, como nos mostra Abreu (2013).

“Os investimentos públicos adquirem, inclusive, um caráter gigantesco, exemplificando pelo alargamento da Praia de Copacabana, construção do elevado sobre a Av. Paulo de Frontim, construção da Ponte Rio-Niterói [Fig. 15], continuação da Avenida Perimetral, construção do interceptor oceânico da zona sul e, obra máxima, construção do metrô.” (op. cit.).

A discriminação sobre o espaço se refletiu na forma urbana, com um forte processo de especulação imobiliária, levando à expansão horizontal da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca. Nas áreas já valorizadas da Zona Sul se deu a remoção de favelas, um processo que foi facilitado pela ausência de direitos civis no regime militar. Como exemplo, a Favela Praia do Pinto (Fig. 16), que ficava próxima a Lagoa Rodrigo de Freitas, foi removida em 1968. (ABREU, 2013).

As operações urbanas realizadas durante o regime militar geraram grandes transformações na cidade, e consequentemente em sua paisagem. A foto da Fig. 15 é uma síntese desse processo, com a Ponte Rio-Niterói símbolo do novo Rio e ao fundo o Pão de Açúcar que remete à natureza, mas também à fundação da cidade em 1565 por Estácio de Sá.



Fig. 15. Ponte Rio-Niterói em construção, 1973. Fonte: arquivo O Globo.

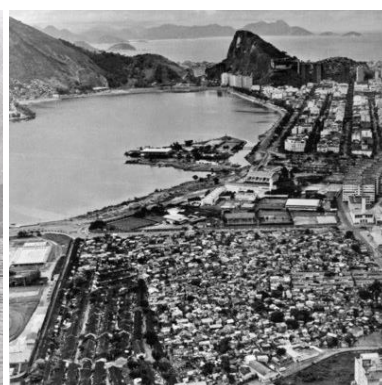


Fig. 16. Favela Praia do Pinto, Leblon. Fonte: www.skyscrapercity.com

As duas últimas imagens (Fig. 17) de comparação de tempos diferentes da Praça XV expressam as grandes mudanças pelas quais a cidade passou no século XX. A primeira imagem retrata o ano de 1910, de uma cidade com traços de seu período colonial nas edificações, mas com um embelezamento da praça e de suas vias ao modo europeu fruto das ações de Pereira Passos. A segunda imagem é de 1988, de uma cidade cortada por vias como a Perimetral (demolida em 2015) que passava acima da praça e os edifícios em altura junto aos resquícios de um Rio colonial.

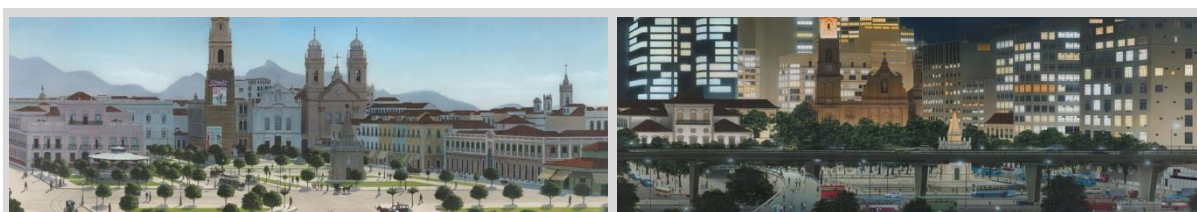


Fig. 17. Praça XV, Rio de Janeiro em 1910 (1) e 1988 (2). Fonte: rio.rj.gov.br/EOURbana. (ver Anexo 1).

Desde 2009 - quando foi decidido que o Brasil seria a sede da Copa do Mundo FIFA de 2014 e o Rio de Janeiro sediaria os Jogos Olímpicos de 2016 - que a cidade vem passando por um novo ciclo de transformações urbanas. Um dos principais focos das operações urbanas é a região portuária com o projeto Porto Maravilha, que afirma ter como objetivo a renovação urbana com melhoria das condições ambientais com transporte, habitação e recuperação do patrimônio cultural. Já há críticas ao projeto quanto ao novo gabarito que permite torres que viriam a mudar o *skyline* da região.

Sintetizando a análise da formação da cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco os elementos naturais, percebemos que ela foi um fator determinante em todos os tempos da cidade. Desde o princípio, na escolha do sítio por conta da baía de Guanabara e sua vocação portuária, assim como a opção por ocupar os morros garantindo uma segurança maior contra ataques. Por outro lado, o sítio também limitou o crescimento da cidade através do alinhamento montanhoso do Maciço da Tijuca, que dividiu a cidade em zona Sul e zona norte.

As áreas alagadas também se configuravam como barreiras que foram sendo aterradas, marcando um novo momento de formação da cidade, quando se iniciam transformações mais agressivas no sítio no início do século XVIII. Essas ações transformadoras se intensificam com o acesso a novas tecnologias, com o desmonte de morros, desvios de cursos d'água, desmatamento e avanço dos aterros sobre o mar, redesenhando a orla (ver Mapa dos Lugares Anexo 1). Esse processo teve início no final do século XIX e se estendeu até 1970 com a ampliação da Praia de Copacabana. O trecho que segue sintetiza esta análise:

Em sua configuração espacial, na dinâmica de sua expansão e na posição geográfica que ocupa, a cidade do Rio de Janeiro reflete com clareza interações do processo de ocupação territorial e peculiaridades do quadro natural que lhe dá suporte. (GALVÃO, 1992, p.16).

As ações na cidade não atendem apenas às demandas por crescimento, também ocorreu uma valorização do meio natural através dos espaços públicos, parques e jardins, tendo início com a construção do Passeio Público em 1783. Esse processo se intensificou com a chegada da Família Real em 1808, período que teve como marco a criação do “jardim de dom João”, atual Jardim Botânico. Durante o Segundo Império ocorreu o reflorestamento do Maciço da Tijuca, e o último exemplo dessa relação é o Parque do Flamengo (1965).

Por fim, no trecho abaixo, Abreu (1992) sintetiza o que é a cidade do Rio de Janeiro a partir de sua relação com a natureza.

“Cidade de montanha e cidade de planície, apertada entre vales ou espraiando-se sobre terrenos conquistados ao mar, morros, lagoas e brejos, cidade que tem a peculiaridade de possuir uma floresta em seu próprio seio, o Rio de Janeiro é ao mesmo tempo natureza e história. Ou melhor, é natureza com história, já que ambas se misturam de uma forma tão complexa na cidade que, muitas vezes, torna-se difícil separá-las.” (ABREU, 1992, p.7).

A forma atual da cidade mantém uma profunda relação com o sítio original, uma relação entre natureza e cidade. O fruto dessa relação é uma paisagem única que expressa a forma como a sociedade se relaciona com o meio, produzindo relações simbólicas ao longo do tempo.

2

PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO

A categoria Paisagem Cultural praticada pela UNESCO desde 1992 vem se apresentando como uma importante via internacional de debates sobre as paisagens. Porém, como um instrumento de preservação do patrimônio, possui deficiências que impedem que alguns tipos de paisagens notáveis sejam contemplados – o caso das paisagens urbanas - e é sobre essas lacunas e como elas se refletem que este capítulo se dedica.

O primeiro item investiga o processo de patrimonialização das paisagens através de uma retrospectiva pela documentação produzida ao longo do tempo por organizações responsáveis pelo trato do patrimônio, tais como Cartas Patrimoniais e leis de proteção que tenham a paisagem como tema principal (síntese na Tabela 1 no final do item). Ao longo do percurso, percebe-se uma ascensão da importância atribuída à paisagem, não apenas do ponto de vista patrimonial, mas para a própria vida cotidiana de uma sociedade.

O segundo item se constitui em uma retrospectiva das formas como a categoria vem sendo praticada pela UNESCO, quais são os conceitos utilizados, e como se refletem na construção da lista das paisagens culturais inscritas. No percorrer desse caminho foi necessária uma ênfase na paisagem urbana, que é um debate evidenciado pelo objeto empírico, a paisagem cultural do Rio de Janeiro.

2.1. O caminho da paisagem patrimônio

Para abordar a paisagem como um patrimônio é necessário entender o conceito de patrimônio e seus valores. Segundo Alois Riegl (2014), o patrimônio tem sua origem na modernidade e vem acompanhado do conceito de monumento, questão que o autor apresenta em 1903 em seu trabalho *O Culto Moderno dos Monumentos*. O valor de rememorar seria o mais expressivo nos monumentos, de acordo com Françoise Choay, (2006, p.17) “O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa.”.

Riegl (2014) diferencia os monumentos pelo valor que possuem, seja o de rememorar, ligado ao passado e expresso pelo valor de antiguidade e histórico, ou de contemporaneidade com o valor artístico e de uso. O valor artístico se evidencia no Renascimento, que segundo Choay (2006), deriva do aumento da importância da arte naquele período, cujo objetivo era avivar nos homens a memória de Deus, tendo a beleza como o fim supremo da arte.

Além dos valores pontuados por Riegl (2014), para Lacerda (2012) também há os valores cultural, simbólico, cognitivo, de opção e de existência. O **valor cultural** se refere ao “modo de vida de uma determinada comunidade, que pode ser reconhecido pelas suas artes, seu sistema social, seus hábitos e costumes e sua religião”. (LACERDA, 2012, p.47). A autora complementa que “trata-se de considerar o próprio habitat como um ato cultural” (op. cit. p.48). Os bens patrimoniais com valores culturais são plenos de **valor simbólico**, “na medida em que respondem às necessidades múltiplas dos seus habitantes em termos de conhecimento, de rememoração e, em extensão, do permanente processo de criação e recriação da identidade coletiva.” (op. cit. p.49). Por sua vez, os símbolos são o suporte narrativo de uma memória, portanto, um bem patrimonial com valor simbólico possui também um **valor cognitivo**, “constituindo-se em instrumento de formação nas áreas históricas, artística e cultural.” (op.cit.).

Lacerda (2012, p.52) finaliza a descrição dos possíveis valores afirmando que eles “poderiam ser condensados em três: valor de uso (atual), valor de opção (valor de uso futuro) e valor de existência, sendo que este último condensa todos os demais valores.”.

Tendo em mente o que é o patrimônio e quais são seus valores, será traçada uma retrospectiva da inserção da paisagem no rol dos bens patrimoniais.

Segundo a publicação da UNESCO¹² *World Heritage Cultural Landscapes, A Handbook for Conservation and Management*, a evidência mais antiga de proteção da paisagem é na China para os *Nine Bend Rivers* no Monte Wuyi (*Wuyishan*) onde, em 748 dC, o imperador Tang Xuan Zong, emitiu um decreto proibindo a pesca e a derrubada de árvores, e também limitou a construção de edifícios religiosos. A proibição se mantém até os dias atuais. (MITCHELL; ROSSLER; TRICAUD, 2009).

Nos séculos XIX e XX, a paisagem se tornou um grande campo de estudo, e ao mesmo tempo esquemas de proteção foram desenvolvidos dentro dos movimentos de proteção da natureza, como o *Lüneburger Heide*¹³ na Alemanha, *Fontainebleau*¹⁴ na França. Em meados do século XIX, os ambientalistas criaram o movimento paisagem Inglês, que foi o catalisador para a formação do *National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty* em 1895, que inicialmente se dedicou a proteger paisagens ao torná-las disponíveis para uma sociedade cada vez mais urbanizada. (op. cit.).

Um movimento semelhante se deu nos EUA com a criação do *Yellowstone National Park* (Parque Nacional de Yellowstone) em 1872. Inspirados nessa primeira Unidade de Conservação, outros países criaram áreas protegidas: Canadá em 1885, a Nova Zelândia em 1894, Austrália, África do Sul e México em 1898, Argentina em 1903, Chile em 1926, Equador em 1934, e Venezuela em 1937. (MILANO, 2002).

Em 1931 foi realizado o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, onde foi elaborada a *Carta de Atenas*, o primeiro ato normativo internacional dedicado ao patrimônio e à problemática do restauro de monumentos. A paisagem não é abordada, mas se fala da preservação do entorno, de “respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança

¹² Em 1945, estimulado pelo contexto do pós-guerra foi realizada em Londres a Conferência das Nações Unidas para a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO), uma organização que visa estabelecer uma "solidariedade intelectual e moral da humanidade" em uma cultura de paz. A criação foi assinada por trinta e sete países, passando a exercer um papel norteador para o trato da cultura mundial.

¹³ Charneca de Luneburgo trata-se de uma grande área de charnecas e bosques situada no nordeste da Alemanha, e que faz parte do mais antigo parque natural alemão, criado em 1909.

¹⁴ Cidade francesa cuja floresta foi protegida em 1853 como a primeira reserva natural criada sob a influência de pintores.

dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais” (CURY, 2000).

Com a Convenção de Washington (1940) - Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – se definiu os conceitos de Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Silvestre. (MILANO, 2002). Seguindo essa tendência, foi criada a União Internacional para Proteção da Natureza (UIPN)¹⁵ no Congresso realizado pela UNESCO em 1948, tendo como objetivo conservar a biodiversidade do mundo (IUCN, 1948).

A paisagem aparece como tema central na *Recomendação de Paris* de 1962 “relativa à proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios”. O documento tem em sua definição que:

Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por **salvaguarda da beleza** e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos. As disposições da presente recomendação visam também a complementar as medidas de **salvaguarda da natureza**. (UNESCO, 1962). (grifo nosso).

A recomendação tenta abarcar diferentes escalas através da proteção legal, tratando das paisagens extensas, dos sítios isolados, das reservas naturais e dos parques nacionais. Porém, seu foco está na salvaguarda da beleza desses bens, principalmente os de caráter natural, não tendo uma definição do que seriam as paisagens.

No II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado no ano de 1964 em Veneza, produziu-se a famosa *Carta de Veneza*, que tem por mérito ampliar o conceito de conservação dos monumentos apresentando a importância do meio em que se situa e de outros objetos a ele relacionado, como uma unidade que em partes não faz sentido. (CURY, 2000). Porém, apesar de ser posterior à Recomendação de Paris (1962), não cita a paisagem, sendo perceptível a continuidade da prática patrimonial se dedicar ao monumento arquitetônico.

A Organização dos Estados da América (OEA) realizou em 1967 uma reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, no qual se produziu o documento *Normas de Quito*. No documento, a paisagem aparece como

¹⁵ Renomeada em 1965 para *International Union for Conservation of Nature* – IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza).

possuidora de “marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor”¹⁶, e que deve-se criar uma zona de proteção da paisagem urbana para integrar os núcleos ou conjuntos monumentais com a natureza circundante. (CURY, 2000).

Em 1972, foi aprovada a criação da Convenção do Patrimônio Mundial durante a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris. Junto com a convenção foi criada a Lista do Patrimônio Mundial¹⁷, que tem por objetivo proteger o patrimônio cultural e natural de Valor Universal Excepcional¹⁸, mediante a prestação de assistência coletiva que complemente a ação do Estado. A paisagem não é apresentada como um patrimônio específico:

Os lugares notáveis: obras do homem ou **obras conjugadas do homem com a natureza**, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 2013). (grifo nosso).

O trecho “obras conjugadas do homem com a natureza” está de acordo com a definição proposta pelo geógrafo Carl Sauer em seu estudo *The morphology of Landscape* (1925), para o termo paisagem cultural, que segundo o autor “é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo social. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado.” (SAUER, 1998, p.59).

Após a criação da Convenção do Patrimônio Mundial¹⁹ (1972), se intensificou a frequência de encontros sobre o patrimônio e suas diversas problemáticas. Na sequência, serão citados os encontros e conferências relevantes para a noção da paisagem como patrimônio.

Em 1976, foi realizada a 19ª Sessão da UNESCO cujo tema foi a *Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea*, a chamada *Recomendação de Nairobi*. Tem em seus princípios gerais que: “Cada conjunto histórico

¹⁶ “[...] huellas y expresiones del pasado, testimonios de una tradición histórica de inestimable valor.” (ICOMOS, 2005) (tradução nossa).

¹⁷ Onde são inscritos bens que possuem Valor Universal Excepcional. (UNESCO, 2013).

¹⁸ “O Valor Universal Excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional.” (UNESCO, 2013, p.12).

¹⁹ “O patrimônio cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país mas de toda a humanidade. (...) Pode-se reconhecer, com base nas respectivas qualidades notáveis, «um Valor Universal Excepcional» a certos elementos do referido patrimônio que, por essa razão, merecem ser muito especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam.” (UNESCO, 2013).

ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerada em sua globalidade”, definindo ambiência como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.” (CURY, 2000).

Choay (2006, p.223) considera que essa recomendação trata pela primeira vez da “conservação viva dos conjuntos antigos” não apenas como uma forma de proteção local, mas também “contra o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e de seus meios” (op. cit.).

A Carta de Washington de 1987 aborda a salvaguarda das Cidades Históricas ou Centros Históricos e foi produzida pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). A carta afirma que todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história, ou seja, todas as cidades são históricas. Essas cidades “expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais” e que para preservá-las é preciso considerar seus elementos materiais e espirituais. Sobre seu caráter material a carta indica que as relações entre os espaços urbanos, construídos, abertos e verdes; são todas “as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem”. (CURY, 2000).

Os sítios históricos urbanos passam a ser percebidos de uma forma mais abrangente e já se considera a relação entre o homem e o meio. Como nos apresenta Choay (2006), a cidade, o centro ou o bairro como patrimônio urbano se impõem como totalidades singulares independentemente de seus componentes.

Foi enfim, no ano de 1992, que a Convenção do Patrimônio Mundial criou o primeiro instrumento legal internacional de reconhecimento e proteção das paisagens culturais. Essa medida se deu através do encontro²⁰ de especialistas realizado na França onde se discutiu os critérios e recomendações para a inclusão das paisagens culturais como uma nova categoria na Lista do Patrimônio Mundial. O produto desse encontro foi submetido na 16ª sessão²¹ do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO que em seu documento final define:

²⁰ Ocorreu entre 24 e 26 de outubro de 1992, no Parc Naturel Régional des Vosges du Nord, em La Petite Pierre, França. Organizado pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

²¹ Realizada em 1992 na cidade de Santa Fé, Estados Unidos.

“47. As paisagens culturais são bens culturais e representam as **«obras conjugadas do homem e da natureza»** a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas.” (UNESCO, 2013, p.11). (grifo nosso).

Até então, a Convenção considerava a existência de patrimônio cultural e patrimônio natural (ver Anexo 2). A percepção de que havia bens que se encaixavam nas duas categorias transformou a paisagem em algo a ser valorizado e protegido não apenas como a ambiência de um bem isolado, mas sim pelo seu próprio valor e significado pleno. É interessante indicar que no mesmo ano foi realizada a ECO 92 na cidade do Rio de Janeiro, uma conferência da UNESCO cujo objetivo era estabelecer acordos internacionais para a proteção da integridade do sistema ambiental, tendo como produto a *Carta do Rio* que aborda a importância do desenvolvimento sustentável. (CURY, 2000).

O Conselho da Europa (COE)²² foi outra organização que tratou da paisagem ao realizar em 1995 um encontro para discutir a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, sintetizado no documento *Recomendação n°(95)9*. Tem por definição que a paisagem é:

(a) expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

A paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (CURY, 2000).

A recomendação tem por objetivo estabelecer linhas de orientação das políticas de paisagem, respeitando e valorizando as identidades europeias; e propor medidas para a conservação e a evolução controlada das áreas de paisagem cultural.

Como continuidade à *Recomendação n°(95)9*, o Conselho da Europa realizou em 2000 a *Convenção Europeia da Paisagem*, onde os Estados-membros definiram que a paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”, e que o objetivo da

²² É uma organização internacional composta por 47 Estados-membros, que tem como propósitos a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa.

Convenção é “promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio.” (COE, 2000, p.2).

Na Convenção, são traçadas orientações quanto ao trato da paisagem cultural como: o reconhecimento jurídico da paisagem como uma componente essencial do ambiente humano; estabelecimento e aplicação de políticas visando à proteção, gestão e ordenamento; criação de procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e autoridades regionais, e de outros intervenientes interessados; e integrar a paisagem nas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, nas políticas culturais, ambientais, agrícolas, sociais e econômicas. A Convenção não objetiva listar paisagens excepcionais, ela considera todas as paisagens importantes não fazendo distinção entre natural e cultural. (COE, 2000, p.4).

Na Europa, a partir da Convenção, a paisagem ganha uma importância além da questão patrimonial, ela passa a ser um fator de planejamento e gestão das cidades e zonas rurais em busca de um desenvolvimento sustentável. São exemplos da aplicação da Convenção o documento *Landscape Character Assessment - Guidance for England and Scotland* (Avaliação do Caráter da Paisagem - Orientação para Inglaterra e Escócia) produzido em 2002 que tem por objetivo identificar e criar planos de preservação das paisagens da Inglaterra e Escócia; o *Observatorio del Paisaje* (Observatório da Paisagem) que atua na região da Catalunha na Espanha, criado através da *Ley de Protección, Gestión y Ordenación del Paisaje de Cataluña* de 2004; do mesmo ano temos a *Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* que constitui a base fundamental para implementação da Convenção e operacionalização dos seus princípios, gerando a identificação de 128 unidades de paisagem.

Ainda no ano de 2000 foi produzida a *Carta de Cracóvia* sobre princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído. Na Carta, as paisagens são tidas como um patrimônio cultural, e “o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico.”²³. A conservação e preservação das paisagens devem ser centradas nos aspectos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis com o desenvolvimento sustentável. (UNESCO,

²³ “los paisajes como patrimonio cultural son el resultado y el reflejo de una interacción prolongada en diferentes sociedades entre el hombre, la naturaleza y el medio ambiente físico. Son el testimonio de la relación del desarrollo de comunidades, individuos y su medio ambiente.” (UNESCO, 2000) (tradução nossa).

2000). São orientações que acompanham as discussões da Convenção Europeia da Paisagem.

Em 2003, foi realizada a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* durante a 32ª Conferência Geral da UNESCO, cujo produto foi o documento *Recomendação de Paris* e a criação da *Convenção do Patrimônio Cultural Intangível*. A Convenção atua de forma semelhante à Convenção do Patrimônio Mundial, e desde 2008 inscreve bens na Lista do Patrimônio Cultural Intangível, com um total de 391²⁴ bens inscritos. A recomendação considera que há uma profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural.

Em 2010 foi proposta a criação da *International Landscape Convention* (Convenção Internacional da Paisagem), durante o 47º WORLD CONGRESS da IFLA realizado na China. A proposta foi levada à reunião organizada pela UNESCO, *Expert Meeting on International Landscape Convention* sediada em Paris (2010), e tinha por objetivo estimular um olhar mais integral e democrático para reconhecer a paisagem como uma ferramenta holística para o planejamento, a gestão e a criação de desenvolvimentos sustentáveis que reconheçam as ligações vitais entre o governo, a população, a cultura, saúde e economia. Define a paisagem como “um espaço-tempo resultado de fatores naturais e humanos, tanto tangíveis como intangíveis, que ao ser percebido e moldado pelas pessoas, reflita a diversidade das culturas”. (LALI, 2012).

A proposta foi rejeitada na 186ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO (2011b), que considerou que a melhor maneira de proteger as paisagens globalmente é continuar realizando as atividades da Convenção do Patrimônio Mundial. Apesar da negativa, os debates para a criação da convenção se estenderam até 2014, quando o ICOMOS organizou um workshop internacional em sua 18ª Assembleia Geral, *The International Protection of Landscapes: Regional Initiatives and Global Coordination* (A Proteção Internacional de Paisagens: Iniciativas Regionais e Coordenação Global). Esta assembleia teve como objetivo partilhar diferentes iniciativas quanto às paisagens regionais de todo o mundo, reunindo uma perspectiva global e salientando a importância da cooperação internacional.

²⁴ Fonte: www.unesco.org/culture/ich/en/lists.

O produto final da assembleia foi a *Declaração de Florença*, que versa sobre princípios e recomendações sobre o valor do patrimônio e das paisagens culturais para promover sociedades pacíficas e democráticas. A declaração aborda a paisagem como habitat cultural, e busca a sustentabilidade através do conhecimento tradicional e a conservação conduzida pelo empoderamento da comunidade. (ICOMOS, 2014).

No âmbito nacional, a paisagem começa a figurar como um bem patrimonial com criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)²⁵ através do Decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. No decreto são criados o instrumento de tombamento e os quatro livros do Tombo: *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes* e o *Livro do Tombo das Artes Aplicadas*. A paisagem é contemplada no primeiro livro, que aborda o patrimônio paisagístico mostrando “que desde aquele momento havia o interesse em se considerar bens de natureza paisagística como patrimônio nacional” (RIBEIRO, 2007, p. 69). No Artigo 1º do Decreto-lei nº 25 apresenta,

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os **sítios e paisagens** que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937) (grifo nosso).

A princípio foram inscritos no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* bens produzidos pelo homem de caráter paisagístico, como o Jardim Botânico (Fig. 18) tombado em 1938, e conjuntos arquitetônicos com pouca unidade formal, como a cidade de Congonhas (Fig. 19) em Minas Gerais tombada em 1941.

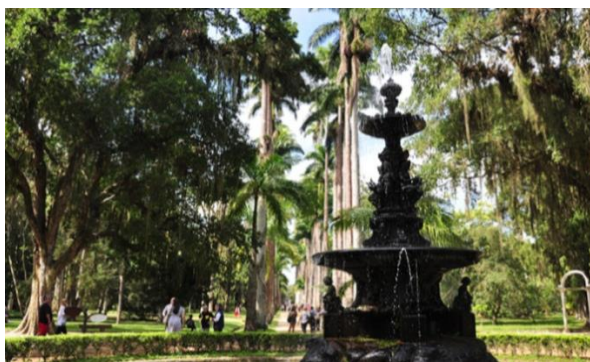


Fig. 18. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Fonte: www.rioguiasoficial.com.br



Fig. 19. Congonhas - MG. Fonte: www.portal.iphan.gov.br

Em 2007 foram realizados dois seminários cuja temática eram as paisagens culturais. O primeiro ocorreu na cidade de Bagé no Rio Grande do Sul, o *Seminário Semana do*

²⁵Desde 1970 é denominado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, tendo a participação do IPHAN, do governo local e de universidades. O produto do seminário foi a *Carta de Bagé* ou *Carta da Paisagem Cultural*, que tem por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira. A carta define em seu Artigo 2 que:

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural. (IPHAN, 2007a).

O segundo foi o Seminário *Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque* realizado em setembro do mesmo ano em Bonito, no estado de Mato Grosso do Sul. O seminário foi promovido pelo IPHAN e com a participação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SP). A partir do seminário elaborou-se a *Carta da Serra da Bodoquena - Carta das Paisagens Culturais e Geoparques*, com o objetivo de definir novos mecanismos para o reconhecimento, a defesa, a preservação e a valorização da Serra da Bodoquena, bem como de outras paisagens análogas existentes em território nacional. (IPHAN, 2007b).

As duas Cartas tratam de noções diferentes de paisagem cultural, a primeira mais próxima dos conceitos discutidos internacionalmente de forte apelo patrimonial e a segunda está muito atrelada à noção de paisagens como natureza, porém ambos falam da necessidade de se criar uma forma legal de proteção das paisagens culturais no âmbito nacional.

Como fruto dos debates mencionados acima, foi criado em 2009 um mecanismo de preservação da paisagem cultural, através da Portaria do IPHAN nº 127/2009, que define:

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal. (IPHAN, 2009).

Segundo o texto da Portaria, os motivos que justificam a criação do mecanismo na legislação nacional são: a expansão urbana, a globalização cultural, a massificação das paisagens urbanas e rurais, a fragilidade da preservação dos modos tradicionais de vida,

a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional. (IPHAN, 2009, p. 34).

Ultrapassando a fronteira nacional em direção aos países vizinhos na América Latina vemos que o debate sobre as paisagens também estava acontecendo nesse período. Em 2010 são produzidas cartas sobre a paisagem na Colômbia e na Costa Rica, no ano seguinte é a vez do México, da Argentina, da Bolívia e do Chile. Percebe-se uma forte influência da Convenção Europeia da Paisagem no conteúdo das cartas, que de forma geral, apresentam como objetivo reconhecer, valorar, proteger e gerir as paisagens vistas como fundamentais para as identidades nacionais.

Essas cartas nacionais contribuíram para a criação de um documento mais abrangente, a *Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural* (Carta Ibero-americana da Paisagem Cultural), que traz as recomendações propostas no *II Encontro de Paisagens Culturais* realizado em 2012 na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia. Tem como definições:

1. A paisagem cultural é o resultado da interação dos seres humanos sobre o ambiente natural, os traços de suas ações em um território cuja expressão é percebida e valorizada por suas qualidades específicas e, como suporte da memória e identidade de uma comunidade. Qualquer território que tem qualidades estéticas e históricas deve ser considerado como uma paisagem cultural e não apenas como lugares que precisam de atenção devido à sua vulnerabilidade.
2. A paisagem cultural tem de ser considerada como um sistema dinâmico, o resultado de processos ambientais, sociais, econômicos e culturais que ocorreram ao longo do tempo.
3. As paisagens culturais devem ser sustentáveis, ou seja, que elas possam manter-se ao longo do tempo, sem perda de suas qualidades e podem tornar-se um recurso para a humanidade.²⁶ (Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural). (tradução da autora).

A carta busca impulsionar uma rede ibero-americana de paisagens culturais com iniciativas conjuntas que conduzam a boas práticas, a coordenação de atuações dos diversos organismos dos estados vinculados, a integração e o desenvolvimento das zonas ou regiões comprometidas com o patrimônio paisagístico e cultural.

²⁶ 1. Un paisaje cultural es el resultado de la interacción del ser humano sobre el medio natural, las huellas de sus acciones en un territorio cuya expresión es percibida y valorada por sus cualidades específicas y, por ser soporte de la memoria y la identidad de una comunidad. Todo territorio que cuenta con cualidades estéticas e históricas debe ser considerado como paisaje cultural y no tan solo como sitios que requieren de atención por su vulnerabilidad.

2. El paisaje cultural ha de considerarse como un sistema dinámico, resultado de procesos ambientales, sociales, económicos y culturales que se han sucedido a través del tiempo.

3. Los paisajes culturales deben ser sostenibles, es decir, que se puedan mantener por si mismos en el tiempo, sin pérdida de sus cualidades y que puedan convertirse en un recurso para la humanidad. (Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural).

Atendendo às demandas da Carta Ibero-americana da Paisagem surge a *Iniciativa Latino America da Paisagem* (LALI - Latin American Landscape Initiative), que é uma declaração de princípios éticos para promover o reconhecimento, valorização, proteção, gestão e planejamento sustentável da paisagem latino-americana. Apresenta em seus princípios que:

1. A paisagem é um componente fundamental do patrimônio natural e cultural, contribuindo para o bem-estar humano, para felicidade, para a formação de culturas locais e para consolidação da identidade nacional.
2. A paisagem é um agente fundamental na preservação dos estilos de vida e no sentido de pertencimento.
3. A paisagem tem um papel importante de interesse público que constitui um recurso favorável à geração de emprego e criação de novas tecnologias.
4. A paisagem, na sua visão integral, participa no objetivo geral de alcançar a sustentabilidade e está intrinsecamente ligada às mudanças climáticas.
5. A paisagem não reconhece fronteira e é um complexo, integrador entre países limítrofes. (LILA, 2012).

O documento foi escrito na Colômbia em 30 de agosto de 2012 e foi assinado por representantes das organizações de arquitetos paisagistas dos seguintes países: Argentina (CAAP), Bolívia (SAPEMA), Brasil (ABAP), Chile (ICHAP), Colômbia (SAP), Costa Rica (ASOPAICO), Equador (SAPE), México (SAPM), Peru (APAP), Porto Rico (CAAPPR), Uruguai (AUDADP) e Venezuela (SVAP). Ainda teve a participação da IFLA, Estados Unidos da America IFLA-ICOMOS e México ICOMOS.

Ao longo do percurso apresentado é possível perceber uma ascensão vertiginosa da noção de paisagem, concebida como algo que deve ser preservado independentemente de sua excepcionalidade, pois representa diversas relações objetivas e subjetivas. Indo além, a paisagem ganha *status* de ferramenta de planejamento e desenvolvimento sustentáveis, sendo vista como um recurso ou uma entidade que transborda fronteiras e interesses em nível global.

A paisagem também possui importância como um registro da história, sendo imprescindível para compreender o lugar e a história do lugar. Como afirma Maderuelo (2010b), ela é um texto que pode ser lido, mostrando formas de viver e habitar, “(...) compreender o patrimônio do passado como paisagem no presente, como vivência do lugar.”²⁷

²⁷ “(...) comprender el patrimonio del pasado como paisaje en el presente, como vivencia del lugar.” (MADERUELO, 2010b, p126) (tradução da autora).

Quanto à paisagem cultural, como um mecanismo de preservação patrimonial, é notável que ela diferencie das tradicionais categorias de patrimônio cultural por conta de seu caráter mutável. A princípio, o patrimônio cultural era tratado como algo estático e eterno, era o monumento que expressava um valor específico e que deveria ser protegido e estudado. Mas quanto às paisagens, há diversos agentes que participam de sua construção, que atuaram e atuam sobre elas deixando marcas que conferem valor e autenticidade. Preservar sem impedir a sua transformação é uma das questões inerentes ao trato das paisagens. Como o objeto de estudo está inscrito na Lista de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural, o próximo item tratará as noções adotadas pela UNESCO e como essa prática se expressa através das paisagens culturais consideradas de Valor Universal Excepcional.

Tabela 1. Síntese histórica da proteção das paisagens. Fonte: a autora.

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM
748 d.C.	Decreto do Imperador Tagn Xuan - proteção do Monte Wuyi	China
Século XIX e XX	<i>Lüneburger Heide e Fontainebleau</i>	Alemanha/França
1872	<i>Yellowstone National Park</i> – Unidade de Conservação	EUA
1931	Carta de Atenas – primeiro ato normativo	Internacional
1937	Criação do SPHAN (IPHAN)	Brasil
1940	Convenção de Washington – Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Silvestre	Américas
1845	<i>National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty</i>	Inglaterra
1948	União Internacional para a Proteção da Natureza (atual IUCN)	Internacional
1962	Recomendação de Paris – proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios	Internacional
1964	Carta de Veneza – a importância do entorno	Internacional
1967	Normas de Quito – paisagens como possuidoras de marcas e expressões do passado de inestimável valor	Américas
1972	Convenção do Patrimônio Mundial	Internacional
1976	Recomendação de Nairobi – salvaguarda de conjuntos históricos	Internacional
1987	Carta de Washington – cidades e centros históricos	Internacional
1992	Convenção do Patrimônio Mundial – categoria Paisagem Cultural	Internacional
1992	Carta do Rio – ECO 92, a importância do desenvolvimento sustentável	Internacional
1995	Recomendação nº(95)5	Europa
2000	Convenção Europeia da Paisagem	Europa
2000	Carta da Cracóvia	Internacional
2003	Recomendação de Paris – patrimônio cultural imaterial	Internacional
2007	Carta de Bagé – Carta da Paisagem Cultural Carta da Serra da Bodoquena	Brasil
2009	Chancela da Paisagem Cultural – instrumento do IPHAN	Brasil
2010-11	Cartas da Paisagem – Colômbia, Costa Rica, México, Argentina, Bolívia e Chile	América Latina
2012	Carta Brasileira da Paisagem	Brasil
2012	Carta Ibero-americana da Paisagem Cultural – criação da LALI – Iniciativa Latino Americana da Paisagem	América Latina
2014	Declaração de Florença – paisagem como habitat cultural	Internacional

2.2. A paisagem patrimônio da UNESCO

Para ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial um bem deve atender a critérios e condições estabelecidas pela Convenção do Patrimônio Mundial cujo objetivo é estimular a preservação dos bens pelo Valor Universal Excepcional que possuem. O processo de titulação vem sendo atualizado desde a criação da Convenção em 1972, alguns conceitos foram modificados para inclusão de bens até então não contemplados, como é o caso da categoria paisagem cultural.

Como princípio, a Convenção introduz definições do que é o Patrimônio Mundial, divididos nas categorias patrimônio natural e cultural (Anexo 2), patrimônio misto e paisagem cultural, que é a categoria mais recente (1992). A comprovação do Valor Universal Excepcional de um bem requer o atendimento de critérios pré-estabelecidos pela UNESCO, que dividiam em dois conjuntos, um primeiro para o patrimônio cultural e um segundo para patrimônio natural. Uma revisão foi realizada em 2005 unificando os dez critérios em um único grupo (Anexo 3).

Além de se enquadrar em pelo menos um dos critérios, a candidatura deve desenvolver uma Declaração de Integridade²⁸, e os bens inscritos de caráter cultural devem ainda produzir uma Declaração de Autenticidade²⁹, onde os valores culturais serão expressos através dos atributos listados como: forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e enquadramento; espírito e sentimentos. (UNESCO, 2013, p.18-19).

Por fim, é necessário indicar como se dará a preservação do bem, que deve contar com uma proteção legislativa, regulamentar, institucional ou tradicional adequada que garanta a sua salvaguarda por longo prazo. A UNESCO realiza uma análise periódica do estado geral do bem. Caso conclua que houve a perda do Valor Universal Excepcional, a partir do

²⁸ Se refere à apreciação de conjunto e do caráter intacto do patrimônio e dos seus atributos, ou seja, se o bem possui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional; com a dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; e se sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e da falta de manutenção. (UNESCO, 2013, p.18-19).

²⁹ Documento de Nara (1994) sobre a autenticidade fornece a base prática para o exame da autenticidade dos bens na Convenção do Patrimônio Mundial.

qual foi inscrito, ele será retirado da lista. Até o momento, apenas dois bens passaram por esse processo e serão abordados mais à frente. (UNESCO, 2013, p.20).

Todas essas informações devem ser apresentadas no documento de inscrição, que serão avaliadas pelas organizações consultivas do Comitê do Patrimônio Mundial: seja pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e/ou a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Tratando da categoria paisagem cultural, além da definição, a Convenção apresenta que elas devem ser escolhidas com base na sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida e da sua capacidade de ilustrar os elementos essenciais e distintivos de tais regiões. A expressão “paisagem cultural” abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural. Além da sua definição, a Convenção apresenta três categorias diferentes de paisagem cultural:

- i. A mais fácil de identificar é a **paisagem claramente definida**, intencionalmente concebida e criada pelo homem, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.
- ii. A segunda categoria é a **paisagem essencialmente evolutiva**. Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias:
 - uma **paisagem relíquia** (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;
 - uma **paisagem viva** é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.
- iii. A última categoria compreende a **paisagem cultural associativa**. A inscrição destas paisagens na Lista do Patrimônio Mundial justifica-se pela força da associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes. (UNESCO, 2013, p.70) (grifo nosso).

Segundo Ribeiro (2007), as categorias parecem englobar diferentes noções: a **paisagem claramente definida** está ligada a uma tradição do paisagismo e da arquitetura da paisagem. O que podemos associar à origem da paisagem ocidental, que teve sua gênese na arte e na busca pela beleza.

A **paisagem essencialmente evolutiva**, que subdivide-se em **paisagem relíquia** e **paisagem viva**, traz em si conceitos da geografia cultural³⁰ através da perspectiva evolucionista e historicista, dando ênfase na forma como o homem construiu determinada paisagem ao longo do tempo (RIBEIRO, 2007). Porém, a paisagem relíquia se constitui em uma contradição, pois sua definição aborda sítios “congelados” no tempo como pinturas de paisagem.

Ainda segundo Ribeiro (2007), a **paisagem associativa** parte de uma matriz que valorizava as associações culturais feitas em torno de determinada paisagem, abordagem praticada na geografia cultural a partir da década de 1980. Mas, também podemos afirmar que a categoria contempla a noção de paisagem oriental, do *shanshui* apresentado por Berque (2012), onde as relações do homem com seu meio são espirituais.

Segundo o levantamento realizado na plataforma online da UNESCO, até o ano de 2015 foram inscritas 93 paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial (ver Anexo 6). Em 2003, foi publicado o estudo sobre a primeira década de existência da categoria, com 30 paisagens culturais listadas, o *World Heritage Cultural Landscape 1992-2002* de Peter Fowler. O estudo nos mostra três questões importantes sobre como se iniciou a prática da categoria; a primeira trata da inscrição de potenciais paisagens culturais na categoria sítio misto; a segunda é sobre incorporação de bens que eram classificados como patrimônio natural; e última questão aborda a migração de bens inscritos em outras categorias, que é o caso da primeira paisagem inscrita, o *Parque Nacional de Tongario* (1990-1993) na Nova Zelândia. (FOWLER, 2003).

Esse estudo evidenciou uma prática limitada da categoria, restrita apenas às paisagens rurais ou sítios naturais. Fowler (2003) recomenda que a proteção de paisagens culturais como Patrimônio Mundial deve considerar todos os tipos de paisagem, seja urbana, industrial, costeira e/ou submarina, e, ao identificar essas paisagens que expressam um Valor Universal Excepcional e atendem aos critérios, se deve inscrevê-las como paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial.

Fowler (2003) também nos apresenta que a avaliação das inscrições na categoria paisagem cultural se dá através de dez perguntas básicas (ver Anexo 5) ligadas

³⁰ SAUER, Carl O. A morfologia da Paisagem. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

principalmente aos critérios culturais, que se complementam a cada passo e abordam temas como: significado, excepcionalidade, representatividade, autenticidade, integridade, valor, conservação e gestão. (FOWLER, 2003, p.127).

A segunda década de paisagens culturais inscritas - o período de 2003 a 2012 - foi objeto de estudo da arquiteta e urbanista Vanessa Figueiredo (2014) para sua tese³¹ de doutorado. A autora verificou que há uma predominância das paisagens vivas (uma das duas categorias de paisagem essencialmente evolutiva), e que a natureza está representada em todos os sítios através de elementos ou atributos naturais, com destaque às formações montanhosas, a vegetação, os rios e os mares. (FIGUEIREDO, 2014, p.124). Entre os anos de 2013 e 2015 foram inscritas mais 11 paisagens culturais.

Em um segundo documento produzido pela UNESCO sobre paisagem cultural, o *World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management* (2009), é feita uma associação entre as categorias de paisagem cultural e os critérios culturais para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. A **paisagem claramente definida** foi associada ao critério (i); as **paisagens essencialmente evolutivas** (paisagem viva e paisagem relíquia) atenderiam aos critérios (ii), (iii), (iv) e (v); e a **paisagem associativa** com o critério (vi). (MITCHELL; ROSSLER; TRICAUD, 2009, p.121). Para um melhor entendimento do que esses critérios culturais representam no que se refere às paisagens culturais, foi produzida a Tabela 2, onde foram estabelecidos nomes que destacam a principal característica das paisagens listadas.

São feitas das seguintes associações: para o critério (i) – **“paisagem projetada”**- está relacionado a jardins e parques; o critério (ii) – **“paisagem urbana”** – tem o maior potencial para o reconhecimento de paisagens em contextos dinâmicos por valorizar o intercâmbio de influências, o que é uma característica inerente às cidades; o critério (iii) – **“paisagem relíquia”** – atende aos sítios arqueológicos por abordar civilizações desaparecidas; o critério (iv) – **“paisagem histórica”** - que é o mais utilizado e contempla diferentes contextos habitados e tem a paisagem como um texto que pode ser lido (MADERUELO, 2010b); o critério (v) – **“paisagem tradicional”** – expressa a relação de dependência entre o homem e seu meio, principalmente em contextos rurais; e para o

³¹ *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.* Vanessa Gayego Bello Figueiredo. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

critério (v) – “**paisagem espiritual**” – tende a ser utilizada em paisagens associativas que possuem uma relação espiritual do homem com elementos naturais.

Tabela 2. Rebatimento dos critérios culturais em paisagens culturais. Fonte: a autora.

CRITÉRIOS (UNESCO, 2013)	PAISAGEM “TIPO”
(i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;	Paisagem projetada
(ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens ;	Paisagem urbana
(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida ;	Paisagem relíquia
(iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;	Paisagem histórica
(v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar , que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente , especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;	Paisagem tradicional
(vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional ³² ;	Paisagem espiritual

As associações entre os critérios e “tipos” característicos de paisagem se deram através do conteúdo proposto pela definição da UNESCO e da identificação dos critérios pelos quais se justificou o Valor Universal Excepcional das 94 paisagens culturais inscritas, o que gerou a **Erro! Autoreferência de indicador não válida.**, com a distribuição quantitativa de critérios por categoria de paisagem.

Tabela 3. Relação entre as categorias de paisagens culturais inscritas e os critérios utilizados. Fonte: a autora.

Categorias (ver Anexo 4)		Critérios (ver Anexo 3)									
		Culturais						Naturais			
Inscritas na Lista do Patrimônio		(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	(vii)	(viii)	(ix)	(x)
10	Paisagem Claramente Definida	3	7	3	10	1	1	-	-	-	-
51	Paisagem Viva	2	18	25	33	30	11	1	1	-	-
18	Paisagem Relíquia	1	5	15	9	7	1	2	1	2	1
15	Paisagem Associativa	-	3	11	7	7	11	3	1	2	1
94	Total	6	33	54	59	45	24	6	3	4	2

³² O Comitê considera que este critério deve ser utilizado conjuntamente com outros.

Os critérios mais utilizados - (ii), (iii), (iv) e (v) – possuem definições que mais se aproximam do conceito de paisagem cultural utilizado pela UNESCO (2013, p.11), “obras conjugadas do homem e da natureza” que “ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo”. É importante observar que os critérios (ii) e (iv) passaram a citar a paisagem de forma literal em suas definições após a revisão realizada em 1992 com a criação da categoria paisagem cultural.

Na sequência, serão apresentadas paisagens culturais inscritas na Lista de Patrimônio Mundial e que são consideradas relevantes e ilustrativas para o que a pesquisa se propõe.

Para ilustrar o tipo **paisagem claramente definida**, utilizaremos o exemplo de Sintra em Portugal, que foi inscrita em 1995. A *Paisagem Cultural de Sintra*³³ tem como valor universal excepcional representar uma abordagem pioneira de paisagismo e arquitetura romântica que teve uma influência notável sobre o resto da Europa. No século XIX o rei Ferdinand II transformou as ruínas de um mosteiro em um palácio, recorrendo à utilização de elementos arquitetônicos góticos, egípcios, mouros e renascentistas, e criou um parque misturando espécies de árvores locais e exóticas. A construção de outras edificações inspiradas neste modelo ao longo da serra circundante criou uma combinação única de parques e jardins, como apresentado na Fig. 20. Seu valor se justifica pelos critérios (ii), (iv) e (v); todos relacionados a aspectos culturais por conta dos monumentos arquitetônicos e paisagísticos.

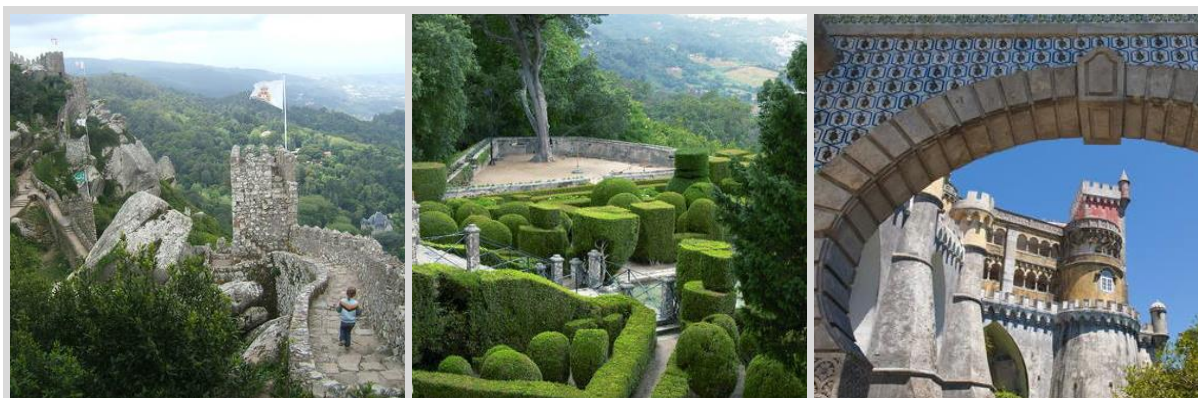


Fig. 20. Sintra. Autor: Fiona Starr (1), Geoff Mason (2) e M & G Therin-Weise (3). Fonte: www.whc.unesco.org

O tipo paisagem claramente definida é o que possui a menor quantidade de exemplos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, com um total de apenas 10 sítios. Essas

³³Cultural Landscape of Sintra. UNESCO. World Heritage List. Fonte: whc.unesco.org/en/list/723.

paisagens são constituídas por uma associação harmônica entre monumentos arquitetônicos e jardins.

Representando a **paisagem relíquia** foi escolhido um exemplo que está na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo³⁴, *As vilas antigas no norte da Síria*³⁵. O bem foi inscrito em 2011, através dos critérios (iii), (iv) e (v), sendo essencialmente um bem arqueológico mostrado na Fig. 21 e Fig. 22. Trata-se um conjunto de quarenta aldeias antigas localizadas em um maciço calcário no noroeste da Síria. São expressões do estilo de vida rural do final da antiguidade e do período bizantino. Foram abandonadas entre os séculos VIII e X, mas ainda detêm monumentos originais e edifícios em bom estado de preservação. Desde 2012 a UNESCO vem alertando o mundo sobre a situação de risco na Síria devido ao conflito armado que põe em risco seu patrimônio e sua população.



Fig. 21. Kfeir. Autor: Simone Ricca. Fonte: www.whc.unesco.org



Fig. 22. Igreja em Baqirha Autor: François Cristofoli.

As paisagens relíquias são compostas por sítios arqueológicos de diferentes dimensões e estados de conservação, e são representativas dos modos de viver de grupos sociais. Entre os 19 exemplos listados há paisagens que ilustram modos rudimentares de agricultura e cavernas, e outras que são constituídas por parques industriais, demonstrando a grande abrangência histórica que é contemplada pela categoria.

A primeira paisagem cultural reconhecida foi o *Parque Nacional Tongariro*³⁶ na Nova Zelândia, sendo classificada como **paisagem associativa**. O bem foi inscrito em 1990 como patrimônio natural por seu valor geológico e ecológico, porém, em 1993 foi reavaliado de acordo com os novos critérios aplicáveis à paisagem cultural. O parque

³⁴ Quando um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial é ameaçado por perigos graves e concretos, o Comitê considera a possibilidade de inscrevê-lo na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Quando o Valor Universal Excepcional do bem, que justificou a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial é destruído, o Comitê considera a possibilidade de retirar o bem da Lista do Patrimônio Mundial. (UNESCO, 2013, p.2).

³⁵ *Ancient Villages of Northern Syria*. UNESCO. *World Heritage List*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1348.

³⁶ *Tongariro National Park*. UNESCO. *World Heritage List*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/421.

possui vulcões ativos e extintos, e uma ampla variedade de ecossistemas (ver Fig. 23). As montanhas situadas no coração do parque possuem um significado religioso para o povo Maori, o que justificou ter sido classificada como uma paisagem associativa, que possui um valor imaterial e atende ao critério (vi). O bem também corresponde aos critérios (vii) e (viii) que se referem a patrimônio natural.



Fig. 23. Tongariro. Autor: S. A. Tabbasum (1) (2), Chris Morton (3). Fonte: www.whc.unesco.org

Com 15 sítios inscritos, as paisagens associativas representam relações intangíveis que um grupo social possui com elementos tangíveis da natureza, tais como montanhas, florestas e corpos d'água.

Como **paisagem viva**, iremos citar o sítio que foi retirado da Lista do Patrimônio Mundial em 2009. Trata-se do *Vale de Elba em Dresden*³⁷, que está localizado na Alemanha e foi inscrito em 2004 através dos critérios (ii), (iii), (iv) e (v). A paisagem cultural se estende pela margem do rio Elba por 18 km e possui importantes elementos de patrimônio arquitetônico, urbano e rural. Nas Fig. 24 e Fig. 25 se destaca o centro histórico da cidade com seus numerosos monumentos e parques que datam do século XVI ao XX.



Fig. 24. Vale Elba. Autor: Silvan Rehfeld



Fig. 25. Vale Elba. Autor: Silvan Rehfeld. Fonte: www.whc.unesco.org.

³⁷ *Dresden Elbe Valley*. UNESCO. World Heritage List. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1156.

A paisagem cultural de Dresden perdeu o título por conta da construção de uma ponte que alterou sua paisagem, significando a não manutenção do seu Valor Universal Excepcional. O Comitê do Patrimônio Mundial permite que a Alemanha apresente uma nova proposta com critérios e limites atualizados. Este foi o segundo bem a ser removido da Lista do Patrimônio Mundial, o primeiro foi o *Santuário do Oryx Árabe*³⁸, que é um deserto com um ecossistema único e teve sua delimitação reduzida em 90% pelo seu Estado Parte.

Outro exemplo de **paisagem viva** é a *Paisagem Cultural Cafeteira*³⁹ na Colômbia, que é o resultado do processo de adaptação humana desde o século XIX, que persiste até hoje criando uma economia e tradição cultural profundamente enraizada na produção de café. O bem é composto por uma série de seis sítios com dezoito assentamentos urbanos, em uma área montanhosa, como o apresentado na Fig. 26. As características geográficas influenciaram a tipologia arquitetônica (ilustrada na Fig. 27), o estilo de vida, o uso do solo e as técnicas construtivas. A paisagem foi inscrita em 2011 através dos critérios (v) e (vi), representando um patrimônio urbano e rural da Colômbia. A UNESCO apresenta que a inscrição possui boas práticas, sendo um exemplo interessante pela gestão inovadora.



Fig. 26. Apia, Risaralda. Autor: David Abreo. Fonte: www.whc.unesco.org.



Fig. 27. Café Colombiano. Autor: Beatriz Gonzalez.

As paisagens vivas compõem mais da metade da lista de paisagens inscritas com um total de 52 bens. São os mais diversos sítios, alguns são agrários com plantações de arroz a vinhedos, outros também são compostos por povoados como pequenas vilas litorâneas ou penduradas em penhascos. Entretanto, a maior parte possui caráter rural, o que vai de acordo a seguinte definição da UNESCO:

³⁸ *Arabian Oryx Sanctuary*. UNESCO. *World Heritage List*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/654.

³⁹ *Coffee Cultural Landscape of Colombia*. UNESCO. *World Heritage List*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1121.

As paisagens culturais frequentemente **refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras**, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma **relação espiritual específica com a natureza**. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das **paisagens culturais tradicionais** seja útil para a manutenção da diversidade biológica. (UNESCO, 2013, p. 70). (grifo nosso).

As paisagens rurais representariam as ditas “paisagens culturais tradicionais”. De fato, ao analisarmos as paisagens culturais inscritas na Lista de Patrimônio Mundial, percebemos que elas compõem a maior parcela dos sítios, enquanto a presença de áreas urbanas foi identificada em apenas 14 paisagens culturais, que estão apresentadas na Tabela 4 e descritas no Anexo 7.

Tabela 4. Paisagens culturais com área urbana, baseado na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Fonte: a autora.

Paisagens Culturais com área urbana em seus limites ⁴⁰					
Ano	Estado Parte	Título	Atividade produtiva	Critérios	Elemento natural
1997	Áustria	Paisagem Cultural Hallstatt-Dachstein Salzkammergut	Mineração de sal	(iii) (iv)	Montanha, vegetação e lago
1997	Itália	Portovenere, Cinque Terre, e as Ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto)	Agricultura	(ii) (iv) (v)	Montanha, vegetação e mar
1997	Itália	Costa Amalfitana	Vinicultura	(ii) (iv) (v)	Montanha e mar
1999	França	Jurisdição de Saint-Emilion	Vinicultura	(iii) (iv)	Vegetação e rio
2000	França	Vale Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes	Agricultura	(i) (ii) (iv)	Montanha, vegetação e rio
2000	Lituânia	Istmo de Curonian	Pesca	(v)	Duna, vegetação e mar-rio
2002	Alemanha	Vale do Reno	Vinicultura	(ii) (iv) (v)	Montanha e rio
2002	Hungria	Paisagem Cultural Histórica da Região do Vinho Tokaj	Vinicultura	(iii) (v)	Montanha e rio
2004	Alemanha	Vale do Elba em Dresden (2009)	Diversos	(ii) (iii) (iv) (v)	Montanha, vegetação e rio
2007	Suíça	Lavaux e os Terraços de Vinhedos	Vinicultura	(iii) (iv) (v)	Montanha e rio
2011	Colômbia	Paisagem Cultural Cafetero	Cafeicultura	(v) (vi)	Montanha e vegetação
2012	Brasil	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar	Diversos	(v) (vi)	Montanha, vegetação e mar

⁴⁰ A descrição de cada uma dessas paisagens culturais está disponível no Anexo 7 desta dissertação.

2012	França	Bacia mineira Nord-Pas de Calais	Mineração de Carvão	(ii) (iv) (vi)	Montanha e campo
2015	Turquia	Paisagem Cultural da Fortaleza Diyarbakır e Jardins Hevsel	Diversos	(iv)	Vegetação e rio

Uma primeira questão ficou evidente sobre os sítios que possuem área urbana, a hegemonia de paisagens europeias com 11 sítios dentre os 14 sítios identificados (os outros 3 sítios estão localizados na Colômbia, Brasil e Turquia). Todos estão classificados como paisagens vivas, o que se comprova pela constante associação entre as atividades produtivas e a forma como o homem transformou o meio natural. Essas atividades influenciaram a formação das paisagens, que em alguns casos é a mesma atividade até o momento atual. Como exemplo os sítios de *Lavaux e os Terraços de Vinhedos* na Suíça e *Paisagem Cultural Histórica da Região do Vinho Tokaj* na Hungria, ambos ainda são produtores de vinho.

Na lista figuram paisagens cuja beleza deriva da harmonia entre os elementos naturais e as intervenções humanas. Os elementos naturais estão sempre presentes e são facilmente identificados, como mostra a coluna dedicada a eles na Tabela 4, é constante a presença de montanhas e corpos d'água. Como um exemplo, a paisagem cultural de *Portovenere, Cinque Terre, e as Ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto)* na Itália, cujo sítio natural é composto por penhascos, que foram sendo ocupados por pequenas cidades criando uma tipologia arquitetônica única. A presença de corpos d'água foi importante para o desenvolvimento de algumas dessas cidades, garantindo vias de transporte de pessoas e comércio, processo que se deu na paisagem cultural do *Vale do Reno* com o rio Reno e o *Vale Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes* com o rio Loire.

Com exceção do Rio de Janeiro, Dresden e Diyarbakır, todas as cidades inseridas em sítios de paisagem cultural são pequenas e podem ser classificadas como "cidades históricas habitadas"⁴¹. Elas representam uma época ou cultura específica, que por conta dos mais diversos motivos mantiveram a sua forma "original", não sofrendo as pressões de

⁴¹ Trata-se de uma das categorias de Cidade e Centros Históricos que é praticada pela UNESCO, que possui quatro subcategorias. As que interessam para os exemplos apresentados são: "cidades típicas de uma época ou de uma cultura, quase totalmente conservadas e que praticamente não foram afetadas por qualquer desenvolvimento subsequente" e "cidades de caráter evolutivo exemplar que conservaram, por vezes no quadro de um sítio natural excepcional, uma organização do espaço e estruturas características das sucessivas fases da sua história." (UNESCO, 2012, p.72).

crescimento urbano. O exemplo mais evidente é a *Jurisdição de Saint-Emilion*, que parece ter saído diretamente da Idade Média.

Os critérios mais utilizados são o (iv) e o (v), cada um aparece em 9 paisagens, o primeiro trata a paisagem como uma expressão acabada dos processos realizados em um período específico e significativo da história humana; enquanto o segundo tem a paisagem como uma expressão do próprio processo de interação do homem com o meio. São duas formas distintas de valorizar a paisagem, porém o critério (v) é o mais próximo da definição de paisagem cultural praticada pela UNESCO – “obras conjugadas do homem e da natureza”. (UNESCO, 2013, p. 11).

A pouca presença de cidades em paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial se deve, em parte, pela noção de paisagem ainda muito atrelada à natureza, o que se comprova pelos sítios até então inscritos e pelas definições aplicadas pela UNESCO. A organização também argumenta que há uma dificuldade em garantir a preservação de sítios em áreas urbanas, o que é exemplificado pelo caso de Dresden, com a impossibilidade de conciliar questões patrimoniais com as necessidades estruturais de uma cidade dinâmica.

Reconhecendo a urgência do tema, a questão das áreas urbanas em paisagens culturais foi debatida pela UNESCO no *Memorando de Viena* de 2005 - resultado da Conferência Internacional "Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea: Gestão das paisagens históricas urbanas"⁴². O documento cita que o conceito de paisagem histórica urbana já havia sido abordado em 1976 pela “Recomendação relativa à Salvaguarda e o Papel Contemporânea das Áreas Históricas”⁴³, definindo como todo grupamento de edificações e espaços livres tanto no meio urbano como no rural cuja coesão e valor são reconhecidos. A definição proposta pelo memorando é semelhante a anterior, sendo exposta da seguinte forma:

A paisagem histórica urbana incorpora expressões e evoluções sociais atuais e do passado que caracterizam o lugar. Ela é composta de elementos que definem seu caráter o que inclui usos da terra e padrões, organização espacial, relações visuais, topografia e solos, vegetação, e todos os elementos de infraestrutura técnica, incluindo objetos de pequena

⁴² “*World Heritage and Contemporary Architecture - Managing the Historic Urban Landscape*”, ocorrida de 12 a 14 de Maio de 2005 em Viena – Áustria.

⁴³ “The historic urban landscape, building on the 1976 *UNESCO Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas*, refers to ensembles of any group of buildings, structures and open spaces, in their natural and ecological context, including archaeological and palaeontological sites, constituting human settlements in an urban environment over a relevant period of time (...).” (UNESCO, 2005).

escala e detalhes de construção (passeios, pavimentação, drenagem, iluminação, etc.).⁴⁴ (UNESCO, 2005) (tradução da autora).

De um modo geral, o memorando tratou da necessidade de promover o desenvolvimento urbano sustentável integrado à paisagem e suas determinantes históricas e contemporâneas. Após o memorando, diversos eventos foram realizados a fim de discutir os conceitos e aplicação da noção de paisagem histórica urbana, dentre os quais dois foram realizados no Brasil, um primeiro em Olinda⁴⁵, Pernambuco, (2007) e outro no Rio de Janeiro⁴⁶ (2009).

Na reunião realizada em Olinda, foram apresentados os casos das paisagens culturais de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, com a perspectiva de inserir esses dois sítios na Lista do Patrimônio como paisagem urbana histórica. Isabella Cury (2012) relata que a proposta de Buenos Aires incluía a área urbana, com seu conjunto edificado e paisagístico, porém a candidatura não foi aceita. Tendo em vista o ocorrido com Buenos Aires, a candidatura do Rio de Janeiro retirou o centro histórico da área proposta, ficando apenas com os elementos paisagísticos. (CURY, 2012). O evento realizado em 2009 na cidade do Rio de Janeiro foi um encontro de especialistas da UNESCO e IPHAN, tendo como tema a inclusão da paisagem histórica urbana no *Guia Operacional da Convenção do Patrimônio Mundial*, o que não foi feito, se optando pela criação de um documento de recomendação. (UNESCO, 2010).

O documento *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana* foi então produzido pela UNESCO em 2011 com o objetivo de orientar as implicações das paisagens culturais em áreas urbanas. Trata-se de uma recomendação e não uma categoria, que define paisagem histórica urbana como “a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de ‘centro histórico’ ou ‘ensemble’ para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica.” (UNESCO, 2011, p.3).

⁴⁴ “The historic urban landscape is embedded with current and past social expressions and developments that are place-based. It is composed of character-defining elements that include land uses and patterns, spatial organization, visual relationships, topography and soils, vegetation, and all elements of the technical infrastructure, including small scale objects and details of construction (curbs, paving, drain gutters, lights, etc.).” (UNESCO, 2005).

⁴⁵ World Heritage Centre, Regional Conference “Historic Urban Landscapes in the Americas” Olinda, Brazil, 12 to 14 November 2007.

⁴⁶ The Expert meeting on the inclusion of the Historic Urban Landscape in the relevant sections of the text of the *Operational Guidelines* was held from 7 to 11 December 2009 in Rio de Janeiro, Brazil, hosted by the Government of Brazil and IPHAN and organized in cooperation with the UNESCO World Heritage Centre. (UNESCO, WORLD HERITAGE COMMITTEE. Thirty-fourth session. Brasília, Brazil. 25 July – 3 August 2010).

A recomendação frustrou as expectativas dos que esperavam por um conceito mais abrangente, inserido na categoria de paisagem cultural, que reconhecesse a dinâmica dos territórios urbanos em seus contextos ambientais e geográficos de forma mais ampla. (CURY, 2012). O documento não trata da paisagem de cidades ou paisagens urbanas, e sim de novas abordagens sobre patrimônio ambiental urbano frente às pressões contemporâneas, tais como a globalização e urbanização acelerada, sendo uma espécie de revisão da “Recomendação Relativa à Salvaguarda e o Papel Contemporâneo das Áreas Históricas” de 1976.

Pelo que foi exposto sobre a lista das paisagens culturais com área urbana em seus limites apresentada na Tabela 4, percebemos que os sítios europeus são facilmente contemplados pela recomendação, por possuírem áreas urbanas históricas em seus limites. De uma forma geral, essa predominância ocorre também nos outros tipos de paisagem, que dentre o total de 93 paisagens culturais inscritas, 42 estão localizadas na Europa. Isso comprova que, de uma forma geral, os conceitos praticados pela UNESCO com relação à categoria paisagem cultural são mais facilmente aplicados no contexto europeu.

As três paisagens culturais que possuem área urbana em seus limites, e que não pertencem à Europa estão localizadas na Colômbia, Brasil e Turquia. A *Paisagem Cultural Cafetero* da Colômbia possui um processo de formação semelhante ao apresentado pelas paisagens europeias. A formação das pequenas cidades que compõem o sítio está atrelada à produção de café, mas a paisagem possui uma extensa área rural, se configurando como uma paisagem rural. (ICOMOS, 2011).

Os sítios do Brasil e da Turquia se configuram em casos específicos, pois ambos possuem áreas urbanas de grandes metrópoles dentro de seus limites, a cidade Rio de Janeiro e a cidade de Diyarbakir respectivamente. Outro sítio que possuía essa característica específica era a paisagem cultural de Buenos Aires, cuja candidatura foi retirada em 2009.

Para entender melhor a prática da categoria Paisagem Cultural, os três sítios – Rio de Janeiro no Brasil, Buenos Aires na Argentina e Diyarbakir na Turquia - serão analisados de forma comparativa, mas primeiro nos debruçaremos sobre a candidatura *Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar*.

3

RIO DE JANEIRO PATRIMÔNIO MUNDIAL

É sobre a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro como um Patrimônio Mundial que o atual capítulo se dedica, dividido em três partes que buscam apresentar e analisar a candidatura no que se refere ao processo de produção, de avaliação e inserção na Lista do Patrimônio Mundial.

No primeiro item será abordada a candidatura do Rio de Janeiro com sua delimitação e valores representados em paralelo às exigências impostas pela Convenção do Patrimônio Mundial, tendo como base o Dossiê de candidatura. O segundo item trata da avaliação das candidaturas do Rio de Janeiro, tanto a inscrição na categoria paisagem cultural, quanto na categoria patrimônio misto. Essa análise dos documentos de avaliação do ICOMOS e da IUCN busca aprofundar o entendimento do que seria a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro para a UNESCO, incluindo também a visão de técnicos que atuaram na elaboração da candidatura e na gestão atual do sítio.

No último item se faz uma comparação entre o objeto empírico e outras duas paisagens culturais que foram selecionadas dentre as 93 paisagens inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, e que possuem uma característica semelhante entre si: serem sítios em grandes cidades – Rio de Janeiro, Buenos Aires e Diyarbakir. A comparação tem por objetivo identificar de que forma esses três sítios urbanos construíram as narrativas de suas candidaturas.

3.1. Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar

“Nada representa mais o estágio civilizatório, a genialidade, os desafios, as contradições, a singularidade cultural da sociedade brasileira do que a Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro”⁴⁷.

Durante o 36º Conselho do Patrimônio Mundial realizado no dia 6 de julho de 2012, em São Petersburgo, na Rússia, a UNESCO reconheceu a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial. Essa foi uma segunda candidatura do Rio de Janeiro, a primeira foi enviada à UNESCO em 2002, se enquadrando na categoria patrimônio misto cultural e natural⁴⁸. Na ocasião, recomendou-se então a adequação para categoria paisagem cultural.

A inscrição foi coordenada pelo IPHAN tendo a participação de outras instituições⁴⁹. O produto dessa cooperação interinstitucional foi o *Dossiê Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*, documento que apresenta as informações exigidas para submissão da candidatura na Convenção do Patrimônio Mundial. Os valores e a delimitação do sítio foram definidos por um conjunto interdisciplinar de especialistas, composto por arquitetos e urbanistas, geógrafos, historiadores e antropólogos.

No dossiê o bem foi apresentado como um patrimônio cultural, e segundo o Artigo 1º da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, trata-se de um Sítio, “obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza” (Anexo 2). E pela nova resolução de 1992, também se trata de uma paisagem cultural, cujo Valor Universal Excepcional foi descrito da seguinte forma:

O Rio de Janeiro, **metrópole tropical** que cresceu entre o mar, a montanha e a floresta, concentra aspectos da natureza que conferem característica única à sua paisagem, revelando o seu valor universal excepcional. (IPHAN, 2011, p.14) (grifo nosso).

⁴⁷ Trecho da Apresentação do Dossiê Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar, autoria de Luiz Fernando de Almeida Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na época da candidatura (IPHAN, 2011).

⁴⁸ São considerados «patrimônio misto cultural e natural» os bens que respondem a uma parte ou à totalidade das definições de patrimônio cultural e natural que constam dos artigos 1º e 2º da Convenção. (UNESCO, 2013, p.11).

⁴⁹ Parque Nacional da Tijuca, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, Associação dos Empresários Amigos da UNESCO, Jardim Botânico, Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) e Instituto Pereira Passos.

A Declaração do Valor Universal Excepcional complementa dizendo que:

A forte presença de **elementos da natureza no meio urbano** define o Rio como exemplo de cidade onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social, possibilitando ao homem moderno usufruir de diversas formas de lazer ligadas a sua natureza marcante. (IPHAN, 2011, p.14) (grifo nosso).

A figura abaixo (Fig. 28) pertence ao Dossiê, sendo apresentada junto ao Valor Universal Excepcional, representando o que seria a “metrópole tropical” com a indicação dos elementos que compõe a paisagem cultural do Rio de Janeiro. A “montanha e floresta” representariam os “elementos da natureza”, e “cidade e jardim” se refeririam ao “meio urbano”. Ainda faz uso da palavra “cultura” para conectar os termos.

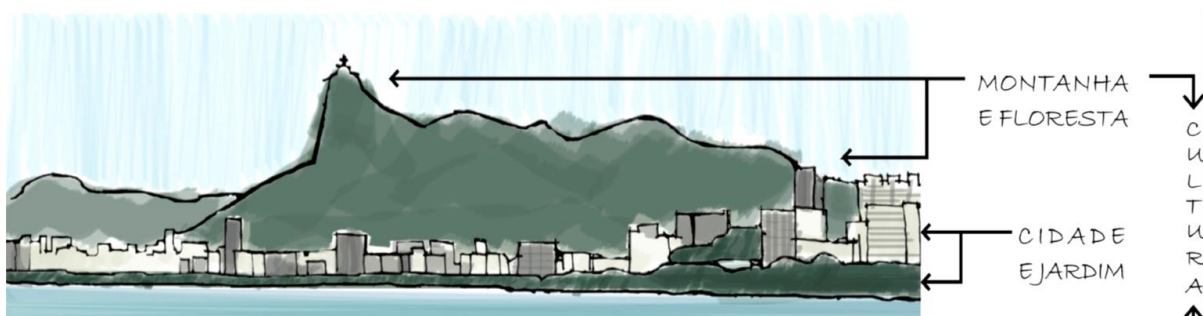


Fig. 28. Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Imagem que ilustra o Valor Universal Excepcional. Fonte: IPHAN, 2011.

O dossiê aponta as três categorias (Anexo 4) nas quais a paisagem cultural do Rio de Janeiro se enquadra, indicando os elementos que representam os valores específicos de cada categoria. São as seguintes categorias e elementos:

- (i) Paisagem desenhada intencionalmente – representada pelo **Jardim Botânico, Passeio Público, Parque do Flamengo e Orla de Copacabana**;
- (ii) Paisagem organicamente em evolução, na subcategoria paisagem contínua (viva) – representada pelos elementos naturais, principalmente o **Parque Nacional da Tijuca** e suas florestas replantadas (nas serras da Carioca e da Tijuca), que se regeneram ao longo dos anos;
- (iii) Paisagem Associativa – representada pelos diversos elementos que receberam a mão do homem e cujas imagens, retratadas desde os primeiros anos da colonização, projetam a cidade e a cultura do Rio de Janeiro no Brasil e no mundo. Fazem parte do imaginário social sobre a paisagem da cidade representações literárias, musicais e pictóricas realizadas por brasileiros e estrangeiros que valorizaram a relação entre as curvas das montanhas, a borda do mar e as populações que ali se estabeleceram. Destacam-se as escarpas do **Corcovado** e do **Pão de Açúcar**, que receberam respectivamente a estátua do **Cristo Redentor** e o **bondinho**; a **entrada da Baía de Guanabara**, com as fortalezas projetadas para a defesa da cidade no passado; e no período moderno, o paisagismo excepcional do **Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana**, obras do consagrado artista brasileiro Roberto Burle Marx. (IPHAN, 2011, p.13). (grifo nosso).

Dentro da justificativa da inscrição deve também ser fornecida uma análise comparativa com outros bens, que figurem ou não na Lista do Patrimônio Mundial. O objetivo da

análise comparativa é demonstrar que existe espaço na Lista do Patrimônio Mundial para o bem proposto. (UNESCO, 2013, p.89).

O Dossiê apresenta que “embora o Rio de Janeiro possua elementos morfológicos e naturais isoladamente assemelhados aos de outros contextos urbanos, seu conjunto paisagístico mais amplo integra aspectos naturais e socioculturais de modo original” (IPHAN, 2011, p.16). Os sítios escolhidos são exemplos de “desafios bem sucedidos para a implantação humana e sua adaptação” (op. cit.).

Os sítios são os seguintes: Sintra em Portugal, pelo modelo de paisagismo e os reflorestamentos; Cidade do Cabo na África do Sul, por ter sido implantada numa faixa entre o mar e uma montanha que é um elemento marcante na paisagem; Nápoles na Itália, que possui um jardim botânico e o vulcão Versúvio como elemento marcante da paisagem; Nova York com o Riverside Park sendo comparado ao Parque do Flamengo e São Francisco com uma ocupação à beira de baía, ambos nos EUA; e Hong Kong na China, também tem uma ocupação junto à baía e parques no cume dos morros.

Na Fig. 29 são mostradas imagens da análise comparativa do Dossiê, nota-se a presença da água em todos os sítios, assim como a presença de montanhas.

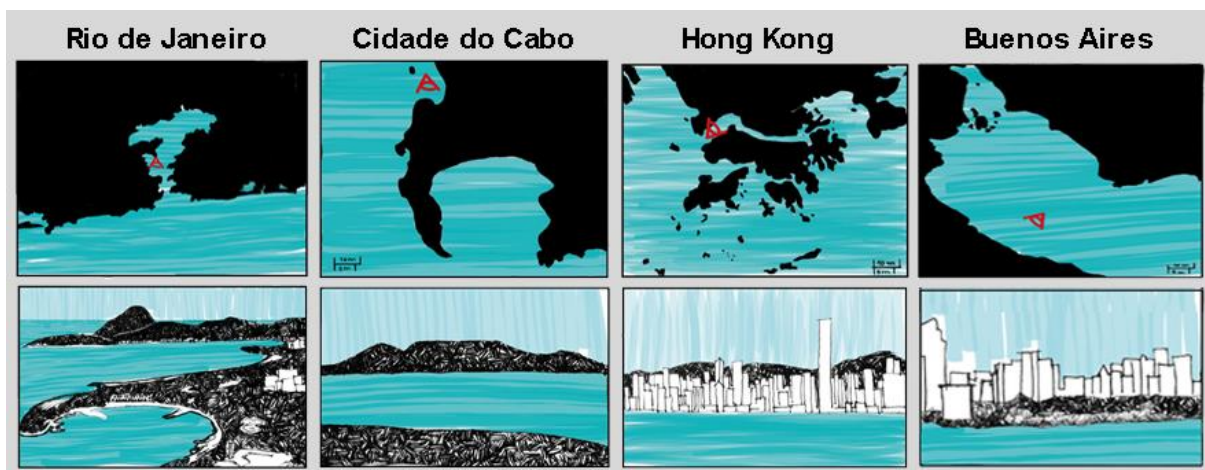


Fig. 29. Mapa e Panorama. Fonte: Dossiê Patrimônio Mundial: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar (IPHAN, 2011). Modificado pela autora.

Outro sítio usado para comparação foi Buenos Aires, na Argentina, sobre o qual nos aprofundaremos pelo fato de a cidade ter sido candidata⁵⁰ a Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural realizando também uma análise comparativa com Rio de Janeiro. Como apresenta o Dossiê, ambas foram criadas por colonização ibérica e

⁵⁰ Buenos Aires Paisaje Cultural: *él río, la pampa, la barranca histórica y la inmigración* (2005). Documento de candidatura disponível em: www.buenosaires.gob.ar/areas/cultura/paisaje/.

criaram-se importantes cidades portuárias, e passaram por reformas modernizantes no início do século XX de inspiração europeia. Atualmente, constituem polos de diversidade cultural por terem recebido influência de diferentes países a partir da colonização. (IPHAN, 2011, p.19).

As comparações realizadas na candidatura de Buenos Aires são semelhantes às citadas anteriormente, mas apresentam uma análise mais profunda quanto a questões espaciais e ambientais. Enquanto Buenos Aires se desenvolveu em uma área plana nas margens do Rio da Prata, o Rio de Janeiro teve como sítio de implantação a orla de uma baía cercada por montanhas. (GCBA, 2005).

Após a análise comparativa, é mostrado que a delimitação do sítio se deu em setores, possuindo um total de 7.278,83 hectares, para o Sítio Patrimônio Mundial (poligonais em vermelho no Mapa do Sítio Fig. 32) e 8.621,83 hectares de Zona de Amortecimento⁵¹ (poligonal em azul no Mapa do Sítio Fig. 32).

Foram utilizados dois pontos de visada para auxiliar na delimitação, “considerando como zona de amortecimento o espaço compreendido entre o mirante do Corcovado, a 704 metros de altitude, e o mirante do Morro do Pico” (IPHAN, 2011, p.36). O Corcovado está indicado como ponto V1 no Mapa do Sítio e representado pela Fig. 30 e o Morro do Pico do outro lado da Baía de Guanabara em Niterói está indicado no Mapa do Sítio como V2 e apresentado Fig. 31.

Os dois cones visuais formam as linhas imaginárias de um quadrilátero, “A paisagem avistada desses mirantes representa o principal quadrilátero do Sítio.” (op. cit). A maior parte do sítio encontra-se na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, mas a delimitação avança sobre o território do município de Niterói, como mostra o Mapa do Sítio (Fig. 32).

⁵¹ Destinada a proteger eficazmente o bem proposto para inscrição, uma zona tampão é uma área circundante do bem proposto para inscrição, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias, de forma a reforçar a proteção do bem em causa. Deve incluir a envolvente imediata do bem proposto para inscrição, as perspectivas visuais importantes e outras áreas ou atributos que desempenhem um papel funcional importante no apoio dado ao bem e à sua proteção. O espaço que constitui a zona tampão deve ser definido caso a caso, através de mecanismos apropriados. Devem ser incluídos no dossiê de proposta de inscrição os pormenores relativos à extensão, características e usos autorizados na zona tampão, bem como um mapa em que se indiquem as delimitações exatas do bem e da zona tampão. (UNESCO, 2013, p.21).



Fig. 30. Vista do Morro do Pico (V2). (Fonte: Oscar Cabral, VEJA).



Fig. 31. Vista do Corcovado (V1). (Fonte: Ayrton Camargo. Modificado pela autora).

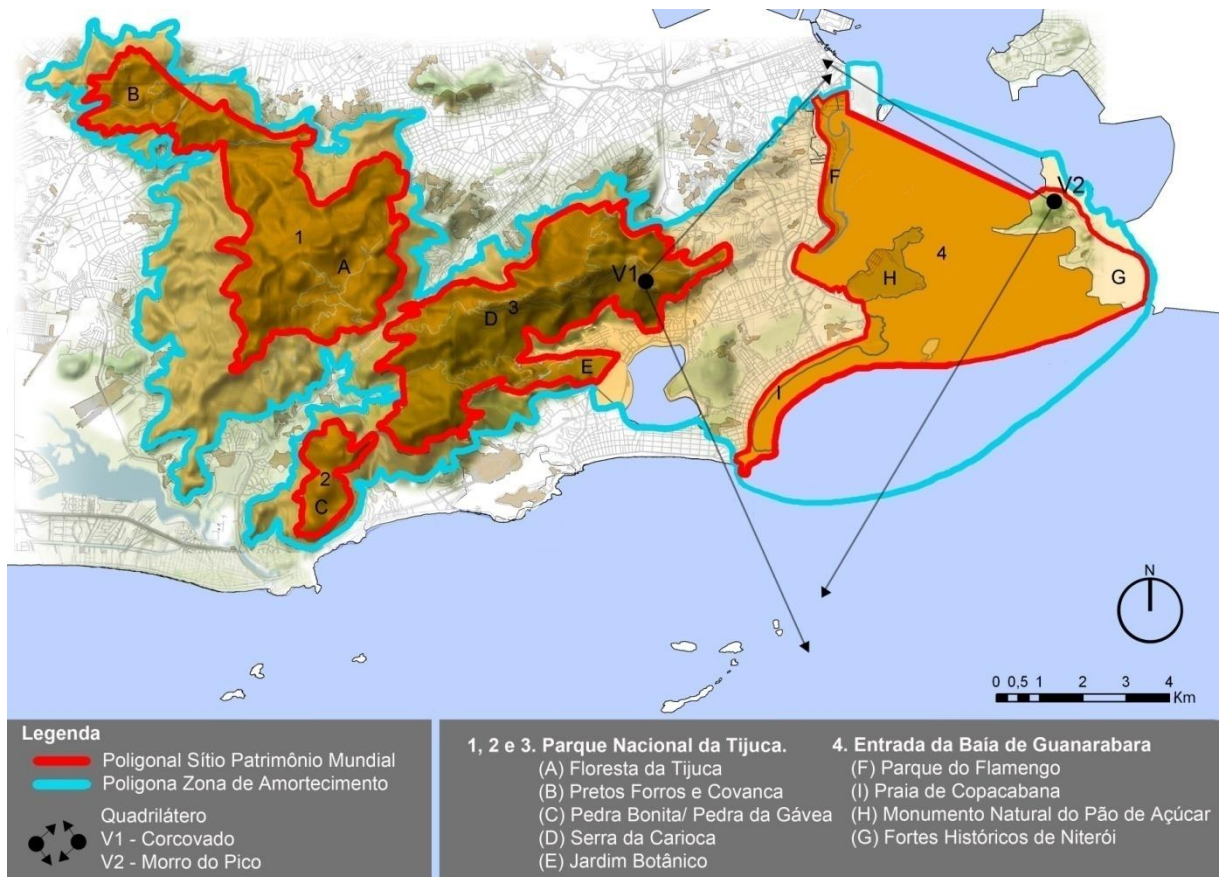


Fig. 32. Mapa do Sítio. Fonte: IPHAN/RJ, 2011. Modificado pela autora.

Para a candidatura da paisagem cultural do Rio de Janeiro, construiu-se uma narrativa que enquadra o bem nos critérios (i), (i)i e (vi) (ver Anexo 3) para comprovar seu Valor Universal Excepcional. O primeiro **critério (i)** - representar uma obra-prima do gênio criador humano - é expresso pela presença de paisagens desenhadas intencionalmente, exaltando a articulação entre arquitetura, urbanismo e paisagismo durante o período do movimento moderno. São expressões desse momento o Parque do Flamengo inaugurado em 1965 (Fig. 33) com projeto de Afonso Eduardo Reidy e do paisagista Roberto Burle Marx, e as calçadas da Praia de Copacabana (Fig. 34) da década de 1970 também concebidas por Burle Marx. (IPHAN, 2011, p.24).



Fig. 33. Parque do Flamengo. (4F no mapa). Fonte: www.vitruvius.com.br



Fig. 34. Praia de Copacabana. (4I no mapa). Fonte: rioguiaoficial.com.br

O **critério (ii)** - ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre a criação de paisagens - se justifica pelo uso científico intencional da natureza local desde o período colonial com a pesquisa de espécies nativas para favorecer a troca de sementes entre as colônias. Essa prática intensificou-se com a criação em 1808 do Jardim Botânico (Fig. 35). O conhecimento científico aliado à preocupação com a preservação ambiental na segunda metade do século XIX estimulou a desapropriação de terras no Maciço da Tijuca (Fig. 36) para seu reflorestamento. Na década de 30, essa bagagem científica embasou os trabalhos de Burle Marx, que se notabilizou em todo o mundo por conciliar seu talento artístico com o conhecimento da flora nativa. (IPHAN, 2011, p.27).



Fig. 35. Jardim Botânico. (3E no mapa).
Fonte: rioguiaoficial.com.br



Fig. 36. Corcovado, Maciço da Tijuca. (V1 no mapa).
Fonte: icmbio.gov.br

O atendimento ao último **critério (vi)** - estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional - é o fortalecimento dos anteriores, que produziram paisagens que são refletidas para o mundo através dos valores simbólicos e imagens associadas. No Rio de Janeiro os processos sociais deram origem à forma. Os usos sociais das ruas, da beira-mar, dos parques e praças produziram expressões culturais, tais como o samba, a bossa nova e o carnaval, que projetam a cidade e sua singularidade no mundo. Essas paisagens têm sido tema e inspiração para as artes, literatura, música, arquitetura, urbanismo e paisagismo. Inúmeras são as representações do Corcovado (Fig. 31) e do Pão de Açúcar (Fig. 37), que receberam a escultura do Cristo Redentor e o bondinho; e da entrada da Baía de Guanabara (Fig. 38), com as fortalezas que defenderam a cidade no passado. (IPHAN, 2011, p.29)



Fig. 37. Pão de Açúcar. (4H no mapa). Fonte: rioguiaoficial.com.br



Fig. 38. Fortaleza de Santa Cruz (4G no mapa).
Fonte: guiadepraias.com.br

Além dos critérios acima explorados, por ser um bem cultural, a inscrição da paisagem cultural do Rio de Janeiro também produziu a Declaração de Autenticidade, que foi

expressa pelo atributo de *forma e concepção*, exemplificado pelo Jardim Botânico, o Parque do Flamengo, pela Entrada da Baía de Guanabara e orla da Praia de Copacabana, se referindo ao tipo *paisagens desenhadas intencionalmente*.

Também é apresentado o atributo de *significado*, expresso nos elementos Entrada da Baía de Guanabara, que representa a imagem da cidade desde a época colonial; na calçada de Copacabana que identifica o Rio de Janeiro internacionalmente como um modelo de cidade balneário; e nos elementos Parque Nacional da Tijuca, o Jardim Botânico e o Parque do Flamengo que contribuem para a configuração de uma “cidade onde a natureza mantém-se presente no seio urbano, criando interrelações entre natureza-cidade-homem”. (IPHAN, 2011, p.23).

Por último, há o atributo *uso e função* em todo o Sítio por conta da manutenção do uso público, pois são áreas de propriedade do Governo Brasileiro transformadas em parques, como o Parque Nacional da Tijuca, o Parque do Flamengo e o Monumento Natural do Pão de Açúcar; ou áreas de domínio público tuteladas pelo IPHAN, como os fortes da entrada da Baía de Guanabara e o Jardim Botânico, ou pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC), como os mosaicos de pedra portuguesa do paisagismo de Burle Marx na Praia de Copacabana. Esse atributo tem forte relação com as ações de preservação do sítio. (IPHAN, 2011, p.22).

Na Declaração de Integridade, a paisagem cultural do Rio de Janeiro é apresentada a partir da importância e da função que as áreas do Sítio exercem na vida da cidade “Diversas medidas de proteção ambiental e do patrimônio cultural foram implementadas desde o século XIX, com a desapropriação das fazendas localizadas nas serras da Carioca e da Tijuca e o reflorestamento, que trouxeram benefícios ambientais à cidade e interferiram na forma de agenciamento dos diversos elementos de paisagem inseridos no Sítio.” (op. cit).

A questão da preservação é aprofundada quando o Dossiê indica quais são os mecanismos de proteção que buscam assegurar o Valor Universal Excepcional do bem. No mapa que segue (Fig. 39) está apresentada a superposição de zonas de proteção legal gerando um mosaico de proteção, que chega a atingir cerca de 85% da área total do Sítio.

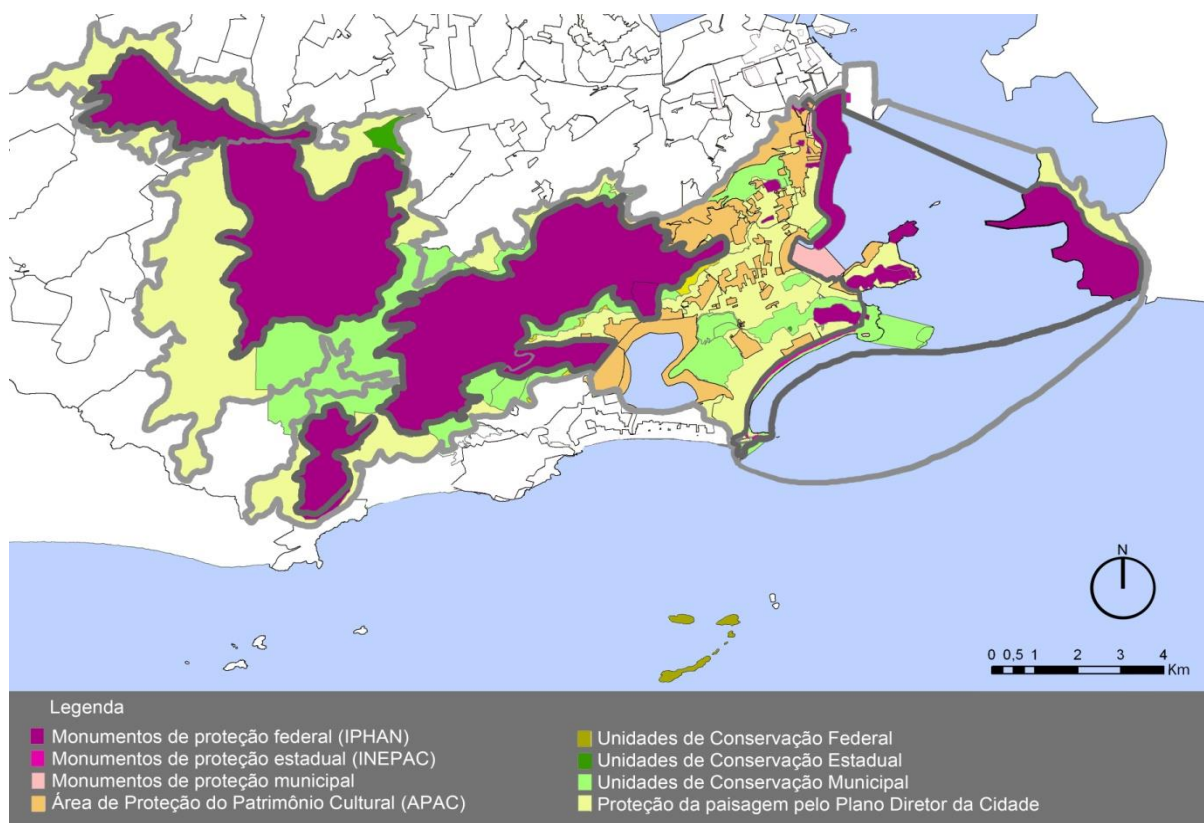


Fig. 39. Mapa Mosaico de Proteção (Fonte: IPHAN/RJ, 2011. Modificado pela autora).

Todos os elementos que compõem o Sítio possuem proteção, o Parque Nacional da Tijuca é protegido em nível federal desde 1961 e foi declarado Reserva da Biosfera em 1991; o Jardim Botânico foi tombado pelo IPHAN em 1938; o Parque do Flamengo também possui tombamento pelo IPHAN em 1965, assim como os Fortes Históricos de Niterói em 1939 e o Pão de Açúcar em 1973; por último, a Praia de Copacabana possui tombamento estadual pelo INEPAC de 1991. O desafio para a preservação é a Zona de Amortecimento, onde diversos agentes e interesses atuam.

A Zona de Amortecimento está representada no próximo mapa (Fig. 40), e engloba os morros da Babilônia, São João, Catacumba, Cabritos, Saudade (a), que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva (b) no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras (c) e a encosta sul do Morro de Santa Teresa (d) até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da Cidade. A Lagoa Rodrigo de Freitas (e) e o bairro do Jardim Botânico (f) inserem-se no setor como Zona de Amortecimento para a encosta do Parque Nacional da Tijuca, para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, assim como as áreas verdes adjacentes ao Parque do Flamengo (g) (Passeio Público, Praça Paris, Praça Marechal Deodoro, Praça do Russel e jardins do Palácio da República) como reforço

à sua proteção. Inclui também o bairro da Urca (**h**), como Zona de Amortecimento para o Pão de Açúcar.

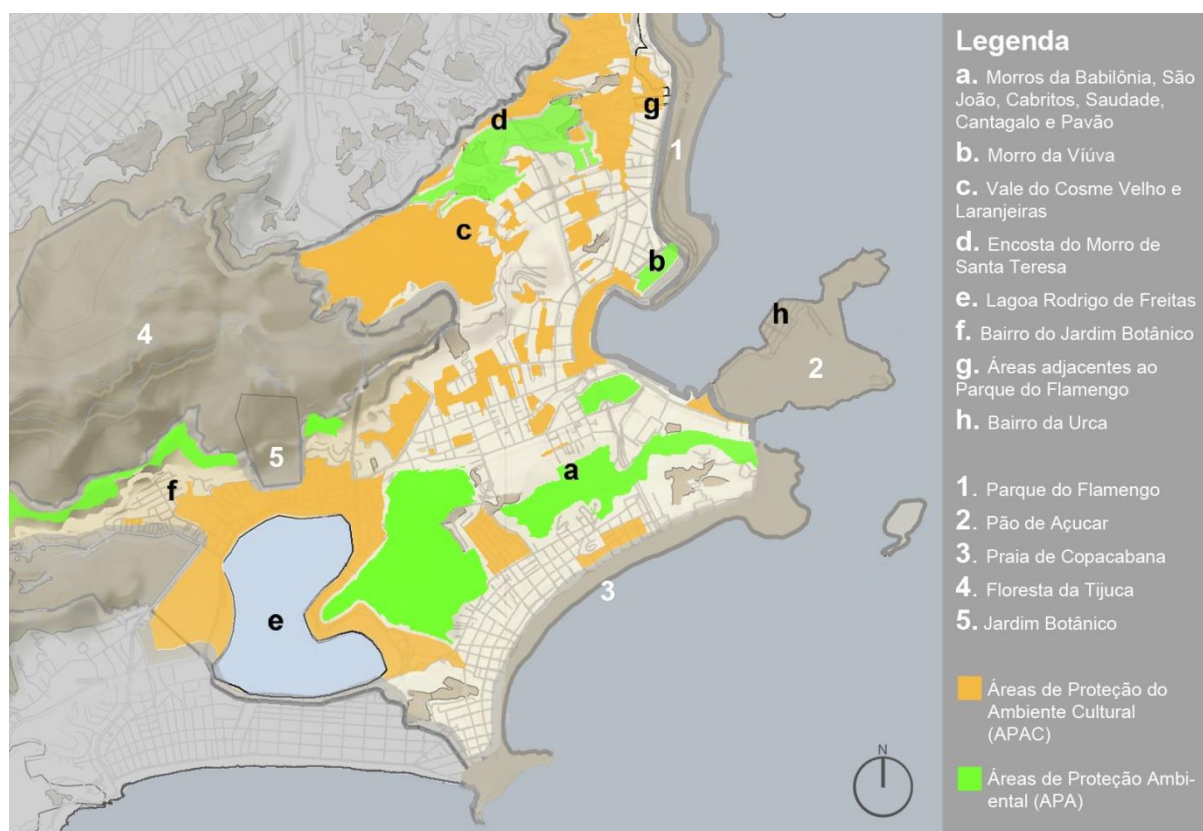


Fig. 40. Mapa Zona de Amortecimento. Fonte: a autora.

O Dossiê ainda apresenta que a Zona de Amortecimento também já possuía diversos tipos de proteção e controle. Destaca que em nível municipal existe um instrumento de preservação paisagística e cultural, as APACs (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural), que englobam edificações representativas da formação de bairros, sendo responsáveis por sua memória e identidade. Entre as APACs, incluem-se as do Jardim Botânico, Humaitá, Botafogo, Bairro Peixoto, Lido, Cosme Velho, Laranjeiras, Santa Teresa e Glória (indicadas em laranja no Mapa Zona de Amortecimento Fig. 40).

Também destaca as Unidades de Conservação, como as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) do Cosme Velho e Laranjeiras, de São José, dos Morros da Babilônia, São João, dos Morros dos Cabritos e da Saudade. (indicadas em verde no Mapa Zona de Amortecimento Fig. 40).

Para a candidatura, a Zona de Amortecimento corresponde à área urbanizada e densamente ocupada da cidade que faz a conexão entre o mar e a montanha. Como aponta no trecho sobre a história e desenvolvimento da cidade:

A cidade do Rio de Janeiro esteve ao longo de sua formação e desenvolvimento em íntima interação com a natureza, desenhando os contornos de uma **paisagem cultural urbana** exemplar. Paralelamente, os modos de construir e de viver na cidade consolidaram, ao longo dos últimos séculos, **união indissociável entre natureza e espaço urbano**. (IPHAN, 2011, p.66) (grifo nosso).

A imagem abaixo (Fig. 41) representa no Dossiê a chamada “paisagem cultural urbana”. De fato, essa união “entre natureza e espaço urbano” confere valor à paisagem dessa “metrópole tropical que cresceu entre o mar, a montanha e a floresta”. (op.cit.).



Fig. 41. Morro da Glória na borda do Parque do Flamengo. Fonte: *Dossiê Patrimônio Mundial: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*, (IPHAN, 2011)

Porém, na delimitação do Sítio, a área urbana (Fig. 40) foi inserida na Zona de Amortecimento. Sobre essa exclusão da área urbana do Sítio, Ribeiro e Azevedo, indicam que:

A opção pela colocação da área edificada, comercial e residencial da cidade no Setor C, como área de amortecimento e não como sítio propriamente dito, revela, mais do que uma área de proteção aos valores principais presentes nos outros dois setores, **uma dificuldade de inclusão de áreas urbanizadas dentro da categoria de paisagem cultural**. (RIBEIRO e AZEVEDO, 2010, p.18). (grifo nosso).

A proposta da candidatura se contradiz ao exaltar a relação natureza e meio urbano, mas não a ter representado na delimitação do Sítio. Essa é a principal de outras incoerências apresentadas no Dossiê. De fato, a candidatura foi aceita e o título de Patrimônio Mundial conquistado, mas não foi exatamente como a que foi proposta. Há diferenças importantes entre a concepção da candidatura e o título. Todo o conteúdo apresentado neste item se refere ao Dossiê, porém, será através da avaliação da inscrição que passaremos a conhecer de fato a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro como um Patrimônio Mundial.

3.2. Entre o desejo e o título

“The city of Rio de Janeiro, shaped by interaction with mountains and sea in the narrow strip of alluvial plain between Guanabara Bay and the Atlantic Ocean, has developed into an exceptionally dramatic landscape that is perceived to be of great beauty by artists, architects and writers.”⁵²

A avaliação da candidatura de 2011 na categoria paisagem cultural foi realizada pelo ICOMOS que consultou o Comitê Científico Internacional de Paisagem Cultural⁵³ e o Comitê Científico Internacional de Cidades e Centros Históricos⁵⁴, tendo sido realizada uma missão de avaliação em outubro de 2011 pelo consultor Saul Alcántara⁵⁵.

Como foi dito anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro já havia tentado uma primeira candidatura em 2002, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. Como não houve desistência, a candidatura de 2011 foi então tratada como uma continuidade da primeira. Sendo assim, o documento de avaliação se inicia com um resgate da primeira candidatura, cujo sítio era formado pelo Pão de Açúcar, Floresta da Tijuca e Jardim Botânico, inscrito na categoria sítio misto, que são bens enquadrados como patrimônio cultural e natural. Será a partir da avaliação da primeira candidatura que começaremos a analisar a postura da UNESCO em relação ao bem.

Os documentos *Evaluations of Cultural Properties – 27th ordinary session*, produzido pelo ICOMOS, e *IUCN Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List*, produzido pela IUCN, ambos de 2003, apresentam as avaliações para a primeira candidatura. A descrição do Sítio é semelhante nos dois documentos, sendo descrito da seguinte forma na avaliação do ICOMOS:

⁵² A cidade do Rio de Janeiro, formada pela interação das montanhas e o mar na estreita faixa de planície aluvial entre a Baía de Guanabara e o Oceano Atlântico, tornou-se uma paisagem excepcionalmente dramática que é percebida como sendo de grande beleza por artistas, arquitetos e escritores. (UNESCO, 2012) (tradução da autora).

⁵³ *International Scientific Committee on Cultural Landscape* (ISCCL). Fundado em 1971 como *International Scientific Committee on Historic Gardens and Sites* (Comitê Científico Internacional de Jardins e Sítios Históricos), mudou para o nome atual em 1999.

⁵⁴ *International Scientific Committee Historic Towns and Villages*, *Comité International des Villes et Villages Historiques* (CCIVVH). Fundado em 1982.

⁵⁵ Vice-presidente para as Américas do Conselho Executivo do Comitê Científico Internacional de Paisagens Culturais e Professor na Universidad Autónoma Metropolitana (México).

As áreas inscritas formam o cenário dramático para o Rio de Janeiro e refletem a relação cultural ao longo do tempo entre a paisagem florestal, as montanhas e a cidade. **A cidade é pontuada por uma série de montanhas arborizadas**, picos que se erguem sobre a cidade e se elevam até 1021 m de altura. Estes incluem Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão, Corcovado, e Tijuca, os dois últimos sendo parte do Parque Nacional da Tijuca.

A cidade é aninhada entre estas montanhas e a Baía de Guanabara, criando uma **paisagem urbana de grande beleza** que tem sido moldada por eventos históricos significativos, influenciada por uma diversidade de culturas, e celebrada nas artes, através da pintura e a poesia em particular. Como observado em um dos documentos de referência, este contexto da paisagem do Rio ilustra '... a intrincada relação entre natureza e sociedade ... a paisagem esplêndida de hoje incorpora muito esforço humano no passado ...'⁵⁶ (ICOMOS, 2003, p.8) (tradução da autora)(grifo nosso).

Na descrição já se fala em paisagem, montanha, baía e da relação homem-natureza, mas para ser considerado um sítio misto é necessário possuir além dos elementos culturais, elementos naturais que devem existir de uma forma mais próxima da original possível, como indica a avaliação da IUCN. A candidatura enquadrou o Sítio na categoria (vii)⁵⁷ “representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais”, porém o IUCN não considera que o local indicado preenche o critério natural, justificando:

IUCN considera que a beleza do local surge do **contraste entre as colinas isoladas e as florestas, por um lado e da vibrante cidade do Rio de Janeiro, por outro**, em vez de partir dos próprios elementos naturais. Na verdade, as qualidades de naturalidade estão seriamente comprometidas por uma longa história de intervenção (...).⁵⁸ (IUCN, 2003, p.104) (tradução da autora) (grifo nosso).

Na avaliação realizada pelo ICOMOS percebe-se no início do documento que o Sítio é interessante para o Conselho, porém a forma como a candidatura foi feita não alcançou as exigências da Convenção. A avaliação aborda a autenticidade e a integridade do bem, questionando o real valor da Floresta da Tijuca que, por ter sido reflorestada não seria um

⁵⁶ The areas nominated forms the dramatic setting for Rio de Janeiro and reflect the cultural relationship over time between the forested landscape, the mountains, and the city. The city is punctuated by a series of forested mountains peaks that tower over the city and rise up to 1,021 m high. These include Sugar Loaf [Pao de Acucar], Urca, Cara de Cao, Corcovado, and Tijuca, the latter two being part of the Tijuca National Park.

The city is cradled between these mountains and Guanabara Bay, creating an urban landscape setting of outstanding beauty that has been shaped by significant historical events, influenced by a diversity of cultures, and celebrated in the arts, through painting and poetry in particular. As noted in one of the background papers, this landscape context of Rio illustrates ‘...the intricate relationship between nature and society ... the splendid landscape of today incorporates so much human effort in the past...’ (ICOMOS, 2003, p.8).

⁵⁷ Na época da inscrição ainda se dividia as categorias em culturais e naturais, portanto na avaliação está indicado categoria (iii).

⁵⁸ IUCN considers that the beauty of the site arises out of the contrast between the isolated hills and the forests on the one hand and the vibrant city of Rio de Janeiro on the other, rather than from the natural elements themselves. Indeed the qualities of naturalness are seriously compromised by a long history of intervention (...). (IUCN, 2003, p.104).

exemplo autêntico de Mata Atlântica, mas sim de um programa de restauração de paisagem. (ICOMOS, 2003, p.11).

Em suas recomendações finais o ICOMOS mostra que a questão-chave é se o “pano de fundo natural” pode ter qualidades culturais associadas às percepções de beleza e utilidade atribuídas pelos moradores da cidade. E ainda questiona:

Como é dito na nomeação, **o Rio é uma "união de cidade, o mar e a montanha"**. No entanto, a nomeação inclui apenas montanha, com nenhuma cidade e apenas a vista para o mar. Como, então, as qualidades culturais desta paisagem seriam avaliadas?⁵⁹ (ICOMOS, 2003, p.13) (tradução da autora) (grifo nosso).

Por fim, argumenta que o “pano de fundo natural” é mais significativo pelas suas qualidades culturais do que por suas qualidades naturais. Sendo assim, a nomeação não foi suportada pelo IUCN como um local natural ou misto, e o ICOMOS indica a inscrição do sítio como paisagem cultural. No mapa seguinte (Fig. 42) foi feita a comparação entre as duas delimitações, a de sítio misto de 2002 e a de paisagem cultural de 2011.

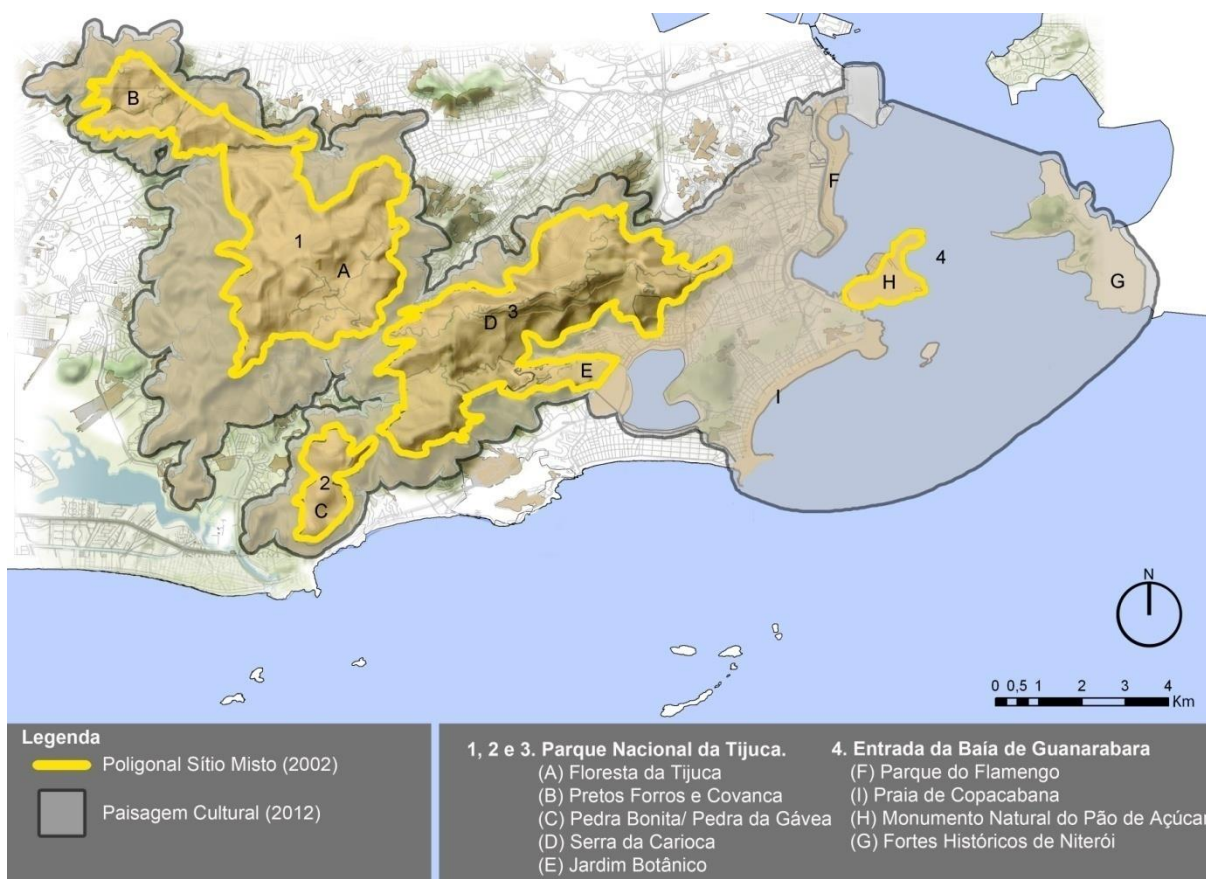


Fig. 42. Mapa do Sítio Misto – 2002 e Paisagem Cultural – 2011. Fonte: IPHAN/RJ, 2011 (Modificado pela autora).

⁵⁹ As is said in the nomination, Rio is a ‘union of city, sea and mountain.’ However the nomination includes only mountain, with no city and only views of the sea. How then should the cultural qualities of this landscape be evaluated? (UNESCO, 2003, p.13)

Percebe-se que na segunda candidatura se tem uma exaltação do mar e das bordas d'água, assim como a delimitação espacial baseada nas grandes vistas da paisagem que abarca uma maior diversidade de elementos, como a área urbana entre as montanhas e o mar, que apesar de ser considerada zona de amortecimento é parte da paisagem.

Quando se relaciona a delimitação do Sítio com o território do município (mapa da Fig. 43), percebe-se o quão restrita é essa paisagem. Na realidade, ela é uma das possíveis paisagens cariocas. Porém, essa é a paisagem que possui elementos simbólicos que são associados à cidade mundialmente, como o Corcovado e o Pão de Açúcar.

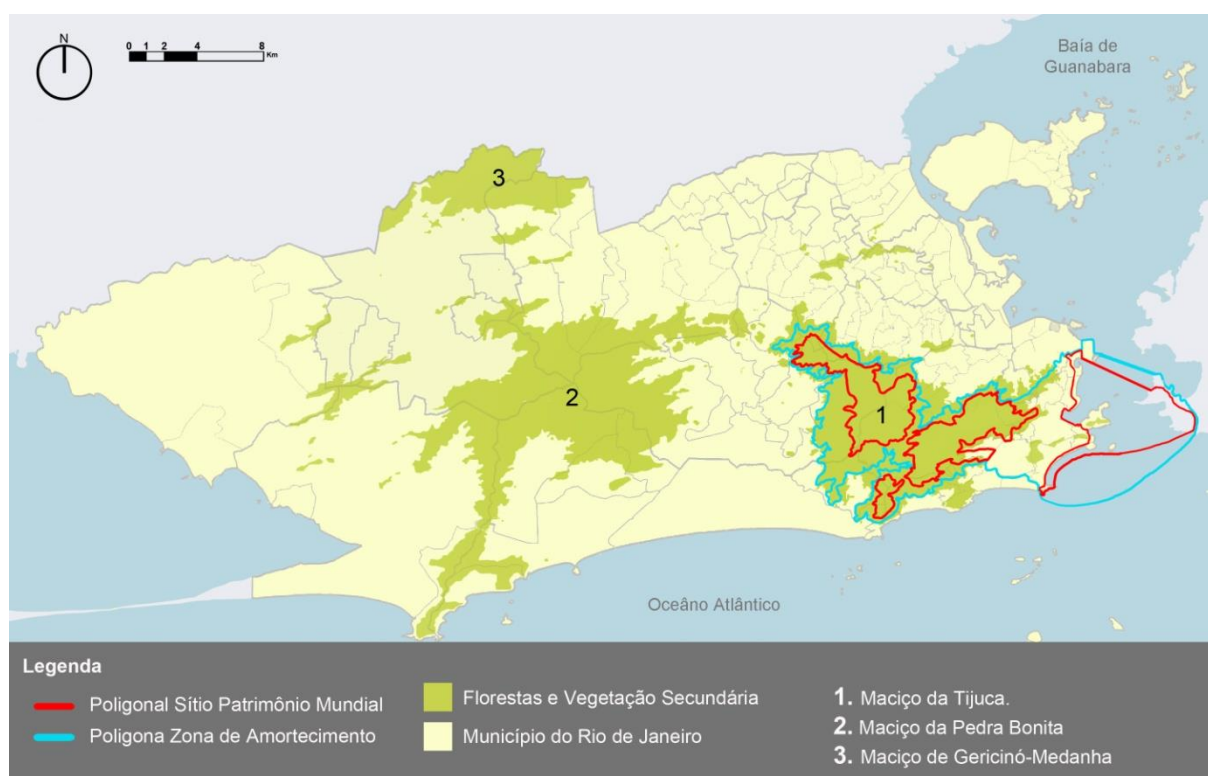


Fig. 43. Mapa município do Rio de Janeiro e Sítio Patrimônio Mundial. Fonte: a autora.

Na avaliação da candidatura de 2011, disponível no documento *Evaluations of Nominations of Cultural and Mixed Properties*⁶⁰ de 2012, apresenta-se as fragilidades nos atributos de integridade que estão relacionadas à conservação do sítio, como por exemplo, a poluição da baía de Guanabara e a pressão urbana sobre a Floresta da Tijuca. Mas não foram suficientes para comprometer a titulação do bem. Porém, ao abordar os critérios segundo os quais a inscrição é proposta percebemos que questionamentos da avaliação de 2003 continuam presentes.

⁶⁰ ICOMOS report for the World Heritage Committee, 36th ordinary session, Saint Petersburg, June - July 2012.

O **critério (i)** – “representar uma obra-prima do gênio criador humano” - não foi justificado pois o foco da nomeação vai além da concepção de componentes individuais para abranger as grandes vistas da paisagem do Rio, e a forma como a paisagem natural tem apoiado e constrangido o desenvolvimento para produzir uma paisagem cultural excepcional que trabalha para a cidade. Esta criativa fusão entre cultura e natureza em uma escala macro é mais bem refletida em outros critérios.⁶¹

O mesmo se dá com o **critério (ii)** – “ser testemunho de um intercâmbio de influências sobre o desenvolvimento da criação de paisagens” - considerando que toda a paisagem do Rio é percebida como uma criação quase única e valiosa como tal, ao invés de ser vista para refletir um intercâmbio dominante de ideias.⁶²

Na candidatura, são pontuados o Parque do Flamengo e as calçadas da Praia de Copacabana como obras do gênio criador, que individualmente possuem sim um grande valor e representam um período específico da cidade, mas que, em conjunto com outros elementos contribuem para o valor da paisagem cultural. O mesmo se dá com a criação e ações no Jardim Botânico e na Floresta da Tijuca, que ajudam a construir essa paisagem única, mas não são paisagens autônomas.

Considera-se o **critério (vi)** justificado - estar associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional. Associa-se a ele o **critério (v)** – ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente. Esse critério foi proposto pela avaliação, justificado da seguinte forma:

ICOMOS considera que o desenvolvimento da cidade do Rio tem sido moldado por uma criativa fusão entre natureza e cultura. Esse intercâmbio não é o resultado de processos tradicionais persistentes, mas sim reflete um intercâmbio baseado em ideias científicas, ambientais e projetos que levaram a criação de paisagens inovadoras em grande escala no coração da cidade durante pouco mais de um século. Esses processos tem criado uma **paisagem urbana percebida como de grande beleza** por muitos escritores e viajantes e

⁶¹The focus of the nomination goes beyond the design of individual components to encompass the grand landscape vistas of that part of the city of Rio that faces towards Guanabara Bay and the way the natural landscape has supported and constrained its development to produce an outstanding cultural landscape that works for the city. This creative fusion between culture and nature at a macro scale is better reflected in other criteria. (UNESCO, 2012, p.383).

⁶² ICOMOS considers that the whole landscape of Rio is perceived to be an almost unique creation and valued as such rather than being seen to reflect a dominant interchange of ideas. (UNESCO, 2012, p.384).

que moldou a cultura da cidade.⁶³ (ICOMOS, 2012, p.384). (tradução da autora) (grifo nosso).

Pelos critérios aprovados na avaliação, a paisagem cultural do Rio de Janeiro não estaria mais classificada nos três tipos apresentados no Dossiê, e sim no tipo *paisagem organicamente em evolução* na subcategoria *paisagem viva* justificada pelo critério (v). Por fim, a avaliação sintetiza o que é para a UNESCO a paisagem cultural do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial:

Não é a cidade do Rio de Janeiro que está sendo nomeada, mas sim a **paisagem natural dentro da qual a cidade se desenvolveu**, e a maneira como essa paisagem natural tem sido moldada e estendida ao longo do tempo para se tornar um intenso valor de afirmação cultural para cidade, que definem a sua identidade e que é percebido como sendo de **grande beleza**.

O foco da nomeação é a **criativa fusão entre cultura e natureza numa macro escala**: as grandes vistas da paisagem daquela parte da cidade do Rio que está voltada para a Baía de Guanabara.⁶⁴ (ICOMOS, 2012, p.389) (tradução da autora) (grifo nosso).

Esses dois parágrafos mostram que a cidade é valorizada pelo seu aspecto natural fruto de uma natureza transformada pelas ações do homem, a cultura é vista ao mesmo tempo como produtor e produto de todo esse processo que criou uma paisagem esteticamente apreciada e percebida através das grandes visadas. Apesar de uma concepção da paisagem como uma unidade, uma criação única onde cada elemento é vital para sua constituição, a delimitação do Sítio permaneceu a mesma do Dossiê, mantendo a área urbana como Zona de Amortecimento, não fazendo parte do Sítio apesar de fazer parte dessa paisagem.

Entre as duas avaliações, 2003 e 2012, há diferenças no texto que podem explicar a delimitação que não atende ao ideal projetado pelas avaliações. Os textos de 2003, da IUCN e do ICOMOS, nos dão uma noção de que há uma relação intrínseca entre os elementos naturais e os construídos. A IUCN fala de uma beleza que surge justamente do contraste entre colinas com floresta e a cidade, e o ICOMOS questiona a ausência da cidade e do mar num sítio que se diz fruto da união entre a cidade, o mar e a montanha. (UNESCO,

⁶³ ICOMOS considers that the development of the city of Rio has been shaped by a creative fusion between nature and culture. This interchange is not the result of persistent traditional processes but rather reflects an interchange based on scientific, environmental and design ideas that led to innovative landscape creations on a major scale in the heart of the city during little more than a century. These processes have created an urban landscape perceived to be of great beauty by many writers and travelers and one that has shaped the culture of the city. (ICOMOS, 2012, p.384).

⁶⁴ It is not the city of Rio de Janeiro that is being nominated but the natural landscape within which the city developed, and the way this natural landscape has been shaped and extended over time to become an intensely valuable cultural asset for the city, which defines its identity and which is perceived to be of great beauty.

The focus of the nomination is the creative fusion between culture and nature at a macro scale: the grand landscape vistas of that part of the city of Rio that faces towards Guanabara Bay. (ICOMOS, 2012, p.389).

2003). Ou seja, a relação homem-natureza é expressa pela relação cidade-floresta, é o que dá sentido e destaque a essa paisagem cultural.

A figura seguinte (Fig. 44) pertence ao Dossiê (2011) e é uma das representações das “paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, onde se nota a presença das montanhas, da cidade e da água, que são claramente identificadas por cores e formas.



Fig. 44. A paisagem urbana entre a montanha e o mar. Fonte: Dossiê *Patrimônio Mundial: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar* (IPHAN, 2011).

Quanto à avaliação de 2012, apesar de reconstruir os critérios aos quais o bem se enquadra, exaltando a criação de uma paisagem urbana, o documento finaliza dizendo que é “a paisagem natural dentro da qual a cidade se desenvolveu” que está sendo nomeada. (ICOMOS, 2012). Para esclarecer essa questão, foi realizada no Rio de Janeiro uma entrevista com a assessora de assuntos relacionados à paisagem do IPHAN, a arquiteta e urbanista Isabelle Cury.

Isabelle Cury participou e participa das reuniões com os membros da UNESCO a respeito da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, e por conta dessa vivência prática pôde definir o que é a paisagem cultural para a Organização.

“A UNESCO tem normas muito bem definidas, e então paisagem cultural para eles são projetos de patrimônio paisagístico. No trato da paisagem você tem a paisagem global, que são os marcos geográficos e você tem paisagem criada pelo homem, então é uma conjugação dos dois.” (informação verbal)⁶⁵

No caso da paisagem cultural do Rio de Janeiro, a UNESCO só permitiu áreas onde tivesse ocorrido a interação homem natureza. (informação verbal)⁶⁶. Exemplificando essa questão, Isabelle Cury indicou de que forma os elementos que compõem o sítio se enquadram nessa concepção.

Como paisagem criada você tem o agenciamento da orla de Copacabana, o Parque do Flamengo e a Floresta da Tijuca é uma floresta plantada, não é uma floresta natural. Então

⁶⁵ Entrevista concedida por CURY, Isabelle. [nov. 2015]. Entrevistador: Flora Oliveira de Souza Cardoso. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo .mp3 (24 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

⁶⁶ Id. 2015.

ela é oriunda de reflorestamento, tem recantos, todo um patrimônio cultural muito intrínseco e associado a ela.

Pão de Açúcar não só a beleza da pedra, mas também aquele sistema de bondinho é um sistema raro (...). E na boca da baía de Guanabara as duas fortificações, que eu acho que é um marco da entrada da baía. (informação verbal)⁶⁷

Por fim, Isabelle Cury afirma que o desejo dos envolvidos na construção da candidatura era uma delimitação que abrangesse uma área maior, incluindo trechos da região central da cidade, mas por não se adequarem às normativas da UNESCO foram excluídas. (informação verbal)⁶⁸.

Essa afirmação também foi feita por Rafael Ribeiro (informação verbal)⁶⁹ em sua palestra sobre a candidatura no *3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*, realizado em 2014. Ribeiro afirmou que era intenção da candidatura inserir a área urbana que está entre ao mar e a montanha como Sítio, mas a UNESCO foi contra por ser uma área de difícil controle, onde agem os interesses da especulação imobiliária. Então se optou por construir uma candidatura que atendesse às exigências atuais, mas na espera de uma futura redefinição do Sítio, que incluiria a área urbana, como afirma Ribeiro no trecho abaixo.

Qual foi a decisão do IPHAN, vamos fazer o possível já caminhando, já discutindo com a UNESCO para uma possível ampliação do sítio. O sítio do Rio de Janeiro já vai pra UNESCO com o próprio IPHAN já assinalando: no momento em que a gente conseguir uma abertura maior nas ideias de paisagem cultural dentro da UNESCO a gente vai fazer a ampliação do sítio. (informação verbal)⁷⁰

A paisagem cultural como sendo o fruto da relação entre homem e natureza deveria abranger os contextos urbanos, que são construídos historicamente, mas a UNESCO trata essa definição de forma literal, sendo necessário indicar os elementos naturais e construídos que representam essa interação na paisagem. Aparentemente, as exigências impostas pela UNESCO acabam por limitar a abrangência da categoria paisagem cultural o que aprofundaremos ao analisarmos outras candidaturas com área urbana em seus limites, mas de grandes cidades, e não de paisagens históricas urbanas.

⁶⁷ Id. 2015.

⁶⁸ Id. 2015.

⁶⁹ Palestra concedida por RIBEIRO, Rafael Winter. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – desafios e perspectivas. Mesa redonda: Gestão da paisagem cultural: desafios. [set. 2014]. Belo Horizonte: IEDS; MACPS; IPHAN, 2014. 1 áudio mp3 (18 min). A palestra na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

⁷⁰ Id. 2014.

3.3. A invisível paisagem urbana

“Primeiro de tudo, paisagem cultural é um termo aplicado aos processos de interação entre as pessoas e seu ambiente e se aplica a quase todos os lugares no mundo que não são uma área puramente natural. As áreas urbanas e cidades são certamente paisagens culturais, tanto quanto áreas rurais.”⁷¹

A categoria Paisagem Cultural praticada pela UNESCO desde 1992 é um importante instrumento de preservação, porém, apresenta deficiências que impedem o reconhecimento de paisagens urbanas. Como foi apresentado anteriormente, existem poucas paisagens culturais com área urbana em seus limites, e dentre elas a maior parte possui pequenas cidades históricas se configurando como paisagem histórica urbana. As exceções são as inscrições: *Buenos Aires Paisaje Cultural: el río, la pampa, la barranca histórica y la inmigración* (2005), *Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar* (2011) e *Paisagem Cultural da Fortaleza Diyarbakir e Jardins Hervsel* (2014).

Uma comparação entre elas auxiliará a identificar de que forma esses três sítios urbanos construíram suas narrativas, levando a conquista ou não do título de Patrimônio Mundial. O foco da análise são os seguintes conteúdos: o Valor Universal Excepcional, os critérios que o justificam e a delimitação do sítio.

Iniciaremos por Buenos Aires por ter sido a primeira inscrição entre as três e por suas semelhanças com o Rio de Janeiro. A candidatura foi inscrita na Lista de Tentativa em 2005, e o dossiê produzido pelo *Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires* (GCBA) foi entregue em 2007. A avaliação da inscrição foi realizada no ano seguinte na 32ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, apesar da delegação Argentina ter solicitado o adiamento a fim de esperar os resultados da discussão sobre paisagens históricas urbanas, o que poderia ter importantes consequências para a inscrição. (UNESCO, 2008).

A candidatura classifica o bem na categoria *paisagem viva*, e a avaliação aponta que além da categoria paisagem cultural, a inscrição se trata de um conjunto urbano, na categoria

⁷¹ Trecho da avaliação do ICOMOS para a candidatura *Buenos Aires Paisaje Cultural: el río, la pampa, la barranca histórica y la inmigración*. “First of all the term cultural landscape as applied to the processes of interaction between people and their environment applies to almost everywhere in the world that is not a purely natural area. Urban areas and cities are certainly cultural landscapes just as much as rural areas.” (UNESCO, 2008, p.246).

*ciudades não habitadas*⁷². A candidatura abrange parte do centro histórico da cidade, cuja malha urbana de influência espanhola data do final do século XVI e foi estendida por toda a cidade.

No final do século XIX a intensa imigração gerou forte influência europeia no planejamento, na arquitetura e na cultura da cidade; no início do século XX, foram sendo implantadas largas avenidas, parques públicos e edifícios privados inspirados em estilos europeus. Desde o final dos anos 1930 a construção de arranha-céus vem mudando radicalmente o seu *skyline*. Atualmente, Buenos Aires é uma das maiores aglomerações urbanas da América Latina com 13 milhões de habitantes. (GCBA, 2005).

É indicado que se trata de uma paisagem cultural que representa a cidade pela forma como esta foi moldada por sua geografia (as planícies dos pampas, as escarpas do rio e o próprio rio) e sua cultura, com a imigração europeia do final do século XIX. O Valor Universal Excepcional foi expresso da seguinte forma:

O valor universal excepcional se manifesta por um lado, na articulação das duas grandes **manifestações naturais**: o Rio da Prata e as planícies dos Pampas como condicionantes da primeira identidade da cidade. Por outro lado, se reflete na capacidade de integrar as **diversidades culturais**, articulando formas de expressão cultural próprias, reconhecidas universalmente em sua música, sua literatura, a densidade de atividades culturais e os modos de vida múltiplos e expressivos das várias comunidades étnicas, produto das distintas ondas migratórias.⁷³ (GCBA, 2005, p.169) (tradução da autora) (grifo nosso).

Na avaliação do ICOMOS, nenhum critério utilizado para a comprovação do Valor Universal Excepcional do bem foi aprovado. O critério (ii) - ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável sobre a criação de paisagens - alegando que Buenos Aires é um excelente exemplo de intercâmbio de valores humanos a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX no continente sul-americano, sobre a evolução da arquitetura e da paisagem urbana com base em modelos europeus. Mas, para o ICOMOS esse intercâmbio não pode ser dito como excepcional quando comparado com a forma como outras cidades se desenvolveram durante o mesmo período.

⁷² Os conjuntos urbanos, categoria (i) as cidades não habitadas, testemunhos arqueológicos inalteráveis do passado que geralmente satisfazem o critério da autenticidade, e cujo estado de conservação é relativamente fácil de controlar. (UNESCO, 2013, p. 71).

⁷³ “El valor universal excepcional se manifiesta por un lado en la articulación de las dos grandes manifestaciones naturales: el Río de la Plata y la llanura pampeana como condicionantes de la primera identidad de la ciudad. Por otro lado se refleja en la capacidad de integrar las diversidades culturales, articulando formas de expresión cultural propias, reconocidas universalmente en su música, su literatura, la densidad de sus actividades culturales y los modos de vida múltiples y expresivos de las múltiples vertientes étnicas, producto de las distintas olas inmigratorias.” (GCBA, 2005, p.169).

O critério (iv) - representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana – afirmando que o bem é um excelente exemplo de transferência de tecnologia, porém o ICOMOS não os considera excepcionais em comparação com outras cidades da Europa e América.

E por último o critério (vi) - estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas – por conta da vitalidade da vida cultural, a diversidade cultural, traduzida em bares, cafés, "sítios de memórias urbanas", bem como o uso de locais públicos. Embora Buenos Aires seja uma cidade dinâmica em termos de sua vida urbana, ICOMOS considera que esses valores não foram justificados como excepcionais e não estão refletidos nos aspectos tangíveis da cidade. (UNESCO, 2008).

A delimitação do sítio (ver Fig. 48) inclui quase toda a fatia linear da cidade que está paralela ao Rio da Prata, e engloba áreas de preservação do centro histórico de Buenos Aires, com lugares importantes para a história da cidade que também são pontos turísticos, como os bairros de *La Boca* (Fig. 45), de *San Telmo* (Fig. 46), da *Recoleta*, a *Avenida de Mayo* e o *Porto Madero*.



Fig. 45. Rua Caminito, La Boca. Fonte: GCBA.



Fig. 46. Bairro de San Telmo. Fonte: GCBA



Fig. 47. Costanera Sur. Fonte: CGBA

O sítio tem um caráter urbano - como o próprio texto da inscrição afirma, o bem é uma *Paisaje Cultural-Urbana* -, com vários quarteirões e bairros inteiros, mas a inscrição fala da relação da cidade com o Rio da Prata, o que não foi valorizado pela delimitação. O único trecho dessa interface com o rio é junto a *Reserva Ecológica Costanera Sur* (Fig. 47), que tem o *Porto Madero* separando-a da cidade. Os demais trechos de margem foram classificados como zona de amortecimento, e incluem a área portuária e o aeroporto internacional. A crítica da avaliação se refere ao foco no ambiente construído, ao invés de abordar os processos de sua criação, assim como a pouca visibilidade dos elementos

naturais que nortearam a formação da cidade - os pampas, a escarpa e o rio. (UNESCO, 2008).

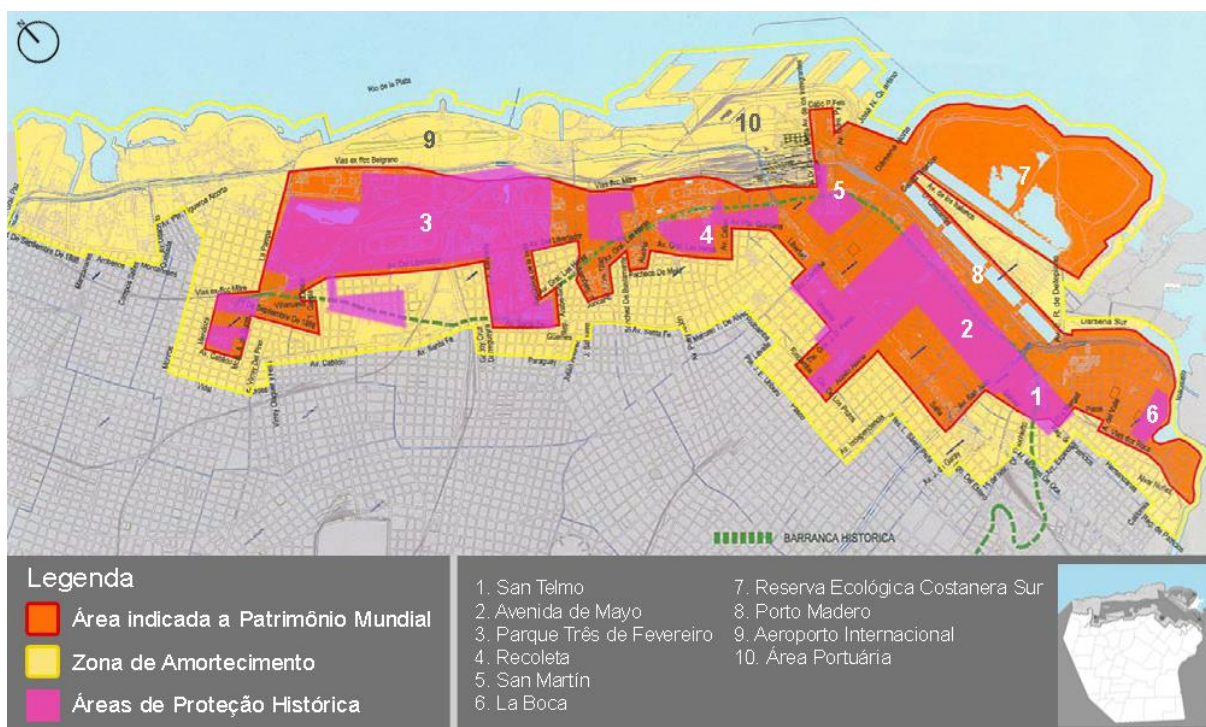


Fig. 48. Mapa do Sítio Paisagem Cultural de Buenos Aires. Fonte: GCBA, 2005. Modificado pela autora.

A avaliação considera que para gerenciar uma área tão grande como uma paisagem cultural dinâmica seria necessário identificar os seus atributos de uma forma mais específica, mas que por outro lado seria uma tarefa quase impossível de alcançar, dada a complexidade da administração e dos vários motores de mudança.

Portanto, ICOMOS sugere que deveria ser dada à identificação de uma área menor da cidade que poderia encapsular as características de Buenos Aires que influenciaram o urbanismo em toda a América Latina. Isto constituiria uma nova proposta como uma propriedade cultural de uma cidade histórica. Ao fazê-lo, ICOMOS não considera que isso significaria a preservação ao invés de sustentar o dinamismo da vida urbana, mas que a escala da área permitiria a possibilidade de gerir a mudança com base em uma compreensão clara de seus atributos.⁷⁴ (UNESCO, 2008, p. 247) (tradução da autora).

A inscrição sugere que o processo de nomear Buenos Aires como uma paisagem cultural permite uma nova maneira de considerar cidades dinâmicas - onde a mudança está em curso e reflete o dinamismo das comunidades. No entanto ICOMOS (2008), afirma que os critérios e conceitos já praticados pela Convenção do Patrimônio Mundial permitem que

⁷⁴ "ICOMOS therefore suggests that consideration might be given to identifying a smaller area of the city that could encapsulate the characteristics of Buenos Aires which influenced town planning across Latin America. This would constitute a new nomination as a cultural property for an historic town. In so doing, ICOMOS does not consider that this would mean preservation rather than sustaining the dynamism of urban life, but that the scale of the area would allow for the possibility of managing change based on a clear understanding of its attributes." (UNESCO, 2008, p. 247).

este tipo de sítio seja incluído na Lista do Patrimônio Mundial, mas que poucas paisagens culturais demonstram valores excepcionais que justificassem essa inscrição. (UNESCO, 2008)

A paisagem cultural de Buenos Aires não foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial e a candidatura foi retirada pelo Estado Parte, e até o momento não houve novas tentativas em outra categoria, como foi sugerido pelo ICOMOS.

O Dossiê de Buenos Aires afirma constantemente que a forma da cidade tem forte relação com os elementos naturais, o próprio título da candidatura induz a essa noção - *Buenos Aires Paisaje Cultural: el río, la pampa, la barranca histórica y la inmigración* -, mas segundo o ICOMOS esse fato não é perceptível em sua paisagem, faltam elementos tangíveis que comprovem essa relação. Já o caso do Rio de Janeiro, essa relação é a grande excepcionalidade de sua paisagem, de como principalmente as montanhas orientaram a expansão urbana da cidade.

Ambas as cidades alteraram o sítio natural em função das necessidades urbanas, principalmente no que se refere à sua relação com os corpos d'água. A fim de mostrar esse processo, a candidatura argentina incluiu no Sítio bairros inteiros próximos às margens do Rio da Prata, mas falhou ao não avançar a delimitação sobre o rio, tornando-o Zona de Amortecimento. A candidatura do Rio de Janeiro fez o oposto ao ter prestigiado as bordas d'água e as montanhas – elementos naturais -, classificando a área urbana como zona de amortecimento.

A segunda candidatura a ser abordada é uma das mais recentes paisagens culturais a serem inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, a *Paisagem Cultural da Fortaleza Diyarbakir e Jardins Hervisel* da Turquia, que foi inscrita em 2015. O bem está localizado na Bacia do Alto Rio Tigre, que é uma área que teve muitas culturas e civilizações ao longo do tempo. A cidade de Diyarbakir atualmente possui quase um milhão de habitantes, e foi um importante centro e capital regional durante o período Helênico, Romano, Sassanida e Bizantino, através dos períodos Islâmico e Otomano até o presente. Como apresenta o título da inscrição, o sítio se constitui nas muralhas que envolvem a cidade (5,8km com torres, portões e contrafortes); os Jardins de Hevsel que ligam a cidade com o Rio Tigre; a Ponte de Dez Olhos (*Ten Eyes Bridge*); e o Castelo Içkale. (DMM, 2014). Seu Valor Universal Excepcional foi descrito da seguinte forma:

É um exemplo perfeito de uma paisagem cultural em que a cidade foi criada em um patamar acima de um vale fértil que sempre foi explorado pelo homem. Tem uma **paisagem histórica urbana** magnífica, uma cidade que tem crescido à medida que mais e mais pessoas se mudam para o interior da muralha, mas, ao mesmo tempo mantendo a forte ligação com a paisagem ao redor e mais importante, o **ponto de vista** da histórica ponte de Dez Olhos em direção aos Jardins Hevsel e as muralhas da cidade, apesar da pressão por mais área construída para uma população cada vez maior.⁷⁵ (DMM, 2014, p.119) (tradução da autora) (grifo nosso).

O uso do termo “paisagem histórica urbana” incorpora as discussões mais recentes sobre cidades em sítios de paisagem cultural, já que, a cidade dentro das muralhas é um sítio histórico, possuindo diversos monumentos arquitetônicos. Com relação ao “ponto de vista” ou visada, o apreço por uma vista específica está expresso na delimitação do Sítio, não apenas a partir da ponte, mas também das muralhas que são um verdadeiro mirante, como mostra a Fig. 49.

A imagem que segue (Fig. 51) mostra a vista das muralhas e dos jardins a partir do rio Tigre, onde podemos perceber as “camadas” da paisagem com o jardim, a muralha e a cidade. Na vista aérea da cidade (Fig. 50), é possível entender a relação entre os dois principais elementos do bem, a muralha e o jardim, e também podemos perceber a localização do Rio Tigre e a expansão da cidade fora dos muros.



Fig. 49. Vista da Ponte de Dez Olhos a partir da muralha. Fonte: DMM



Fig. 50. Vista aérea das muralhas e jardins. Autor: Zeynep Sila Akinci

⁷⁵ “It is a perfect example of a cultural landscape in that the town was created where it is due to the high plateau above the fertile valley that has always been exploited by man. It has a magnificent historic urban landscape, a city that has grown as more and more people move to its defensive position but at the same time maintaining the strong link with the landscape around and more importantly the view from the historic Ten-Eyed bridge towards the Hevsel Gardens and the City Walls in spite of the pressure for more built up area for the ever growing population.” (DMM, 2014, p.119)



Fig. 51. Jardim Hevsel e muralha. Autor: Maco Vargas. Fonte: www.whc.unesco.org.

Sobre os critérios utilizados para justificar o Valor Universal Excepcional, a candidatura aponta que seriam três, mas apenas um é aceito pela avaliação do ICOMOS (2014). Os critérios (ii) e (v) são desconsiderados, mas as justificativas são somadas ao critério (iv). A paisagem cultural nomeada oferece um exemplo raro e impressionante, especialmente em relação às muralhas e seu relacionamento contínuo com os Jardins Hevsel e o Rio Tigre.

A delimitação segue exatamente o título da candidatura, como mostra o mapa da Fig. 52, se restringindo à muralha e aos jardins, seguindo o rio até encontrar a Ponte de Dez Olhos. A área urbana dentro dos limites da muralha foi considerada como Zona de Amortecimento, assim como o vale na margem oposta do rio Tigre.

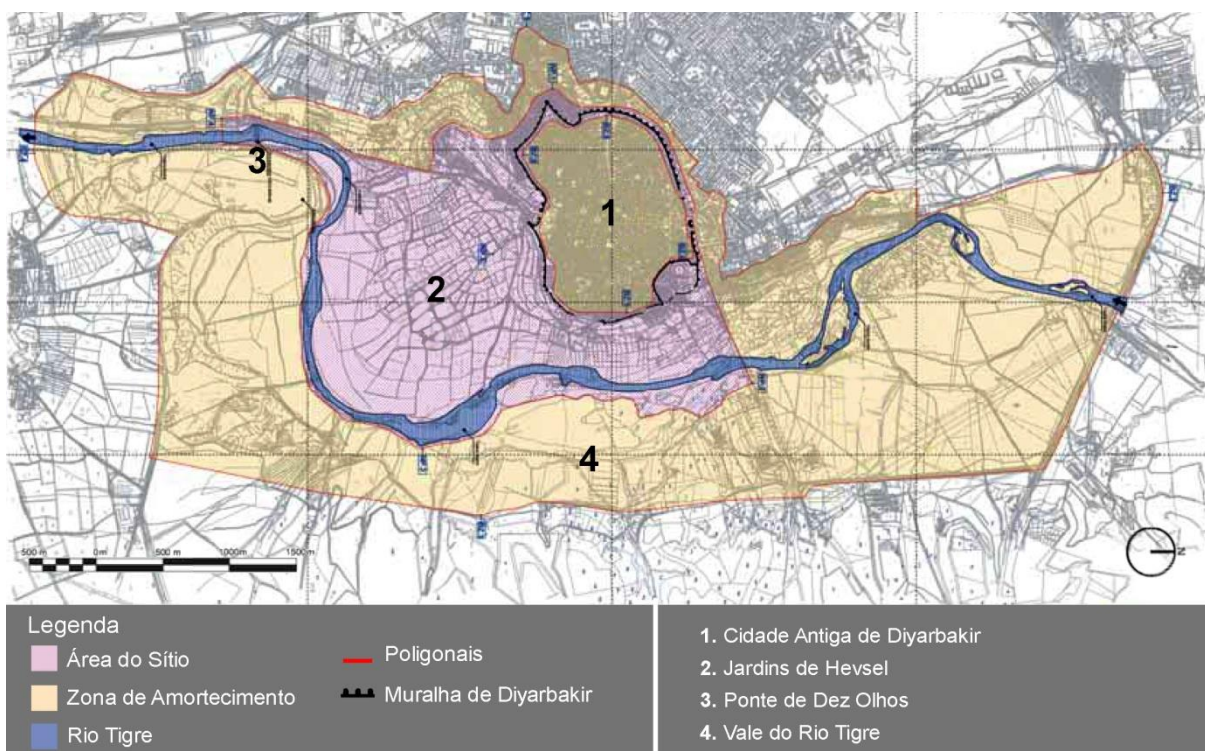


Fig. 52. Mapa com a delimitação da Paisagem Cultural de Diyarbakir. Fonte: DMM (modificado pela autora)

A Zona de Amortecimento da cidade histórica dentro da muralha (Distrito de Suriçi) contém 125 monumentos e 382 casas de valor patrimonial, o que contribuiu para a integridade visual do bem contra as pressões de desenvolvimento inapropriado. A não inclusão da área urbana histórica no Sítio Patrimônio Mundial segue a narrativa escolhida para a candidatura, que valoriza as visadas por expressarem a relação entre as muralhas e os jardins. Mas, essa não inclusão expressa a dificuldade de preservação de áreas urbanas apresentada pelo ICOMOS nas avaliações de Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Ao compararmos as inscrições da paisagem cultural do Rio de Janeiro e a de Diyarbakir, percebemos semelhanças quanto às narrativas de suas candidaturas, que optaram por considerar as visadas como ponto de partida para a delimitação de seus sítios.

Outra semelhança é a presença de elementos naturais de forma que possam ser identificados, no Rio de Janeiro temos o maciço da Tijuca com sua vegetação e a baía de Guanabara; em Diyarbakir temos os jardins de plantio e o Rio Tigre. A delimitação também é semelhante ao ter sido fragmentada de forma a excluir a área urbana de seus limites, mas em ambos essa área possui uma relação intrínseca com os atributos que foram valorizados na paisagem. Nas figuras abaixo se evidenciam essa relação, em Diyarbakir (Fig. 53) a muralha tem como única função proteger a cidade em seu interior, e atualmente a malha urbana preenche o interior e alguns trechos externos da muralha. No Rio de Janeiro a candidatura aborda as “paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, e o que existe justamente entre esses dois elementos naturais é a área urbana, a exemplo da Fig. 54 com o bairro da Urca.



Fig. 53. Cidade de Diyarbakir próxima à muralha. Fonte: www.reddit.com



Fig. 54. Bairro da Urca, Rio de Janeiro. Fonte: shafir.info

Nas três inscrições a área urbana se mostrou como um problema pela impossibilidade de se garantir sua preservação. A candidatura de Buenos Aires, que era constituída basicamente por áreas urbanas, não foi aprovada. Já as candidaturas do Rio de Janeiro e

de Diyarbakir foram aprovadas e optaram por excluir a área urbana de suas delimitações, que foram classificadas como zona de amortecimento e não constituem o bem em si.

Na avaliação de Buenos Aires, o ICOMOS afirma que os procedimentos para a identificação de paisagens culturais podem ser aplicados em todos os lugares do mundo, em áreas urbanas e cidades. Mas ao mesmo tempo, consideram que gerenciar áreas grandes de paisagem cultural é uma tarefa impossível por conta da complexidade em se administrar os vários agentes que atuam no bem. (UNESCO, 2008).

Essas paisagens dinâmicas são as paisagens essencialmente evolutivas, no tipo **paisagens vivas** – “que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.” (UNESCO, 2013, p.70). Essa definição nos leva a abordar a paisagem como uma entidade relacional cujo processo se dá no espaço e no tempo, de forma contínua, não há produto final. (BERQUE, 2011a).

Segundo orientações da própria UNESCO, as paisagens vivas refletem o processo de evolução na forma e nas características que podem ser “lidas” como documento. Trata-se da condição de integridade histórica, que também pode ser definida pela continuidade das funções tradicionais, e a relação das partes com toda a paisagem. Ou seja, a integridade das paisagens culturais é medida pelas camadas de evidências históricas, significados e relações entre os elementos que podem ser interpretados na paisagem. Como em casos onde o importante é a relação com a natureza, e não a integridade da própria natureza. (MITCHELL; ROSSLER; TRICAUD, 2009, p.25).

Como foi apresentado anteriormente, os critérios mais utilizados para paisagens com área urbana em seus limites são o (iv) – “paisagens históricas” - e o (v) – “paisagens tradicionais” . O primeiro trata a paisagem como o produto de processos realizados em um período específico e significativo da história humana, ou seja, se trata de uma evidência tangível da história, enquanto o critério (v) tem a paisagem como uma expressão do próprio processo de relação entre o homem e seu meio, que ainda continuar a acontecer. Esses critérios contemplam as especificidades das paisagens históricas urbanas, mas o critério (ii) – “paisagens urbanas” – permitiria a inclusão de paisagens em contextos dinâmicos, como a do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Os critérios praticados pela

UNESCO, de certa forma, podem justificar o valor de paisagens urbanas, o que nos leva à última questão, a preservação das paisagens culturais.

Em documento produzido pela UNESCO, a organização define que a conservação e gestão das paisagens culturais é na realidade um gerenciamento das mudanças de tal modo que os valores ambientais e culturais permaneçam. Essa gestão da mudança estaria diretamente ligada à manutenção da autenticidade e integridade dos bens do Patrimônio Mundial ao longo do tempo. Essa orientação está de acordo com a característica mutável das paisagens vivas. (MITCHELL; ROSSLER; TRICAUD, 2009, p.36).

A UNESCO parece ter tentado aplicar a “gestão da mudança” das paisagens culturais com o uso das zonas de amortecimento. Percebe-se que a zona de amortecimento é um trecho do sítio que continua a evoluir ao longo do tempo, enquanto o sítio em si precisa ser preservado permanentemente, pois nele estão as provas manifestas do processo de evolução. Também é importante para a leitura da paisagem, mantendo as relações entre os elementos da paisagem. Na Tabela 5 apresentamos a síntese da comparação entre as três paisagens culturais, evidenciando a relação entre os elementos da paisagem que devem ser preservados de forma permanente (elementos estruturadores), e os que devem continuar evoluindo (zona de amortecimento).

Tabela 5. Síntese da comparação entre as três paisagens culturais. Fonte: a autora.

Sítio/ano	Critérios	Elementos estruturadores	Sítio	Zona de Amortecimento	Dimensões Total/a. urbana
Rio de Janeiro (2012)	(v) e (vi)	Montanha, mar e a área construída	Montanha e mar	Área Construída	8701,8 ha 2292 ha
Buenos Aires (2008)	(ii), (iv) e (vi)	Pampas, rio e o centro histórico	Centro Histórico	Margens do rio	5126 ha 4125 há
Diyabakir (2015)	(iv)	Muralhas, jardins, rio e a cidade histórica	Muralhas e jardins	Rio e a cidade histórica	1942,6 ha 192,2 ha

A paisagem cultural de Buenos Aires possui 80,5% de área total (soma da área do sítio e da zona de amortecimento) constituída de área urbana. Os elementos tangíveis que expressariam a relação entre o homem e o meio são bairros inteiros da parte antiga da cidade. Enquanto isso, a paisagem cultural de Diyarbakir, que possui a menor área total, tem apenas 9,8% de área urbana. E ao contrário de Buenos Aires, trata sua área urbana como um elemento de leitura das relações realizadas nessa paisagem, tendo as muralhas e os jardins como os elementos fundamentais para a integridade do valor da paisagem.

A paisagem cultural do Rio de Janeiro é a que possui a maior área, sendo que 26% constitui área urbana. Nela, as montanhas vegetadas e as bordas d'água são os elementos que foram utilizados pela candidatura para expressar o valor da paisagem e sua evolução ao longo do tempo. Mas ao mesmo tempo, são elementos que dependem da área urbana para que seja feita a leitura enquanto paisagem, e para que seja mantida a função tradicional da paisagem - evoluir ao longo do tempo.

Todos os elementos dessas três paisagens são fundamentais para a “leitura” de seus processos de evolução, seja como uma evidência histórica como as muralhas de Diyarbakir, ou como uma forma de garantir a continuidade da evolução da paisagem, como a área urbana entre a montanha e o mar do Rio de Janeiro. Do ponto de vista da paisagem como uma unidade, todos são igualmente importantes. Porém, para o trato como um patrimônio há uma hierarquia mostrando que a área considerada Sítio é mais importante do que a Zona de Amortecimento, mas a primeira necessita da segunda para expressar o seu valor, em uma relação de dependência mútua.

Cidade-natureza: entre o símbolo e o cotidiano

“A cidade do Rio de Janeiro forma, com as montanhas e com a baía que lhe emolduram a paisagem, um todo indissociável. Não é possível pensar a primeira sem imaginar as últimas. E estas, por sua vez, só adquirem a importância que possuem por estarem no centro mesmo de uma das grandes metrópoles mundiais. É esta associação do ambiente natural com o ambiente construído pelo homem que dá ao Rio de Janeiro tanta beleza e tanta fama.”⁷⁶

Discutir os critérios que deram o título de Patrimônio Mundial à paisagem do Rio de Janeiro levantou questões que são pertinentes para o entendimento e o trato das paisagens, sejam as excepcionais ou as cotidianas. Uma dessas questões é a dificuldade que a Convenção do Patrimônio Mundial tem em reconhecer as características urbanas em paisagens de valor patrimonial.

Essas características urbanas tratam especificamente de uma cidade dinâmica, com uma malha urbana que vem evoluindo ao longo de séculos, cuja forma atual expressa esse tempo passado, mas também aponta para mudanças futuras. O trecho da cidade do Rio de Janeiro que faz parte da paisagem cultural titulada não se enquadra no modelo de cidades que tradicionalmente são valoradas como patrimônio. Apesar do meio urbano contar a sua história, não se trata de um sítio histórico que preserva de forma homogênea traços de uma antiguidade.

Tendo em vista essa visão tradicional de cidade como patrimônio, a narrativa construída para a patrimonialização da paisagem cultural do Rio de Janeiro optou por dar ênfase aos elementos da paisagem que não fossem entraves para o processo, ou seja, evitou os elementos construídos. Como nos apresenta Ribeiro e Azevedo (2010), toda patrimonialização trata-se de um processo de seleção e de esquecimento, que no caso do Patrimônio Mundial consolida um bem que é reconhecido como exemplo mundial, (RIBEIRO e AZEVEDO, 2010).

⁷⁶ ABREU, 1992, p.7.

Enquanto pelos caminhos do Patrimônio Mundial a paisagem urbana ainda é “translúcida”, quase invisível, há quem a tenha como a principal relação simbólica com o meio urbano. Se de acordo com Berque (2012), a paisagem é uma entidade relacional que se constitui das relações subjetivas e objetivas entre uma sociedade e seu meio, que tipo de paisagem um mundo cada vez mais urbano⁷⁷ vem produzindo? Seriam as paisagens urbanas?

O tema, paisagem urbana, tem sido cada vez mais estudado, a exemplo da arquitetura e urbanismo, temos *Townscape* (1961) de Gordon Cullen como o primeiro texto dedicado à paisagem urbana, que faz uma análise subjetiva da forma urbana pelos sentidos, sendo uma crítica ao modelo de planejamento urbano racionalista. É perceptível que exista uma emergência por se reconhecer o valor das paisagens urbanas, o que se deve em parte pelo risco a que estão submetidas. Apesar de a mudança ser uma característica inerente às cidades, a forma acelerada como vem ocorrendo não permite a reflexão e a avaliação do impacto que tais processos causarão na vida de seus habitantes.

Os riscos aos quais as paisagens urbanas estão submetidas podem ser apresentados na justificativa para a criação da Chancela da Paisagem Cultural por parte do IPHAN, sendo eles: a expansão urbana, a globalização cultural, a massificação das paisagens urbanas. (IPHAN, 2009, p. 34). Esses riscos se enquadram nos processos de globalização, mas principalmente de mercantilização das paisagens. Como nos apresenta Meneses (2002, p.57), a paisagem vem sendo tratada como uma mercadoria, seja pelo turismo ou no caso das paisagens urbanas, pelo *marketing* urbano⁷⁸. O fato é que a paisagem como um *capital cultural* tende a ser manipulada para ganhos econômicos em nível local e internacional.

A preservação de paisagens culturais por parte da UNESCO tem tido dificuldades em incluir contextos urbanos na Lista do Patrimônio Mundial. Mas, considerando um formato específico, foi possível reconhecer ao menos 14 paisagens culturais do total de 93 inscritas, por possuírem características urbanas. Em princípio, essas paisagens são classificadas como *paisagens vivas* – subcategoria de paisagem essencialmente evolutiva

⁷⁷ Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), em 2014, 54% da população mundial vivem em área urbana. A organização afirma que essa proporção pode chegar a 66% em 2050. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas).

⁷⁸ Uma forma de planejar e divulgar uma cidade a fim de atrair investimentos externos, empresas e turismo. As paisagens podem ser utilizadas como um símbolo de venda, ou podem ser transformadas para se adequarem às exigências do mercado.

– definidas como uma paisagem que conserva um **papel social ativo na sociedade contemporânea**, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o **processo evolutivo continua**. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

A definição de paisagem viva é a que mais se aproxima da noção de entidade relacional, pois nela a relação entre a sociedade e seu meio continua a acontecer, gerando novas referências simbólicas ao longo do tempo. O que leva ao segundo item para o reconhecimento dessas paisagens por parte da UNESCO, os critérios utilizados para justificar o Valor Universal Excepcional. Os critérios mais utilizados são (iv) – “paisagem histórica” - e o (v) – “paisagem tradicional” ⁷⁹, o primeiro trata dos símbolos produzidos pela relação sociedade e meio; enquanto o segundo trata da própria relação. Ou seja, tratam da paisagem como um registro da história que pode ser lida (MADERUELO, 2010b). Este formato permitiu o reconhecimento de *paisagens históricas urbanas*⁸⁰, onde a área urbana é composta por cidades históricas, de um modelo tradicionalmente reconhecido como um bem patrimonial.

Apenas as paisagens culturais do Rio de Janeiro e de Diyarbakir não seguem esse padrão por serem duas grandes cidades dinâmicas. Além destas duas paisagens, que estão devidamente inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, temos o exemplo da paisagem cultural de Dresden, na Alemanha, que foi retirada da lista; e a paisagem cultural de Buenos Aires, cuja candidatura não foi reconhecida pela UNESCO. Essas paisagens culturais teriam tido seus valores melhor justificados pelo critério (ii)⁸¹ – “paisagem urbana” – pois reconhecem contextos dinâmicos frutos de intercâmbios de influências, o que é uma característica inerente às cidades.

A partir do caso de Dresden, encontramos uma primeira evidência da origem do problema. Dresden é considerada uma grande cidade com quase meio milhão de habitantes, e sofre de problemas e demandas como outras cidades de mesmo porte. A

⁷⁹ Critério (iv) representar um exemplo excepcional de uma paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana; critério (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis. (UNESCO, 2013).

⁸⁰ De acordo com a *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana* da UNESCO (2011).

⁸¹ (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens. (UNESCO, 2013).

paisagem cultural do *Vale de Elba em Dresden* foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial por ser a soma harmoniosa de elementos de diferentes épocas, com monumentos e parques do século XVI ao XX. Porém, a construção da ponte *Waldschlösschen* foi avaliada pela missão da UNESCO como um impacto irreversível, não sendo possível conciliar as demandas da cidade com o valor excepcional da paisagem cultural. (UNESCO, 2009).

No caso de Buenos Aires, a candidatura foi recusada porque a organização julgou ser inviável gerenciar uma área urbana dinâmica de 4125 hectares, pois seria preciso identificar todos os seus atributos, o que seria impossível por conta da complexidade em se administrar vários agentes de mudança. (UNESCO, 2008). Quanto ao Rio de Janeiro e a cidade turca Diyarbakir, há duas narrativas que privilegiam os aspectos naturais da paisagem, e optam por não incluir a área urbana no sítio Patrimônio Mundial, classificando-as como zonas de amortecimento.

As quatro paisagens culturais apresentam problemas quanto às suas características urbanas. Em Dresden, Buenos Aires e Rio de Janeiro podemos afirmar que o problema se refere à gestão da conservação a fim de garantir o Valor Universal Excepcional. Na primeira temos a justificativa da UNESCO para a sua retirada da lista; a segunda possui uma avaliação do ICOMOS contrária à sua inscrição que usa o argumento da gestão; e para o Rio de Janeiro temos os relatos de técnicos ligados à construção da candidatura e à gestão atual do sítio, indicando que existem barreiras que impediram o reconhecimento das características urbanas da paisagem. Quanto a Diyarbakir, que é a paisagem cultural mais recente, concluímos que as experiências anteriores levaram a optar por uma narrativa sem a área urbana, apesar da Muralha de Diyarbakir proteger a cidade, e os Jardins de Hervsel alimentarem esta mesma cidade, possuindo fortes relações históricas com ela.

Se a preservação é o problema nesses sítios, a própria organização propõe que a gestão das paisagens culturais seja uma “gestão de mudanças”, ou seja, o gerenciamento das mudanças de forma a garantir a permanência de valores ambientais e cultural. Tal prática permitiria que, ao invés de considerar as áreas urbanas como elementos de menor importância, classificando-as como zonas de amortecimento, estas áreas fizessem parte do sítio em si. Esse tipo de gestão vem sendo orientado em iniciativas locais de trato das paisagens, o que comprova que é totalmente viável. Como exemplo, temos a Convenção

Europeia da Paisagem, que já orientou de forma consistente o trato das paisagens na Inglaterra, Espanha e Portugal ⁸².

Por outro lado, há outra lacuna na forma como a UNESCO aborda as paisagens culturais, negligenciando as características imateriais das paisagens. Para expressar esta segunda questão, utilizaremos a pesquisa de doutoramento da arquiteta e urbanista Lúcia Veras (2014)⁸³. Segundo a autora, há duas formas de caracterizar a paisagem urbana: pela imagem – através de cartões postais e pela produção de desenhos - e pela palavra – traduzindo o sentimento de lugar interpretado por meio de entrevistas com diferentes grupos sociais -, que correspondem respectivamente aos termos *skyline* e “*landline*”.

(...) além do *skyline* que nos traz uma percepção de horizonte distante pelas lonjuras do olhar que capta o conjunto da arquitetura da cidade pela imagem, haveria uma “*landline*”, que nos aproximaria de uma linha de chão, em um horizonte próximo, onde a vida se manifesta no burburinho que se constrói no cotidiano, no ‘meio do mundo’, de onde brota a afetividade das pessoas com a cidade e com seus lugares e entre as pessoas na cidade. (VERAS, 2014, p.106).

A expressão “*landline*” foi utilizada em contraposição a palavra *skyline* (linha do horizonte), que remete ao céu. Sendo *land* a terra, essa caracterização da paisagem urbana se aproxima do chão e da vida cotidiana, sendo uma referência à “visão serial” de Gordon Cullen (2008), que nos apresenta que algumas das qualidades da paisagem urbana são percebidas pelo caminhar pela cidade.

Através das análises de algumas paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, ficou evidente que a prática da categoria tem uma abordagem pela imagem, pelo *skyline*. As paisagens culturais do Rio de Janeiro e de Diyarbakir fazem uso de visadas específicas para auxiliar a delimitação de seus sítios, a partir do que se vê de um ponto específico. Para a primeira se trata do forte do Pico localizado no outro lado da baía de Guanabara; e para o segundo é utilizada uma vista a partir do rio Tigre, que engloba os jardins e a muralha.

⁸² *Landscape Character Assessment - Guidance for England and Scotland* (Avaliação do Caráter da Paisagem - Orientação para Inglaterra e Escócia) de 2002 e que tem por objetivo identificar e criar planos de preservação das paisagens da Inglaterra e Escócia; o *Observatorio del Paisaje* (Observatório da Paisagem) que atua na região da Catalunha na Espanha, criado através da *Ley de Protección, Gestión y Ordenación del Paisaje de Cataluña* de 2004; do mesmo ano temos a *Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*.

⁸³ VERAS, Lúcia Maria de S. C. *Paisagem-Postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Chenet (1994) afirma que a paisagem separada da cidade se tornou apenas "extensão de terra que se abrange com um olhar"⁸⁴ – definição de origem renascentista ligada à tradição da pintura. A crítica da autora se refere à perda do verdadeiro significado da paisagem ao ser associada apenas à natureza. Mas podemos usar esta definição para uma crítica à associação da paisagem como uma imagem estática, quando na realidade são constituídas por processos transformadores, seja pela ação do homem ou pela própria natureza.

A paisagem cultural de Buenos Aires poderia ter sido reconhecida por meio de uma associação das duas abordagens, mas principalmente pelo *landline*, por seus valores estarem expressos na vida cotidiana, na vida vivida. Falta à UNESCO uma abordagem mais próxima ao “chão”, de reconhecer os valores intangíveis da paisagem cultural que decorrem da vida cotidiana, e não apenas pela imagem. A paisagem cultural do Rio de Janeiro também possui valores intangíveis, que de certa forma foram reconhecidos, mas por conta dos fortes símbolos que possui e que são associados a imagens.

Quando o critério (vi)⁸⁵ foi justificado na inscrição da paisagem cultural do Rio de Janeiro pela avaliação do ICOMOS, se tem uma valorização dos símbolos dessa paisagem que são reconhecidos mundialmente, como o Pão de Açúcar, a estátua do Cristo Redentor, e o calçadão de Copacabana. A estes símbolos estão associadas as expressões culturais do Rio de Janeiro, tais como o samba, a bossa nova e o carnaval; expressões que derivam dos usos sociais dos espaços públicos (ruas, beira mar, parques e praças). Ou seja, são valores imateriais que foram associados à paisagem cultural do Rio de Janeiro.

É necessário desenvolver formas de se reconhecer o caráter imaterial das paisagens culturais em seu trato como patrimônio, e a própria UNESCO já possui os meios para tal tarefa, a *Convenção do Patrimônio Cultural Intangível*, que desde 2008 vem reconhecendo o patrimônio imaterial. Esta convenção considera que há uma interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural, porém, falta aplicar esse conceito na *Convenção do Patrimônio Mundial*, principalmente no que se refere à categoria paisagem cultural.

⁸⁴ "étendue de pays que l'on embrasse d'un seul coup d'oeil" (CHENET, 1994) (tradução da autora).

⁸⁵ Critério (vi) - estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional. (UNESCO, 2013).

Quanto à paisagem cultural do Rio de Janeiro, é inegável a sua beleza, característica exaltada através da música, literatura, pintura e pela existência de mirantes em diversos pontos da cidade para se apreciar as vistas espetaculares. Mas, ao considerarmos o conceito praticado pela UNESCO (2013) – “obras conjugadas do homem e da natureza” - percebemos que ela não representa a totalidade, mas sim as relações que resultaram em paisagens belas.

Considerando a paisagem como uma entidade relacional (BERQUE, 2012) e a paisagem urbana a partir do combate (CAUQUELIN, 2007), teríamos outras paisagens cariocas além da relação montanha e a água, o *shanshui* da paisagem chinesa (BERQUE, 2012), expresso pelo maciço da Tijuca e pela baía de Guanabara. Na realidade, as paisagens cariocas estão longe do ideal chinês, onde a paisagem evoca a espiritualidade, mas sim próximas da vida agitada de uma cidade de múltiplas apropriações, significados e sentimentos. Haveria combate mais marcante do que entre os elementos naturais e os construídos? Entre as favelas e as montanhas? Entre os bairros que se entrelaçam com florestas? Entre as belas praias e o “paredão” de edifícios que as cercam?

Porém, a paisagem cultural do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial tornou essas relações invisíveis, renunciando as suas características urbanas e as relações cotidianas dos cariocas com sua cidade, rompendo a *arte do relacionamento* entre seus elementos. (CULLEN, 2008). Se a paisagem não foi reconhecida como uma entidade relacional, não se trata de uma paisagem cultural, e sim de uma paisagem “imagem”, que se expressa por parte do espaço visível: a formação rochosa do maciço da Tijuca que orientou o desenvolvimento da cidade, a floresta replantada no século XIX, as bordas d’água redesenhadas pelo homem e as águas da baía de Guanabara. São elementos marcantes para a formação da cidade e na constituição cultural de seus habitantes, mas que foram valorizados por comporem uma bela vista.

O título reforçou a proteção, a conservação e preservação de elementos da cidade que já eram valorados em nível municipal, estadual e nacional. Porém, se trata de uma concepção de paisagem que contempla sua percepção internacionalmente, reforçando algumas imagens e símbolos, em detrimento de outros que melhor representariam a relação entre o carioca com sua cidade “maravilhosa”. Basta esperar que este contexto se reverta, considerando uma futura ampliação do entendimento sobre paisagens por parte da UNESCO, que reconhecesse as paisagens urbanas em sua totalidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Apresentação*. In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Mauricio de Abreu Almeida (org.). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

_____. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: ensaio, 1565-1965*. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

BERQUE, Augustin. *A ecúmena: medida terrestre do homem, medida humana da terra: para uma problemática do mundo ambiente*. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 187-199.

_____. *Paisagem, Meio, História*. In: Cinco propostas para uma teoria da paisagem. Tradução Vladimir Bartali. 2012.

BERNARDES, Lysia M.C.. *Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX*. In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Mauricio de Abreu Almeida (org.). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 37- 53.

CHENET-FAUGERAS, Françoise. *L'invention du paysage urbain*. In: *Romantisme*, 1994, nº83. pp. 27-38. Disponível em : www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/roman_0048-8593_1994_num_24_83_5932. Acesso: 01/2016.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 2008.

CURY, Isabelle (Org.) *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. Disponível em: portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em 06/2015

_____. *A construção do conceito de Paisagem Histórica Urbana*. Anais do 2º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 2012.

DMM, Diyarbakır Metropolitan Municipality. *Diyarbakır Fortress and Hevsel Gardens Cultural Landscape*. Diyarbakır, 2014. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1488.pdf>. Acesso: 04/2016

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego. *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

FOWLER, Peter J. *World Heritage Cultural Landscapes 1999-2002*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível: whc.unesco.org/en/series/6/. Acesso: 10/2015.

FREITAG, Bárbara. *Capitais Migrantes e Poderes Peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. Campinas, SP. Papirus, 2009.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. *Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro*. In: *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Mauricio de Abreu Almeida (org.). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. p. 13 -26

GCBA, Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. Ministerio de Cultura. Subsecretaria de Patrimonio Cultural. Buenos Aires *Paisaje Cultural: el rio, la pampa, la barranca histórica y la inmigración*. Buenos Aires, 2005. Disponível: www.buenosaires.gob.ar/areas/cultura/paisaje/. Acesso: 11/2015.

ICOMOS. *Evaluations of Cultural Properties - 27th ordinary session*. Paris, 2003. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-inf08ae.pdf>. Acesso: 08/2015.

_____. *Advisory Body Evaluation - Coffee Cultural Landscape*. 2011. Disponível em: whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1121.pdf. Acesso: 06/2015

_____. *Evaluations of Nominations of Cultural and Mixed Properties - 36th ordinary session*. Saint Petersburg, 2012.

_____. *The Florence Declaration on Heritage and Landscape as Human Values*. Florença, 2014. Disponível em: www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2015/GA_2014_results/GA2014_Symposium_FlorenceDeclaration_EN_final_20150318.pdf. Acesso: 04/2016

_____. *Advisory Body Evaluation - Diyarbakır Fortress and Hevsel Gardens Cultural Landscape*. 2014. Disponível em: whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1488.pdf. Acesso: 04/2016

IPHAN. *Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural*. Bagé: IPHAN, 2007a.

_____. *Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques*. Bonito: IPHAN, 2007b. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Carta_das_Paisagens_Culturais_e_Geoparques.PDF. Acesso: 06/2014.

_____. *Paisagem Cultural*. IPHAN: Brasília, 2009. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf. Acesso: 08/2013

_____. *Dossiê Patrimônio Mundial: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*. Comitê Técnico da Candidatura do Rio a Patrimônio Mundial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

IUCN. *International Union for Conservation of Nature*. Fontainebleau, 1948. Disponível em: portals.iucn.org/library/efiles/edocs/1948-001.pdf. Acesso: 06/2016.

_____. *Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List - 27th ordinary session*. Paris, 2003. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-inf08be.pdf>. Acesso: 12/2015.

LACERDA, Norma. Valores dos Bens Patrimoniais. In: LACERDA, Norma & ZANCHETTI, Sílvia (orgs.). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012.

MADERUELO, Javier. *El paisaje urbano*. Estudos Geográficos Vol LXXI, 2010a. p 575-600.

_____. *El patrimonio expandido: del objeto al paisaje*. In: Paisaje y Patrimonio. Org. Javier Maderuelo. Espanha: Editora Abada, 2010b.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A paisagem como fato cultural*. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64

MILANO, Miguel Serediuk. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: *Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação*. Antônio Herman Benjamin (Coord.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3 a 41.

MITCHELL, Nora; ROSSLER, Mechtild, TRICAUD, Pierre-Marie. *World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management* Paris: UNESCO, 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter; AZEVEDO, Daniel Abreu de. *Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial no Rio de Janeiro: caminhos e desafios para o reconhecimento*. Anais do 1º Colóquio Ibero-Americano da Paisagem Cultural: desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2010.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. 1ªed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROGER, Alain. *História de uma paixão teórica ou Como se tornar um Raboliot da Paisagem*. In: Berque, A. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Tradução: Vladimir Bartalini, 2012.

_____. *A Paisagem entre Natureza e Cultura*. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p.151-166.

SAUER, Carl O. *A morfologia da Paisagem*. CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia e Paisagem. A aproximação a uma Categoria Estética*. In: *Philosophia*, 23, Lisboa, 2004. p.87-102.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Paisagem*. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 42-51.

UNESCO. *Actas de La Conferencia General. 12ª reunião*. Paris, 1962. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114582s.pdf. Acesso: 10/2015

_____. *Carta de Cracovia. Principios Para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido*. 2000. Disponível em: www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/guatemala/guatemala_carta_cracovia_2000_spa_orof.pdf. Acesso: 05/2016

_____. *32ª Conferência Geral da UNESCO - Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 2003. Disponível em : www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf. Acesso: 06/2016.

_____. *Vienna Memorandum on "World Heritage and Contemporary Architecture - Managing the Historic Urban Landscape"* In. 29th session of the World Heritage Committee. Durban, 2005

_____. *Evaluations of properties to be examined by the World Heritage Committee at its 32nd Session World Heritage Committee - Cultural Properties*. Quebec, 2008.

_____. *33th Session World Heritage Committee - Report of Decisions*. Sevilla, 2009b.

_____. *34th Session World Heritage Committee - Inclusion of the Historic Urban Landscape in the relevant sections of the text of the Operational Guidelines*. Brasília, 2010.

_____. *Recomendações sobre a paisagem histórica urbana*. Sintra, 2011a.

_____. *186th Executive Board – Item 21 Preliminary Study on the Technical and Legal Aspects Relating to the Desirability of a New International Standard-Setting Instrument on Landscape*. Paris, 2011b.

_____. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*. Comissão Nacional da UNESCO – Portugal. Edição em Português/Versão 2013. Lisboa, 2013.

VARNHAGEM, F. A. de. *Diário da Navegação de Pedro Lopez Souza pela costa do Brazil até o Uruguay (1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typ. de L. dos Santos, 1867. Disponível em: www.archive.org/stream/diariodenavegao00varngoog#page/n1/mode/2up. Acesso: 11/2015.

VERAS, Lúcia Maria de S. C. *Paisagem-Postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, País do Futuro*. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: www.ebookbrasil.com

Legislação

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 12 dez. 1937. Seção 1.

The Countryside Agency; Scottish Natural Heritage. *Landscape Character Assessment - Guidance for England and Scotland*. 2002. Disponível em: www.snh.org.uk/pdfs/publications/LCA/LCA.pdf. Acesso: 12/2014

Diari Oficial de la Generalitat de Catalunya. *Ley de Protección, Gestión y Ordenación del Paisaje de Cataluña*. 2004. Disponível em: www.catpaisatge.net/fitxers/ley_paisaje.pdf. Acesso: 06/2016.

Cartas

II ENCUESTRO DE PAISAJES CULTURALES. *Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural*. Cartagena das Índias, 2012. Disponível em: <http://ipce.mcu.es/pdfs/carta-iberoamericana-del-paisaje.pdf>. Acessado em 19/10/2015.

COE. *Convenção Européia da Paisagem*. Decreto n. 4/2005. Florença, 20 out. 2000.

LALI. *Declaração Iniciativa Latino Americana da Paisagem*. Versão Português, 2012. Disponível: www.lali-iniciativa.org/descargas/inciativa/declaracion/121113%20LALI_POR.pdf Acessado em 19/10/2015.

Sociedad Colombiana de Arquitectos Paisajistas (SAP). *Carta Colombiana del Paisaje*. 2010. Disponível em: www.sapcolombia.org/pdf/La_CartaColombiana_del_Paisaje_2010.pdf. Acesso: 10/2015

JANKULEVICH, Carlos; NEGRINI, Alberto. *Carta Costarricense del Paisaje*. 2010. Disponível em: laliniciativablog.files.wordpress.com/2013/04/costa-rica-carta-del-paisaje-octubre_10.pdf. Acesso: 10/2015

Centro Argentino de Arquitectos Paisajistas (CAAP). *Carta Argentina del Paisaje*. Buenos Aires, 2011. Disponível em: laliniciativablog.files.wordpress.com/2013/04/2011-03-14_carta_argentina_del_paisaje.pdf. Acesso: 10/2015

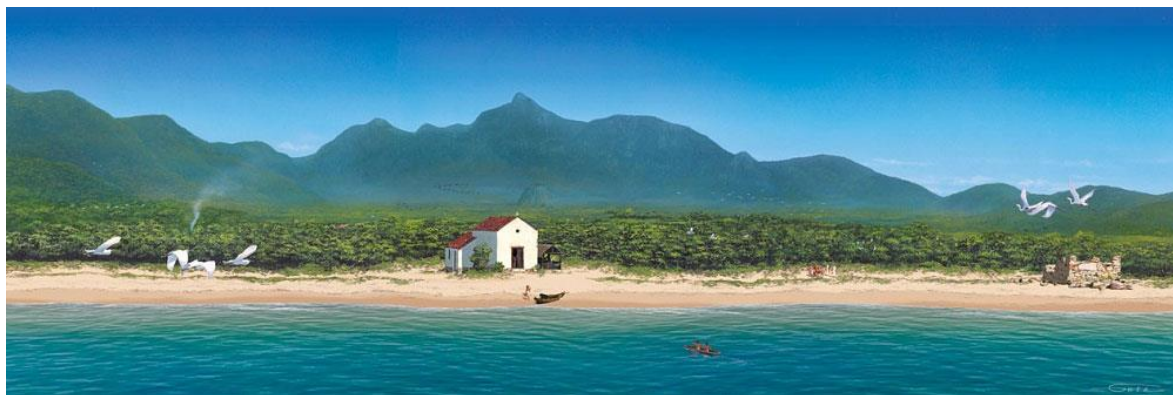
Sociedad de Arquitectos Paisajistas de Mexico (SAPM). *Carta Mexicana del Paisaje*. Cidade do México, 2011. Disponível em: paisajesculturales.files.wordpress.com/2013/03/cmp_final.pdf. Acesso: 10/2015.

Sociedad de Arquitectos Paisajistas, Ecologia y Medio Ambiente (SAPEMA). *Carta Boliviana del Paisaje*. La Paz, 2011. Disponível em: laliniciativablog.files.wordpress.com/2013/04/ultimocarta-boliviana-del-paisaje-2013.pdf. Acesso: 10/2015.

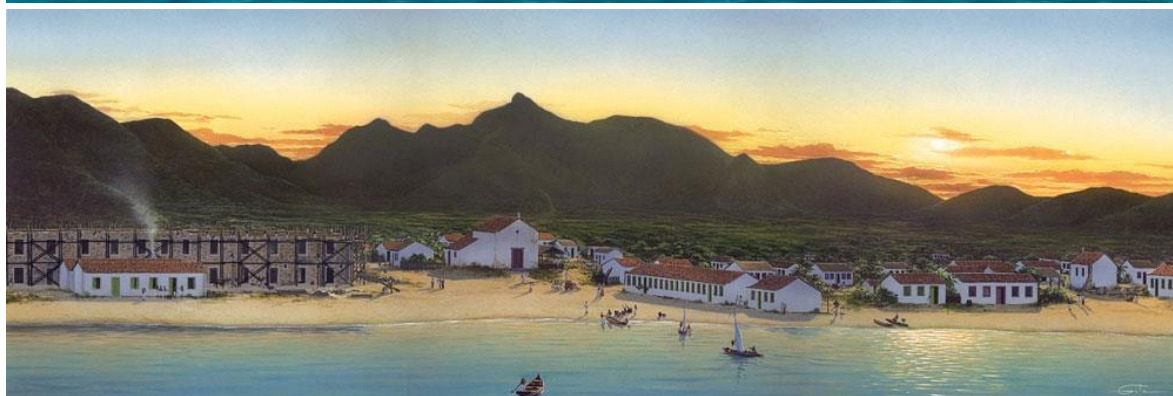
Instituto Chileno Arquitectos Paisajistas (ICHAP). *Carta Chilena del Paisaje*. Santiago, 2011. Disponível em: laliniciativablog.files.wordpress.com/2013/04/chile-carta-del-paisaje-2011.pdf. Acesso: 10/2015.

Anexos

Anexo 1 | Caderno de Imagens



1



2



3



4

Simulações da evolução da ocupação urbana da Praça XV (Praça do Paço).

1. [1580] 2. [1620] da Fig. 6 p. 12 | 3. [1750] 4. [1790] da Fig. 8 p. 14
Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOURbana



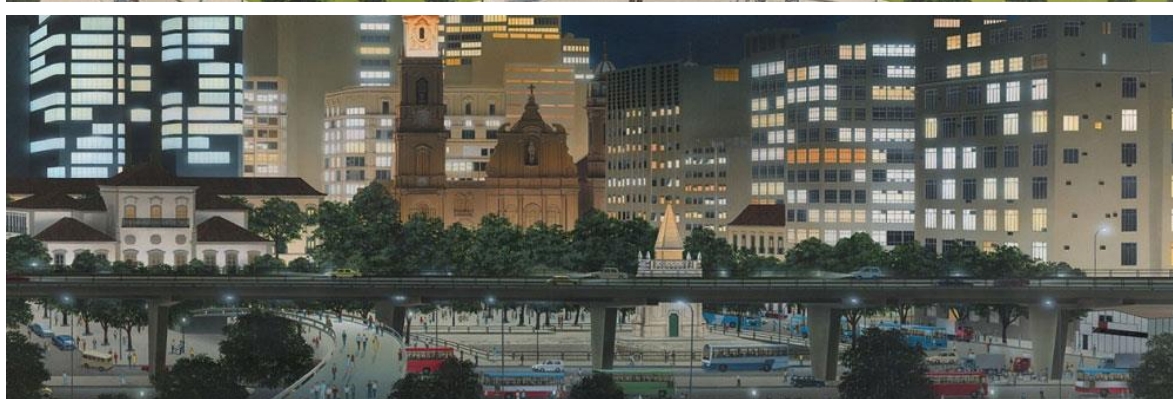
5



6



7



8

Simulações da evolução da ocupação urbana da Praça XV (Praça do Paço).

5. [1840] 6. [1870] da Fig. 11 p. 16 | 7. [1910] 8. [1988] da Fig. 17 p. 20.

Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana



9



10



11

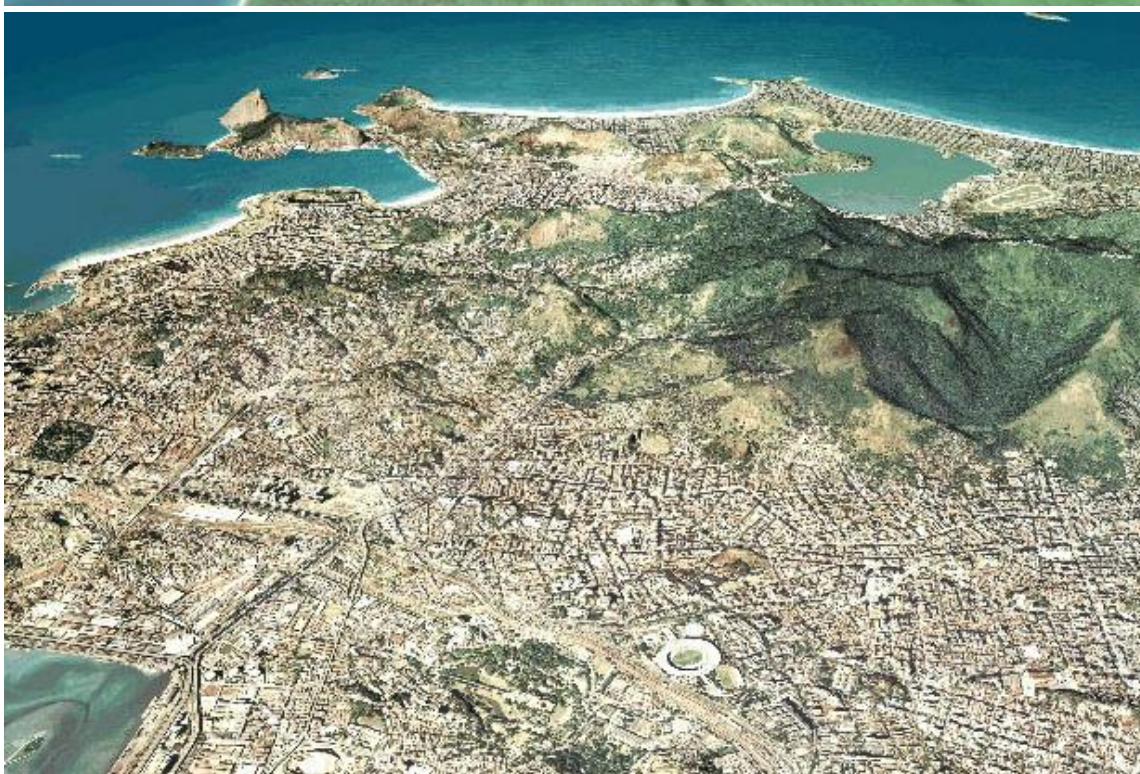
Simulações da evolução da ocupação urbana da Praia de Copacabana

9. [1927] 10. [1958] 11. [2007].

Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana



12



13

Mapas de simulação da evolução de ocupação urbana | Vista do Maracanã
12. [1500] 13. [2000].

Fonte: www.portalgoe.rio.rj.gov.br/EOURbana



14

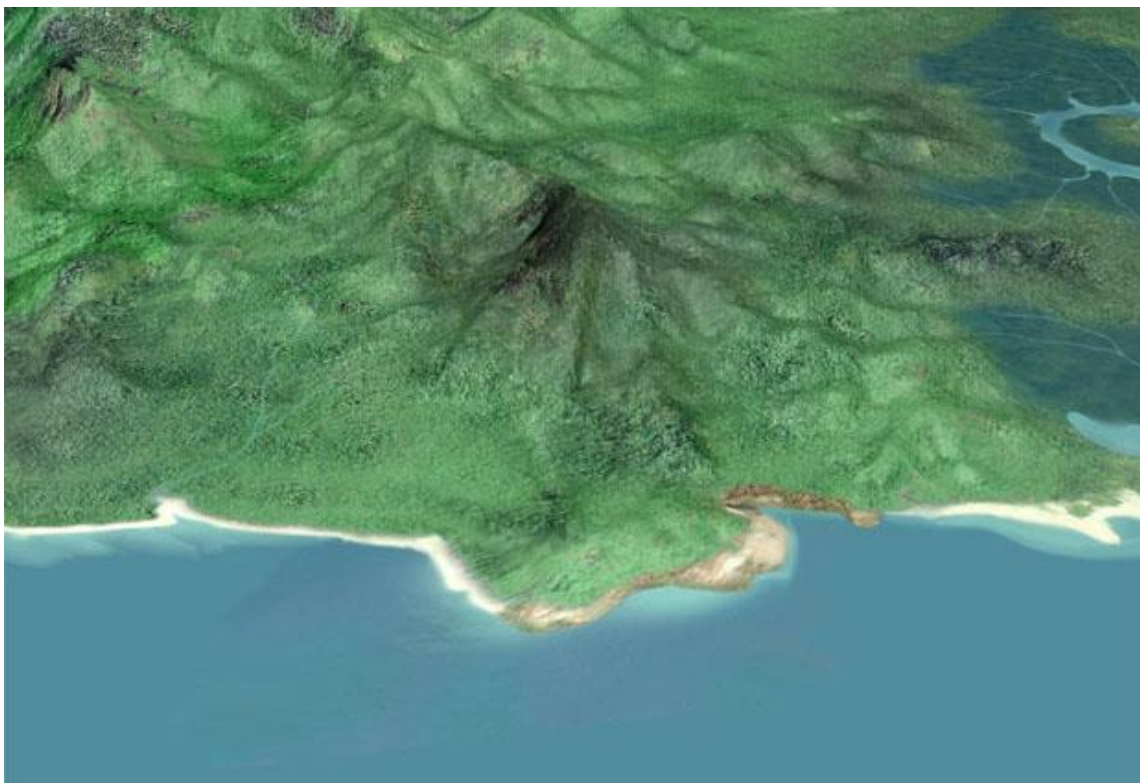


15

Mapas de simulação da evolução de ocupação urbana | Vista do Centro

14. [1500] 15. [2000].

Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana



16



17

Mapas de simulação da evolução de ocupação urbana | Vista da Enseada da Glória
16. [1500] 17. [2000].

Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana



18



19

Mapas de simulação da evolução de ocupação urbana | Vista da Orla de Copacabana
18. [1500] 19. [2000].

Fonte: www.portalgeo.rio.rj.gov.br/EOURbana



Vista da Mangueira



Vista do Centro



Vista da Enseada da Glória



Vista da Orla de Copacabana

Vistas (Anexo1)

MAPA DOS LUGARES

Rio de Janeiro

LEGENDA

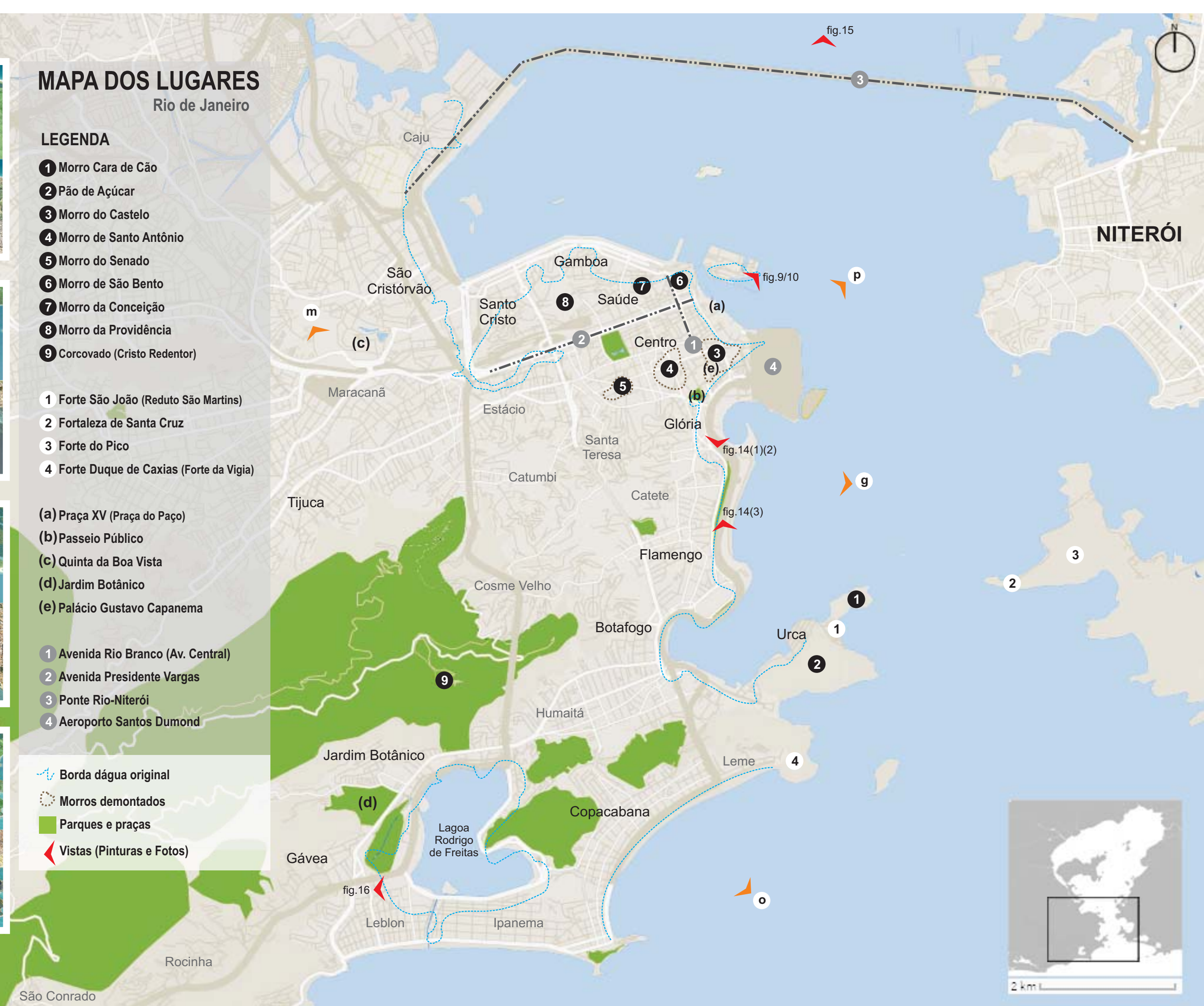
- 1 Morro Cara de Cão
- 2 Pão de Açúcar
- 3 Morro do Castelo
- 4 Morro de Santo Antônio
- 5 Morro do Senado
- 6 Morro de São Bento
- 7 Morro da Conceição
- 8 Morro da Providência
- 9 Corcovado (Cristo Redentor)

- 1 Forte São João (Reduto São Martins)
- 2 Fortaleza de Santa Cruz
- 3 Forte do Pico
- 4 Forte Duque de Caxias (Forte da Vigia)

- (a) Praça XV (Praça do Paço)
- (b) Passeio Público
- (c) Quinta da Boa Vista
- (d) Jardim Botânico
- (e) Palácio Gustavo Capanema

- 1 Avenida Rio Branco (Av. Central)
- 2 Avenida Presidente Vargas
- 3 Ponte Rio-Niterói
- 4 Aeroporto Santos Dumond

- Borda d'água original
- Morros demontados
- Parques e praças
- Vistas (Pinturas e Fotos)



Anexo 2 | Definição de Patrimônio Mundial

Artigo 1º - Para fins da presente Convenção são considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um Valor Universal Excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2º - Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Fonte: Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2013)

Anexo 3 | Critérios para avaliação do Valor Universal Excepcional

O Comitê considera que um bem tem um Valor Universal Excepcional se esse bem responder pelo menos a um dos critérios que se seguem. Como tal, os bens propostos devem:

(i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;

(ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de **paisagens**;

(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

(iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de **paisagem** que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

(v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;

(vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve e preferência ser utilizado conjuntamente com outros);

(vii) representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;

(viii) ser exemplos excepcionais representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;

(ix) ser exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;

(x) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2013). (grifo nosso).

Anexo 4 | Categorias de Paisagem Cultural

O Comitê considera que um bem tem um Valor Universal Excepcional se esse bem responder pelo menos a um dos critérios que se seguem. Como tal, os bens propostos devem:

i. A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

ii. A segunda categoria é a **paisagem essencialmente evolutiva**. Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias:

- uma **paisagem relíquia** (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;
- uma **paisagem viva** é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

iii. A última categoria compreende a **paisagem cultural associativa**. A inscrição destas paisagens na Lista do Patrimônio Mundial justifica-se pela força da associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

Fonte: Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2013, p.70). (grifo nosso).

Anexo 5 | Questões para a avaliação das paisagens culturais

Dentro da estrutura de seis critérios estabelecida pelo Comitê do Patrimônio Mundial, aqueles que agem para ICOMOS, no campo, em estudos teóricos e em comissão, são, portanto, avaliadores que julgam uma inscrição formulando questões como:

i. É a paisagem significativa? Se assim for, em que medida e como isso é expresso? "Significado" é um conceito fundamental na avaliação do ICOMOS, e um fator primordial na identificação de potenciais paisagens Patrimônio Mundial dentro de todo o resto. A paisagem, por exemplo, pode ser bonita (mas para quem?), sem ser de forma significativa. Sobre a mesma paisagem tinha sido escrito e pintado, mas por uma sucessão de artistas de renome, que individual e coletivamente influenciaram palpavelmente o curso da arte e criaram a apreciação humana pela paisagem, em seguida, que a paisagem é uma forma comprovadamente diferente e sem dúvida significativa.

ii. O "significado" da paisagem é um "significado universal"? Aqui, o ICOMOS está à procura de evidências de que a paisagem carrega sobre, fala sobre, ou é testemunha de um ou mais dos grandes temas comuns a todos ou muitos dos povos do mundo: por exemplo, aspecto(s) do relacionamento natureza/homem em si e a religiosidade a longo do tempo, temas que nesses casos muitas vezes se mostram como uma expressão de reverência por uma montanha "sagrada" ou rio.

iii. A paisagem é "excepcional"? Se assim for, em que medida? ICOMOS está aqui à procura de uma ou mais qualidades, ou uma combinação de qualidades, que levantam uma paisagem particular, fora do comum. Pode, por exemplo, ser absolutamente notável em termos de uma engenhosa remodelagem da paisagem e das qualidades estéticas do resultado. Pode ser o local de um grande evento, como uma batalha que foi um verdadeiro ponto de mudança significativa em termos mundiais. Pode ser um lugar onde famílias excepcionais viveram, trabalharam e criaram grandes realizações, mesmo que a própria paisagem pode não ser em si particularmente notável em termos visuais.

iv. Alternativamente, a paisagem é, em vez de ser absolutamente notável, ser particularmente um bom representante de um 'tipo de mundo "da paisagem? Neste contexto, ICOMOS exige estudos de valor comparativo de tais tipos e/ou de exemplos de paisagens ilustrativas de um tema em particular e/ou futuras paisagens Patrimônio Mundial em uma determinada região. Se um estudo temático não existe, ICOMOS pode encarregar um especialista apropriado ou órgão especializado. Em qualquer caso, ele aprecia um sério estudo comparativo dentro de uma nomeação (exigência do Guia Operacional que são frequentemente esquecidas pelos Estados Partes), que coloca uma paisagem nomeada dentro de um contexto mais amplo, demonstrativa, por exemplo, de um tipo de uso do solo, como o arroz de crescimento, função paisagem como a transumância, ou paisagem desenhada. A nomeação sistemática de paisagens viticultoras europeias, a identificação de paisagens industriais fundamentais (por exemplo, de "primeiros do mundo"), e o incentivo de candidaturas de regiões sub-representadas como a África Subsaariana e o Caribe, são exemplos atuais, qualquer que seja suas outras qualidades, no sentido de paisagem "representante".

v. O que exatamente são as qualidades de autenticidade e integridade possuídas por uma paisagem particular? É, por exemplo, no caso de parques e jardins, o trabalho de uma família, um arquiteto ou um projetista de paisagem? Se assim for, onde é que ficar em seu *oeuvre*? De modo mais geral, as qualidades que o ICOMOS estaria procurando poderia incluir o desenvolvimento adequado (a palavra-chave) em longo prazo, a continuidade da função (embora estruturas possam mudar), a sustentabilidade do sistema bio-econômico, a estabilidade em longo prazo em gestão da terra e manutenção de infraestrutura, capacidade de adaptação à evolução das circunstâncias ambientais, e boa sobrevida tanto de elementos estruturais, tais como edifícios, caminhos originais e sistemas de campo e de fatores sociais como a estrutura da comunidade, a prática religiosa, as práticas de trabalho tradicionais e atividades comunitárias.

vi. Existe evidência de um grande, mesmo enorme, uso de energia humana e habilidade, talvez em moldar uma extensa área para uma função específica, tais como adoração, irrigação, agricultura, comunicação ou efeito artístico? Foi (ou é) o efeito de uma construção em harmonia com o ambiente ou mesmo melhorando ele? O resultado foi significativamente influente (e não apenas 'influentes'), por exemplo, tecnicamente ou esteticamente?

vii. Existe evidência de gestão em longo prazo ou de administração? Será que isso, mesmo assim, acabou em algum tipo de colapso no passado ou que tenha sido o seu efeito no sentido da sustentabilidade até o presente? Qual é o significado deste (por exemplo, historicamente, tecnologicamente, geomorfológicamente)?

viii. É uma paisagem de grande valor científico? Esta questão incide no campo da responsabilidade da IUCN, mas, no entanto, é evidente que existem considerações culturais, agora e no futuro, tanto quanto no passado, se uma paisagem nomeada possui excelentes recursos naturais, como as comunidades de flora e fauna especiais ou depósitos geológicos ou geomorfológicos cientificamente importantes, e que pode muito bem ser também, ou conter, minerais exploráveis. Tal pode existir agora por causa da gestão passada da terra pelo homem; pode haver tradições locais relativas à exploração de tais recursos, que não se encaixam confortavelmente com o pensamento de conservação atual. A comunidade local pode ser ela mesma de interesse antropológico considerável. Talvez como um resultado acidental de uso da terra, a paisagem pode conter, ou ser ela própria, um conjunto notável de sobrevivências arqueológicas de alto potencial acadêmico.

ix. Existe um plano de gestão ou evidência de gestão tradicional de longo prazo do potencial local como Patrimônio Mundial, não apenas como uma designação nacional? Existe evidência de um bom entendimento e moderna de gestão da conservação? Existe parceria (e não apenas a consulta) com os interesses locais? Como é que o potencial turístico da paisagem que está sendo pensado é tratada? São os recursos presentes, ou muito provável que em breve a ser adquirido, para permitir que a paisagem a florescer como uma paisagem cultural Patrimônio Mundial? Quais são as medidas para as perspectivas de longo prazo para a paisagem?

x. Quais são os contextos políticos e intelectuais da nomeação? Será que a nomeação, por exemplo, vêm de um Estado Parte com poucos ou muitos sítios do Patrimônio Mundial? É a nomeação de um Estado Parte com uma tradição de estudo acadêmico da paisagem? (Esta pergunta não é para diminuir ou elevar a paisagem nomeada ou o seu processo de nomeação, mas para ajudar avaliadores entender melhor a paisagem e a natureza do seu processo de nomeação).

Fonte: *World Heritage Cultural Landscapes 1999-2002* (FOWLER, 2003, p.127).

Texto original.

Within the framework provided by the World Heritage Committee's six criteria, those acting for ICOMOS, in the field, in desk studies and in committee, are therefore looking to judge a nomination by asking such questions as:

i. *Is the landscape significant? If so, in what respect(s) and how is this expressed? 'Significance' is a fundamental concept in ICOMOS appraisal, and a prime factor in identifying potential World Heritage landscapes from all the rest. A landscape, for example, may be beautiful (but to whom?) without being in any way significant. Had that same landscape been written about and painted, however, by a succession of outstanding artists, who individually and collectively had palpably influenced the course of art and raised human appreciation of landscape, then that landscape is to an extent demonstrably different and arguably significant.*

ii. *Is the 'significance' of the landscape of 'universal significance'? Here, ICOMOS is looking for evidence that the landscape bears on, tells about, or is witness to one or more of the great themes common to all or many of the people of the world: e.g. aspect(s) of the natural/human relationship itself and long-term religiosity, themes which in those cases often interlock as in expression of reverence for a 'holy' mountain or river.*

iii. *Is the landscape 'outstanding'? If so, in what respect(s)? ICOMOS is here looking for one or more qualities, or a combination of qualities, which lift a particular landscape out of the ordinary. It may, for example, be absolutely outstanding in terms of the engineered reshaping of the landscape and of the aesthetic qualities of the outcome. It may be the site of a great event, such as a battle which was a real turning point significant in world terms. It may be somewhere where outstanding families lived, worked, and created great achievements, even though the landscape itself may not itself be particularly striking in visual terms.*

iv. *Alternatively, is the landscape, rather than being absolutely outstanding, a particularly good representative of a 'world-type' of landscape? In this context, ICOMOS values highly comparative studies of such types and/or of examples of landscapes illustrative of a particular theme and/or of potential World Heritage landscapes in a particular region. If a thematic study does not exist, ICOMOS may commission one from an appropriate expert or specialist body. In any case, it greatly appreciates a serious comparative study within a nomination (a requirement of the Operational Guidelines that is often overlooked by States Parties) which places a nominated landscape*

within a broad, demonstrable context of, for example, land-use type, such as rice-growing, landscape function like transhumance, or landscape design. The systematic nomination of European viticultural landscapes, the identification of key industrial landscapes (e.g. of 'world firsts'), and the encouragement of nominations from under-represented regions like sub-Saharan Africa and the Caribbean, are current examples of what are, whatever their other qualities, in a sense 'representative' landscapes.

v. What exactly are the qualities of authenticity and integrity possessed by a particular landscape? Is it, for example, in the case of landscaped parks and gardens, the work of one family, one architect, or one landscape designer? If so, where does it stand in their oeuvre? More generally, qualities ICOMOS would be looking for could include appropriate (the key word) development over the long term, continuity of function (even though structures may change), sustainability of the bio-economic system(s), long-term stability in land management and infrastructural maintenance, adaptability to changing environmental circumstances, and good survival both of structural elements like buildings, original trackways and field systems and of social factors like community structure, religious observance, traditional working practices, and communal activities.

vi. Is there evidence for a large, even huge, input of human energy and skill, perhaps in moulding an extensive area for a particular function such as worship, irrigation, agriculture, communication, or artistic effect? Was (or is) the effect of such a construct in keeping with or does it even enhance its environment? Was the outcome significantly influential (not just 'influential'), for example technically or aesthetically?

vii. Is there evidence of long-term management or stewardship? Did this nevertheless end in some form of collapse in the past or has its effect been towards sustainability until the present? What is the significance of this (e.g. historically, technologically, geomorphologically)?

viii. Is the landscape of great scientific value? This question impinges on IUCN's field of responsibility but nevertheless there are clearly cultural considerations, now and in the future as much as in the past, if a nominated landscape possesses outstanding natural resources such as special floral and faunal communities or scientifically important geological or geomorphological deposits which might well also be, or contain, exploitable minerals. Such may exist now because of past human land management; there may well be local traditions regarding the exploitation of such resources which do not fit comfortably with current conservation thinking. The local community(ies) may itself/themselves be of considerable anthropological interest. Perhaps as an accidental outcome of land-use, a landscape may contain, or itself be, an outstanding ensemble of archaeological survivals of very high academic potential.

ix. Is there a management plan or evidence of long-term traditional management of the potential site as a World Heritage site, not just as a national designation? Is there evidence of a good, modern understanding of conservation management? Is there partnership (not just consultation) with local interests? How is the tourist potential of the landscape being thought about and handled? Are the resources present, or very likely soon to be acquired, to enable the landscape to flourish as a World Heritage cultural landscape? What are the medium- to long-term prospects for the landscape?

x. What are the political and intellectual contexts of the nomination? Does the nomination, for example, come from a State Party with few or many World Heritage sites? Is the nominating State Party one with a tradition of academic landscape study? (This question is not to down- or up-grade the nominated landscape or its nomination dossier, but to help evaluators better understand both the landscape and the nature of its nomination dossier).

World Heritage Cultural Landscapes 1999-2002 (FOWLER, 2003, p.127).

Anexo 6 | Paisagens Culturais na Lista do Patrimônio Mundial

Ano	Estado-parte	Paisagem Cultural Patrimônio Mundial	Crítérios	Tipo
1993 (1990)	Nova Zelândia	Parque Nacional de Tongariro	(vi)(vii)(viii)	Associativa
1994 (1987)	Austrália	Parque Nacional de Uluru-Kata Tjuta	(v)(vi)(vii)(ix)	Associativa
1995	Portugal	Paisagem Cultural de Sintra	(ii) (iv) (v)	Definida
1995	Filipinas	Arrozais em terraços das Cordilheiras das Filipinas	(iii) (iv) (v)	Viva
1996	República Checa	Paisagem Cultural de Lednice-Valtice	(i) (ii) (iv)	Definida
1997	Áustria	Paisagem Cultural Hallstatt-Dachstein Salzkammergut*	(iii) (iv)	Viva
1997	Itália	Portovenere, Cinque Terre, e as Ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto)*	(ii) (iv) (v)	Viva
1997	Itália	Costa Amalfitana*	(ii) (iv) (v)	Viva
1998	Itália	Cilento e Vallo di Diano National Park com os sítios arqueológicos de Paestum e Velia e da Certosa di Padula	(iii) (iv)	Relíquia
1998	Líbano	Ouadi Qadisha (Vale do Santo) e da Floresta dos Cedros de Deus (Horsh Arz el-Rab)	(iii) (iv)	Viva
1999 (1997)	França / Espanha	Pyrénées - Mont Perdu	(iii)(iv)(v)(vii)(viii)	Viva
1999	Nigéria	Paisagem Cultural Sukur	(iii) (v) (vi)	Associativa
1999	Cuba	Vale Viñales	(iv)	Viva
1999	França	Jurisdição de Saint-Emilion*	(iii) (iv)	Viva
1999	Hungria	Parque Nacional Hortobágy - o Puszta	(iv) (v)	Viva
1999	Polônia	Kalwaria Zebrzydowska: a arquitetura maneirista e Parque complexo de paisagem e Parque Peregrinação	(ii) (iv)	Viva
2000	Alemanha	Jardim Reino de Dessau-Wörlitz	(ii) (iv)	Definida
2000	Cuba	Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba	(iii) (iv)	Relíquia
2000	Reino Unido	Paisagem Industrial de Blaenavon	(iii) (iv)	Relíquia
2000	Áustria	Paisagem Cultural Wachau Cultural	(ii) (iv)	Viva
2000	França	Vale Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes*	(i) (ii) (iv)	Viva
2000	Lituânia/ Rússia	Istmo de Curonian*	(v)	Viva
2000	Suécia	Paisagem Agrícola do Sul de Öland	(iv) (v)	Viva
2001	Laos	Vat Phou e Associação de Antigos Assentamentos com a Paisagem Cultural de Champasak	(iii) (iv) (vi)	Associativa
2001	Madagascar	Colina Real de Ambohimanga	(iii) (iv) (vi)	Associativa
2001	Espanha	Paisagem Cultural Aranjuez	(ii) (iv)	Definida
2001	Áustria / Hungria	Paisagem Cultural Fertő/Neusiedlersee	(v)	Viva
2001	Portugal	Região do Vinho do Alto Douro	(iii) (iv) (v)	Viva
2002	Alemanha	Vale do Reno*	(ii) (iv) (v)	Viva

2002	Hungria	Paisagem Cultural Histórica da Região do Vinho Tokaj*	(iii) (v)	Viva
2003	Zimbábue	Colinas Matobo	(iii) (v) (vi)	Associativa
2003	Reino Unido	Jardim Botânico Royal Kew	(ii)(iii)(iv)	Definida
2003	Afganistão	Paisagem Cultural e vestígios arqueológicos do Vale de Bamiyan	(i) (ii) (iii) (iv) (vi)	Relíquia
2003	Índia	Grutas de Bhimbetka	(iii) (v)	Relíquia
2003	África do Sul	Paisagem Cultural Mapungubwe	(ii) (iii) (iv) (v)	Viva
2003	Argentina	Quebrada de Humahuaca	(ii)(iv)(v)	Viva
2003	Itália	Sacri Monti de Piemonte e Lombardia	(ii)(iv)	Viva
2004	Japão	Locais Sagrados e Rotas de Peregrinação nos Montes Kii	(ii) (iii) (iv) (vi)	Associativa
2004	Togo	Koutammakou, a terra do Batammariba	(v) (vi)	Associativa
2004	Alemanha / Polónia	Parque Muskauer / Parque Muzakowski	(i) (iv)	Definida
2004	Cazaquistão	Petroglyphs dentro da Paisagem Arqueológica do Tamgaly	(iii)	Relíquia
2004	Lituânia	Sítio Arqueológico Kernave (Reserva Cultural de Kernave)	(iii) (iv)	Relíquia
2004	Andorra (v)	Vale Madriu-Perafita-Claror	(v)	Viva
2004	Irã	Bam e a sua Paisagem Cultural	(ii) (iii) (iv) (v)	Viva
2004	Islândia	Parque Nacional Thingvellir	(iii) (vi)	Viva
2004	Itália	Val d'Orcia	(iv) (vi)	Viva
2004	Mongolia	Paisagem Cultural do Vale Orkhon	(ii) (iii) (iv)	Viva
2004	Noruega	Vegaøyan - O Arqueólogo de Veja	(v)	Viva
2004	Portugal	Paisagem Cultural da Ilha do Pico Vineyard	(iii) (v)	Viva
2004	Alemanha	Vale do Elba Dresden (2009)	(ii) (iii) (iv) (v)	Viva
2005 (1986)	Reino Unido	St Kilda	(iii)(v)(vii)(ix)(x)	Relíquia
2005	Nigéria	Templo de Osun no Bosque Sagrado	(ii) (iii) (iv)	Associativa
2005	Israel	Rota do Incenso - Cidade do Deserto de Negev	(iii) (iv)	Relíquia
2006	México	Paisagem de Agave e Antigas Instalações Industriais de Tequila, México	(ii) (iv) (v) (vi)	Viva
2006	Reino Unido	Paisagem da Mineração Cornwall and West Devon	(ii)(ii) (iv)	Viva
2007	Azerbaijão	Paisagem Cultural de Arte Rupestre do Gobustão	(iii)	Relíquia
2007	Gabão	Ecossistema e Paisagem Cultural Relíquia de Lopé-Okanda	(iii)(iv)(ix)(x)	Relíquia
2007	Japão	Mina de prata de Iwami Ginzan e sua Paisagem Cultural	(ii)(iii)(v)	Relíquia
2007	África do Sul	Paisagem cultural e botânica de Richtersveld	(iv)(v)	Viva
2007	Suíça	Lavaux e os Terraços de Vinhedos*	(iii)(iv)(v)	Viva
2008	Quênia	Floresta Sagrada de Mijikenda Kaya	(iii)(v)(vi)	Associativa
2008	Vanuatu	Domínio do chefe Roi Mata	(iii)(v)(vi)	Associativa
2008	Croácia	Stari Grad Plain	(ii)(iii)(v)	Relíquia

2008	Maurícia	Paisagem Cultural Le Morne	(i)(vi)	Viva
2008	Papua Nova Guiné	Sítio de Agricultura Primitiva de Kuk	(iii)(iv)	Viva
2009	Quirguistão	Montanha Sagrada de Sulaiman-Too	(iii)(iv)	Associativa
2009	China	Monte Wutai	(ii)(iii)(iv)(vi)	Viva
2010	China	Parque Nacional de Lushan	(ii)(iii)(iv)(vi)	Associativa
2010	Estados Unidos	Papahānaumokuākea	(iii)(vi)(vii)(ix)(x)	Associativa
2010	México	Cavernas pré-históricas de Yagul y Mitla nos Vales Centrais de Oaxaca	(iii)	Relíquia
2011	Irã	O Jardim Persa	(i)(ii)(iii)(iv)(vi)	Definida
2011	Síria	Aldeira antigas do norte da Síria	(iii)(iv)(v)	Relíquia
2011	China	Paisagem Cultural do Lago Oeste de Hangzhou	(ii)(iii)(vi)	Viva
2011	Colômbia	Paisagem Cultural Cafetero*	(v)(vi)	Viva
2011	Espanha	Paisagem cultural da Serra de Tramuntana-Mallorca	(ii)(iv)(v)	Viva
2011	Etiópia	Paisagem Cultural de Konso	(iii)(v)	Viva
2011	França	As Causses e as Cévennes, paisagem cultural agropastoril mediterrânea	(iii)(v)	Viva
2011	Senegal	Delta de Saloum	(iii)(iv)(v)	Viva
2012	Brasil	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar*	(v)(vi)	Viva
2012	Canadá	Paisagem de Grand Pré	(v)(vi)	Viva
2012	França	Bacia mineira Nord-Pas de Calais*	(ii) (iv) (vi)	Viva
2012	Indonésia	Paisagem cultural da Província Bali: Sistema Subak como uma manifestação da Filosofia Tri Hita Karana	(ii)(iii)(v)(vi)	Viva
2012	Senegal	Paisagens culturais de Bassari, Fula e Bedik	(iii)(v)(vi)	Viva
2013	Alemanha	Bergpark Wilhelmshöhe	(iii)(iv)	Definida
2013	Ucrânia	Cidade Antiga de Tauric Chersonese e sua Chora	(ii)(v)	Relíquia
2013	China	Paisagem Cultural dos Terraços de Arroz Honghe Hani	(iii)(v)	viva
2014	Vietnã	Complexo de Paisagens Tràng Na	(v) (vii) (viii)	relíquia
2014	Itália	Paisagem de Vinhedo de Piedmont: Langhe-Roero e Monferrato	(iii) (v)	viva
2014	Palestina	Palestina: Terra de oliveiras e videiras - Paisagem Cultural do sul de Jerusalém, Battir	(iv) (v)	viva
2015	Sigapura	Jardim Botânico de Sigapura	(ii) (iv)	definida
2015	Dinamarca	Paisagem de caça medieval no norte da Zelândia	(ii) (iv)	definida
2015	Turquia	Paisagem Cultural da Fortaleza Diyarbakır e Jardins Hevsel*	(iv)	viva
2015	Mongolia	Grande Montanha Burkhan Khaldun e sua paisagem sagrada circundante	(iv) (vi)	associativa
2015	Uruguai	Paisagem Cultural Industrial de Fray Bentos	(ii) (iv)	relíquia

Total de sítios: 93

***Paisagens com áreas urbanas**

Paisagem viva: 52 | Paisagem relíquia: 19

Europa: 42 - América: 10 - Ásia: 15

Paisagem associativa: 15 | Paisagem claramente definida: 10

África: 12 - Oceania: 6 - Oriente Médio: 8

Anexo 7 | Paisagens Culturais com/em áreas urbanas

Paisagem Cultural Hallstatt-Dachstein Salzkammergut⁸⁶ | Áustria -1997

A atividade humana na paisagem natural magnífica de Salzkammergut nos Alpes orientais começou em tempos pré-históricos, com os depósitos de sal sendo explorados já no segundo milênio antes de Cristo. Este recurso formou a base da prosperidade da região até meados do século XX, uma prosperidade que se reflete na arquitetura da cidade de Hallstatt.



Fig. 55. Hallstatt. Autor: Hallstatt. Fonte: www.whc.unesco.org

Portovenere, Cinque Terre, e as Ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto)⁸⁷ | Itália -1997

Trata-se de uma paisagem cultural de grande valor paisagístico e cultural, pois representa a interação harmoniosa entre pessoas e natureza resultando em uma paisagem de pequenas cidades superando as desvantagens de um terreno íngreme, desigual. Ilustra um modo de vida tradicional que existe há mil anos.



Fig. 56. Autor: Geoff Mason. Fonte: Idem

Costa Amalfitana⁸⁸ | Itália - 1997

A costa Amalfitana é uma área de grande beleza física e diversidade natural, que tem sido intensamente colonizada por comunidades humanas desde o início da Idade Média. Há uma série de cidades com obras arquitetônicas e artísticas de grande importância. As áreas rurais mostram a versatilidade dos habitantes em adaptar o uso de diversos terrenos, com vinhas e pomares nas encostas, e pastagens nas áreas altas.



Fig. 57. Costa Amalfitana. Autor: Tim Schnarr. Fonte: Idem

Jurisdição de Saint-Emilion⁸⁹ | França - 1999

É uma paisagem excepcional inteiramente dedicada à viticultura, com muitos monumentos históricos finos em suas cidades e aldeias. A produção de uva foi introduzida na região pelos romanos, e intensificou-se na Idade Média. A área de Saint-Emilion beneficiou da sua localização na rota de peregrinação a Santiago de Compostela e muitas igrejas, mosteiros e hospícios foram construídos lá desde o século XI em diante.



Fig. 58. Jurisdição de Saint-Emilion. Autor: Jean-Jacques Gelbart. Fonte: Idem

⁸⁶ Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape. Fonte: whc.unesco.org/en/list/806/

⁸⁷ Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto). Fonte: whc.unesco.org/en/list/826/

⁸⁸ Costiera Amalfitana. Fonte: whc.unesco.org/en/list/830/

⁸⁹ Jurisdiction of Saint-Emilion. Fonte: whc.unesco.org/en/list/932/

Vale Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes⁹⁰ | França – 2000

O Vale do Loire é uma paisagem cultural excepcional de grande beleza, contendo vilas e aldeias históricas, grandes monumentos arquitetônicos (os castelos), e terras cultivadas formadas por muitos séculos de interação entre a sua população e do ambiente físico, principalmente o próprio rio Loire.



Fig. 59. Autor: Jean-Jacques Gelbart. Fonte: Idem

Istmo de Curonian | Lituânia/Rússia⁹¹ – 2000

A habitação humana desta península alongada de dunas de areia, remonta aos tempos pré-históricos. Ao longo deste período, foi ameaçada pelas forças naturais do vento e das ondas. Sua sobrevivência até os dias atuais tem sido possível apenas como resultado de esforços humanos incessantes para combater a erosão, ilustrado dramaticamente pela contínua estabilização e os projetos de reflorestamento.



Fig. 60. Istmo. Autor: Yurij Oshurkov. Fonte: Idem

Vale do Reno | Alemanha⁹²– 2002

Total de 65 km, o Vale do Reno Médio, com seus castelos, cidades históricas e vinhas, ilustra graficamente a longa história do envolvimento humano com uma paisagem natural dramática e variada. Ele está intimamente associado à história e durante séculos tem exercido uma poderosa influência sobre escritores, artistas e compositores.



Fig. 61. Autor: Amos Chapple. Fonte: Idem.

Paisagem Cultural Histórica da Região do Vinho Tokaj⁹³ | Hungria -2002

A paisagem cultural de Tokaj demonstra a longa tradição de produção de vinho na região de colinas baixas e vales fluviais. O padrão de vinhas, quintas, aldeias e pequenas cidades, com suas redes históricas de adegas ilustra todas as facetas da produção dos famosos vinhos de Tokaj, a qualidade e a gestão que foram estritamente regulado por quase três séculos.



Fig. 62. Autor: Amos Chapple. Fonte: Idem

⁹⁰ *The Loire Valley between Sully-sur-Loire and Chalonnes*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/933

⁹¹ *Curonian Spit*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/994

⁹² *Upper Middle Rhine Valley*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1066

⁹³ *Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1063

Vale do Elba em Dresden | Alemanha – 2004/2009

Descrita no Capítulo 2, p. 60.

Lavaux e os Terraços de Vinhedos⁹⁴ | Suíça – 2007

Os terraços se estendem por cerca de 30 km ao longo do Lago de Genebra, cobrem as encostas mais baixas da montanha entre as aldeias e do lago. Os presentes terraços de vinha remonta ao século XI. É um excelente exemplo de uma interação secular entre as pessoas e seu ambiente, de forma a otimizar os recursos locais de forma a produzir um vinho valorizada e importante para a economia local.



Fig. 63. Autor: Jean-Jacques Gelbart. Fonte: Idem

Bacia de Mineração Nord-Pas de Calais | França⁹⁵ - 2012

Uma paisagem moldada ao longo de três séculos de extração de carvão, o sítio possui 120.000 ha com poços de mineração, estações ferroviárias, vilas mineiras, incluindo habitações, escolas, edifícios religiosos, etc. O local é um testemunho da busca para criar cidades de trabalhadores modelo a partir de meados do século XIX até a década de 1960 e ainda ilustra um período significativo na história da Europa industrial e das condições de vida dos trabalhadores



Fig. 64. Cité Sabatier à Raismes. Autor: Hubert Bouvet. Fonte: Idem

Paisagem Cultural Cafetero | Colômbia – 2012

Descrita no Capítulo 2, p.61.

Paisagem Cultural da Fortaleza Diyarbakır e Jardins Hevsel⁹⁶ | Turquia – 2015

A cidade fortificada de Diyarbakır e a paisagem ao redor tem sido um importante centro desde o período helênico. O sítio engloba o castelo interior e as muralhas da cidade 5,8 km de extensão numerosas torres, portões e contrafortes. Também inclui os jardins Hevsel, uma ligação verde entre a cidade e o rio Tigre que forneceu alimentos e água a cidade.



Fig. 65. Jardins Hevsel e fortaleza. Autor: Maco Vargas. Fonte: Idem

⁹⁴ *Lavaux, Vineyard Terraces*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1243

⁹⁵ *Nord-Pas de Calais Mining Basin*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1360

⁹⁶ *Diyarbakır Fortress and Hevsel Gardens Cultural Landscape*. Fonte: whc.unesco.org/en/list/1488

Apêndice A | Entrevista

Rio de Janeiro, novembro de 2015.

Entrevistada: Isabelle Cury, Arquiteta D.Sc., Assessoria de Paisagem. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência do Estado do Rio de Janeiro.

Entrevistadora: Flora Oliveira de Souza Cardoso.

Qual a responsabilidade do IPHAN com relação ao bem? A gestão é compartilhada de que forma?

O Iphan coordena a gestão. O sítio do Patrimônio Mundial é o Parque da Tijuca, o Pão de Açúcar, o Jardim Botânico, o Parque do Flamengo, a orla e as fortificações. No parque você tem o chefe do parque, no Jardim Botânico tem o diretor, as fortificações são do exército. Agora, tanto a orla de Copacabana quanto o Parque do Flamengo você não tem uma unidade gestora. O IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade) a princípio ficaria como unidade gestora, mas existem muitos interesses e muita gente que age na área não única exclusivamente o IRPH.

E a zona de amortecimento?

A zona de amortecimento é de um trabalho conjunto, ninguém ficou responsável isoladamente. Seria mais afeto a secretaria, tanto porque o Parque do Flamengo, a Fundação Parques e Jardins participa, a Secretaria de Meio Ambiente, não só o IRPH, a Secretaria de Conservação, a Comlurb que faz a poda. Então são diversos órgãos envolvidos. A princípio deveria todos eles estarem encabeçados pelo IRPH, mas não tem sido muito bem assim.

O IPHAN então coordena?

Não, o IPHAN faz a gestão do Comitê Gestor, e as áreas tombadas, lógico, pelo IPHAN são afetas.

Sobre o processo, Rafael Ribeiro fala que o desejo era que a delimitação fosse muito maior, mas por conta das exigências da UNESCO se reduziu o sítio. Qual era a delimitação desejada?

A UNESCO tem normas muito bem definidas, e então Paisagem cultural para eles são projetos de patrimônio paisagístico. No trato da paisagem você tem a paisagem global, que são os marcos geográficos e você tem paisagem criada pelo homem, então é uma conjugação dos dois. Como paisagem criada você tem o agenciamento da orla de Copacabana, o Parque do Flamengo e a Floresta da Tijuca é uma floresta plantada, não é uma floresta natural. Então ela é oriunda de reflorestamento, tem recantos, todo um patrimônio cultural muito intrínseco e associado a ela.

Então a UNESCO foi muito rigorosa nesse sentido, de que fosse determinado única e exclusivamente essas área onde tivesse ocorrido a interação homem natureza. Pão de Açúcar não só a beleza da pedra, mas também aquele sistema de bondinho é um sistema raro, é um sistema único que passou a existir desde o século passado, então ele também contribuiu nessa leitura. E na boca da baía de Guanabara as duas fortificações, que eu acho

que é um marco da entrada da baía. Aquelas duas fortificações são realmente bastante interessantes.

Na avaliação da candidatura se retoma a candidatura anterior na categoria sítio misto natural e cultural (2002), citando que a avaliação julgou a Floresta da Tijuca como um bem não natural.

Não, a proposta foi de um bem natural. A primeira proposta foi em 2002, está como patrimônio natural. Se sugere que seja incluído como bem misto ou como paisagem cultural, mas como é floresta em uma área de paisagem, então foi incluído em uma área de paisagem.

Era a Floresta da Tijuca e o Pão de Açúcar?

Tinha mais coisa, incluía a Lagoa Rodrigo de Freitas, não me lembro do resto.

O desejo de ser uma área maior é do IPHAN?

Não, todo o pessoal do Rio de Janeiro, as pessoas que trabalharam na candidatura da Prefeitura queriam uma área muito mais extensa. Mas as que se adequaram às normativas foram essas.

E avançava mais em direção ao Centro?

Não, nas áreas de agenciamento paisagístico. Tinha uma proposta anterior que incluía o Centro da cidade.

Sobre a chancela do IPHAN, quais paisagens culturais já foram chanceladas?

Vale da Ribeira em São Paulo e os caminhos da Imigração em Santa Catarina. Só os dois.

Foi dito no Colóquio Ibero-Americano da Paisagem de 2014 que a chancela estava em revisão, qual seria o motivo?

Não sei, porque eles não conversaram com a gente sobre isso, mas eu entendo que há mais a dificuldade de implantação do instrumento. Porque para um instrumento você pressupõe que se forme um conselho das pessoas que estejam de acordo. Então essa questão desse instrumento de gestão pelo pacto dificulta um pouco mais.

O texto as chancela da paisagem pelo IPHAN é mais abrangente que o da UNESCO. Quais as noções ou conceitos utilizados pelo IPHAN são de que campo do conhecimento?

Não, não tem. Desde o Decreto 25 que criou o patrimônio você propõe a preservação das áreas de patrimônio paisagístico, natural é paisagístico. Mas efetivamente só na década de 80 que um grupo, que inclusive trabalhou no Jardim Botânico, passou a partir da gestão do Aloísio Magalhães criou um grupo de patrimônio natural dentro do IPHAN. Esse grupo, então é que sempre liderou e encabeçou essa proteção. E agora não tem mais ninguém, porque se aposentaram e hoje então a dificuldade em Brasília de ter uma pessoa realmente com conhecimento suficiente para tocar essa área. Eles chegaram a produzir alguns documentos, do que é o patrimônio natural, logo que criaram. Quando foi criada a chancela também foi produzido um documento do que é a paisagem cultural.

E sobre a Paisagem Histórica Urbana da UNESCO? A paisagem do Rio de Janeiro não se enquadra?

São cidades históricas, o Rio de Janeiro é uma paisagem cultural orgânica, ela não utiliza esse conceito. Então a paisagem histórica urbana, a recomendação da UNESCO ela é ligada justamente a essa questão das dissonâncias dentro das cidades. Então eles colocam no livro uma foto do Hotel Meridiano, hoje é o Windsor ali na praia de Copacabana, então você tem o gabarito ditado em Copacabana e de repente aparece uma dissonância. A paisagem histórica urbana ela é muito nesse sentido de evitar dissonâncias de criar também mecanismos de gestão entre os órgãos de patrimônio, a sociedade. Então ela vai nesse sentido, não vai no sentido de dar conta da paisagem cultural. Vai no sentido de ser um complemento maior ao que nós chamamos aqui no Brasil de patrimônio ambiental urbano. Eles chamam de paisagem histórica urbana.

Ano passado teve o ICOMOS, sobre a paisagem, em Florença. Os italianos entendem a coisa da geografia, não tem jeito, muito fechados. Conceitos que servem para lá e não servem para cá. Totalmente inadequado para cá. É adequada a realidade deles. Eu fiquei muito decepcionada, achei que se pudesse avançar um pouco, mas não teve avanço nenhum.

A paisagem cultural é um pensamento muito exclusivo europeu, mas eu entendo cada vez mais que as pessoas estão se dando conta de que o natural e o cultural também não podem andar separados. Então existe uma costura muito maior.

Como profissional que atua com paisagens, para você o que é paisagem?

Eu trabalho com patrimônio paisagístico reconhecido pelo IPHAN, então a gente tem algumas categorias que foram colocadas. E hoje em dia o que falo pra você do que eu tenho discutido com o pessoal da UNESCO, e tenho lido no texto de uma professora americana, não vou lembrar o nome dela. É que agora está se partindo pra uma questão que chama sistemas culturais territoriais, então eu acho que essa paisagem do Rio foi um primeiro passo nesse sentido, de você reconhecer os sistemas culturais territoriais, fugir um pouco dessa coisa de é cultural urbano, não é urbano... essa discussão. E você partir pra um pensamento... Outro dia desse teve um seminário sobre rio da Carioca, que nasce na praça da Tijuca e está desembocando hoje lá no Parque do Flamengo. Então eles estão pensando na revitalização do rio da Carioca, e eu penso assim, isso é um sistema cultural territorial. É um rio que marcou a memória...

Seria como Unidade de Paisagem?

É. Você tem a Floresta da Tijuca que é uma unidade, você tem o Pão de Açúcar e Urca que outra unidade, o Parque do Flamengo uma unidade. Você juntou diversas unidades e transformou nas paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Isso é um sistema cultural territorial. Eles não aceitam de forma alguma que IPHAN fale que é uma paisagem cultural urbana. Isso eles combatem muito, muito. E depois de muita briga nessas reuniões que nós temos, inclusive no Paço Imperial a dois ou três anos atrás. E depois eu fui ler transformações urbanas das cidades? Um livro do Schuler. Tem Nova York, Buenos Aires e Rio de Janeiro, fala da Região Portuária. E tem uma professora de Nova York falando sobre o Central Park, e ela coloca também essa ideia, dos sistemas.

Entrevista concedida por CURY, Isabelle. [nov. 2015]. Entrevistador: Flora Oliveira de Souza Cardoso. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo .mp3 (24 min.).

Apêndice B | Palestra

Belo Horizonte, setembro de 2014.

Palestrante: Rafael Winter Ribeiro, Geógrafo, Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFRJ, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN.

Tema/Local: Mesa redonda: Gestão da paisagem cultural: desafios no 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – desafios e perspectivas.

[Paisagem Cultural] das obras desenhadas pelo homem que é fundamentalmente o Rio de Janeiro modernista, o Rio de Janeiro das grandes obras de paisagismo do século XX, o Aterro do Flamengo e a orla de Copacabana e junto com ela o discurso da entrada da baía de Guanabara, e o discurso da (...). E por outro lado, na outra ponta a Floresta da Tijuca que é construída na relação... Se a gente não pôde fazer uma coisa enquanto uma síntese do que se pode considerar importante como Patrimônio Mundial no Brasil, a gente foi construindo uma narrativa que se enquadrasse dentro da ideia de paisagem cultural da UNESCO, que é relação entre homem e natureza.

Então o que Rio teria de valor excepcional da relação entre homem e natureza? E pra gente, nessa discussão o que aparece é a relação da cidade com o sítio. O sítio com relação à cidade, a montanha e o mar, que dá o nome inclusive para a inscrição do Rio de Janeiro, paisagens cariocas, são paisagens entre a montanha e o mar. Essa relação da cidade com o mar e a montanha é que vai aparecer.

Porém, [descreve o mapa com a indicação do sítio] em mais escuro o que é sítio e em amarelinho mais clarinho, o que vira zona de amortecimento. A questão que apareceu pra gente, por que o Rio quer ser Patrimônio Mundial? Como dizia o presidente do IPHAN na época, o Rio de Janeiro não precisa de mais um título de miss, de beleza, isso ele já tem. Não é simplesmente dizer que você é bonito e pronto. Não é só esse reconhecimento. E além disso, se a gente pensar, a cidade já é protegida, ela tem um nível de proteção altíssimo. O Carlos Fernando, que era Presidente do IPHAN na época, falava em palestra, que ele mandava mais que o prefeito do Rio de Janeiro. Se você esse mosaico de proteção do Rio de Janeiro, essa área está toda protegida, em vários níveis de proteção ambiental, cultural, do Estado, da Prefeitura. Proteção já tem sobrando.

O que a gente queria, o que o Rio de Janeiro queria com a inscrição? Era fundamentalmente um instrumento de gestão compartilhada, algo que pudesse incluir as três esferas de governo, pela primeira vez sentar junto e discutir a gestão daquela área. Esse era o principal objetivo. Por isso a gente dizia inclusive, o sítio em si óbvio que é importante, o dossiê é importante, mas o mais importante seria o plano de gestão. Porque é esse plano de gestão que seria de fato algo inovador no Rio de Janeiro, é esse plano de gestão que seria algo que a gente brigou, com uma expectativa muito grande.

Na verdade a inscrição do Rio de Janeiro ela não apresentou tanta novidade assim, porque ela dialoga com as tradições que a UNESCO já incluía, áreas de parques, grandes parques, áreas públicas, isso que foi inscrito no Rio de Janeiro como paisagem cultural. A gestão, compartilhar a gestão beneficiaria a cidade como um todo.

Mas alguns problemas aparecem nessa história, que seriam o calcanhar de Aquiles na inscrição do Rio de Janeiro. Quando em 2008 a proposta é feita, tinha uma série de ações que seriam realizadas em paralelos a inscrição, que por razões institucionais, várias razões, não foram feitas, e se concentrou na preparação do dossiê. Uma das características da inscrição pra UNESCO, é que ao mesmo tempo em que a UNESCO diz que tem que ter participação popular, ela diz claramente, tem que ter, ao mesmo tempo o conjunto de regras, de normas, dificulta encaixar uma narrativa de maneira tão restrita dentro das normas, deixa pouco espaço (...). Isso incomoda e incomodou muito, mas a gente ainda assim insere isso dentro da gestão, de ter a participação da população.

Em 2012... Normalmente no ato da inscrição deve-se entregar o plano de gestão já no momento da candidatura. O Rio de Janeiro, pelo ineditismo da inscrição, a primeira grande área urbana inscrita como paisagem cultural, a UNESCO aceitou uma proposta preliminar de como seria essa gestão. A UNESCO aceitou a inscrição do Rio de Janeiro como o compromisso de que em 2014 fosse entregue o plano de gestão. Teríamos dois anos para preparar esse plano de gestão do Rio de Janeiro. E a grande novidade do Rio de Janeiro já estava acontecendo, já foi pensada durante a candidatura, que seria construir um comitê gestor. A gestão vai ser feita a partir de um comitê gestor, um instrumento institucional, que possa colocar as três esferas do governo juntas e que possa envolver a população. O modelo federativo no Brasil é um modelo que dificulta muito a relação entre as esferas, tanto na vertical quanto na horizontal. Construir mecanismos de relacionamento horizontal entre entes federativos é complicado, nos anos 70 a proposta de região metropolitana não foi pra frente, não deu certo. Exatamente por conta dessas dificuldades, porque não tem uma institucionalidade. Hoje em dia os consórcios municipais funcionam em alguns casos em outros casos não. Já um instrumento vertical, com os três níveis e articulando o cultural e o ambiental, seria a grande novidade. Temos um comitê funcionando nesse sentido, com alguns problemas.

Quando se começou a discutir como isso seria montado, nós deveríamos ter começado a preparação desse dossiê antes, tivemos problemas de contratação, que demorou muito, o comitê trabalhou em alguns caminhos, na hora de contratar não se conseguiu contratar. E o que nós fizemos foi no apagar das luzes, nos reunimos em um esforço hercúleo, pra conseguir reunir isso para entregar para UNESCO em fevereiro um dossiê com um plano que fosse aceitável, ou então um modelo mais ou menos, que primeiro define quais são os objetivos, a descrição do sítio, quais impactos e pressões observados, relata a gestão atual do sítio, mostrando o plano de manejo.

Mas, a ideia de que uma coisa fundamental sob a qual o todo foi montado em cima do valor, que valores são esses? O que nós fizemos foi identificar o elemento, os elementos dessa paisagem, do sítio inscrito, Parque Nacional da Floresta da Tijuca, Parque do Flamengo, a orla de Copacabana, os fortes históricos. Identificar quais os atributos desses elementos e as características deles. Então em cima disso pensaria a gestão do sítio e em função disso o comitê gestor seria constituído com base no apoio, no monitoramento e na articulação de diferentes esferas. E outro elemento também que é incorporado no plano de gestão é pensar que se falando de paisagem a gente não pode pensar em apenas uma escala. Pra gente pensar nessa área nas três escalas, que a gente tá chamando de escala macro que é da cidade como um todo, outra que é a escala de determinadas áreas e a escala do bairro da rua. A gente tem que pensar como é que a gente vai gerir dentro dessas três escalas, da relação entre elas, entre esses valores, e o plano dentro dessa ideia.

O comitê gestor, assumindo o papel de constituição das diretrizes, apoio e implementação dessas diretrizes, o monitoramento e a articulação das esferas. Incluindo aí o plano de manejo do Parque da Tijuca, o plano de manejo do Pão de Açúcar, o plano de manejo do Jardim

Botânico, indica a construção de um plano de manejo pro Parque do Flamengo, indica a despoluição da baía de Guanabara, que também é outro problema.

E aí pra concluir de verdade, se a gente puder fazer uma análise um pouco disso, do que isso nos permitiu. De cara, algumas áreas que são problemáticas onde não se conseguiu se quer discutir no âmbito do plano de gestão e do comitê gestor. A despoluição da baía de Guanabara é um dos problemas que UNESCO mais acha grave, e que de fato do Estado brasileiro não faz da maneira que deve. Tanto é que uma coisa que no comitê gestor não se conseguiu.

Então teve uma série de dificuldades institucionais, teve greve, isso gerou uma irregularidade, são pouquíssimas as reuniões do comitê gestor, uma dificuldade de implementação dessas coisas, nós pensamos em algo fosse muito mais amplo e até agora ainda está bastante tímido. Embora, o principal, a ferramenta, ela está se articulando, está sendo construída, a ferramenta está sendo montada, mais lento do que a gente gostaria que fosse. Já tem dois anos e agora é que vai sair uma nova nomeação do comitê gestor, incluindo outros setores. Isso é tudo relevante, mas tímido.

Alguns pontos são bastante favorável, como a ampla adesão do setor público do comitê gestor, de quase todos os setores convocados participaram e construíram. Estou falando do Jardim Botânico, da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura, Secretarias do Estado. Isso é um avanço bastante significativo, de estar construindo esse instrumento.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro já incorporou essa discussão. O Plano Diretor do Rio de Janeiro vai dizer em 2012 que a paisagem é um bem mais importante cidade, e que a políticas públicas devem ser pautadas por ela. Isso está na discussão no Rio, os técnicos da prefeitura estavam nessa discussão a muito mais tempo e conseguem colocar isso no plano. Um outro elemento do plano do Rio vai falar em direito a paisagem, não só as excepcionais, mais todas as paisagens do Rio de Janeiro, isso é um avanço. E o início da participação da sociedade civil, o que a gente não tinha conseguido originalmente. Mas o interessante é o IPHAN receber uma carta da federação das associações dos moradores do Rio de Janeiro pedindo a participação no comitê gestor, e na última reunião essa carta foi lida e aprovada a participação da associação, o que é bastante interessante.

Acho que tem um avanço no Rio de Janeiro, e se a iniciativa do IPHAN se ela não é um mar de rosas, ninguém nunca pensou que fosse, é claro que a gente tem muitas expectativas, mas ao longo do processo a gente vê exatamente isso, mas foi o papel de trazer a paisagem como parte das políticas pública, de a gente pensar como vai se adequando a isso, mas ainda, da gente insistir em desenvolver mecanismos de inclusão desta discussão com a sociedade. Discutir que valores são esses, se pra UNESCO a gente tem um determinado tipo de valor, isso não que dizer que na gestão, não que dizer que a política pública de paisagem no Rio de Janeiro deva de ater a isso. Então é isso, no final das contas a gente teve muito mais avanços do que retrocessos, muito mais avanços no problema. Aos poucos, menos do que a gente gostaria, o avanço está sendo feito.

[Abre para questões]

Com relação à questão homem-natureza. É isso, homem é natureza, o homem é cultura. A título de querer identificar a relação homem-natureza, se você partir com questão corre o risco de cair nesse problema. Cadê a natureza? Você tem quase que dizer: olha a natureza está aqui, a cultura está aqui, e elas se relacionam dessa forma. Mesmo o dossiê dizendo: olha, a cidade foi construída historicamente. Pra entender Buenos Aires você tem que entender sua relação com o rio, entender sua relação com o pampa. Mas a UNESCO que saber onde está isso, hoje na paisagem, que elementos nesse sítio apontam para isso? A gente finca em uma dificuldade enorme de incluir área urbana. Isso limita, isso cria alguns problemas, que não precisavam. (...) A UNESCO se amarrou e agora está com uma dificuldade enorme de colocar...

E há uma nova categoria ou abordagem, acho que a paisagem cultural urbana. Quando o Rio de Janeiro foi inscrito, se dizia a primeira paisagem cultural urbana da UNESCO. Essa categoria não existe ainda, naquele momento não existia, não é uma categoria definida. É um pouco de pressão pra isso seja reconhecido, que a gente possa de fato trabalhar isso a nível de Patrimônio Mundial, um alargamento do Patrimônio Mundial que a gente está tentando, e é o papel do Brasil fazer isso também.

[Sobre a delimitação excluir a população] Pelo contrário, o que está inscrito no Rio de Janeiro são as áreas públicas, são os parques, a praia, onde as pessoas se encontram. É o Parque do Flamengo, a Floresta da Tijuca, são as áreas públicas, os lugares públicos da cidade, é exatamente isso, os lugares de encontro da cidade que foram privilegiados. Agora é verdade, originalmente a gente primou muito, toda aquela parte da cidade que fica entre o mar e a montanha entrasse como sítio, mas a UNESCO veio e disse não. Como é que você vai colocar Botafogo que é o bairro que hoje em dia tem a maior, da zona sul do Rio de Janeiro, que tem a maior quantidade de lançamentos imobiliários ali, dentro dessa área. Mas a gente dizia: olha a paisagem do Rio de Janeiro está só a relação da montanha com o mar, trocar um prédio por outro, desde que sejam mantidas determinadas condições não faz tanta diferença. Mas na UNESCO isso não passou. E aí qual foi a decisão do IPHAN, vamos fazer o possível já caminhando, já discutindo com a UNESCO pra uma possível ampliação do sítio. O sítio do Rio de Janeiro já vai pra UNESCO com o próprio IPHAN já assinalando: no momento em que a gente conseguir uma abertura maior nas ideias de paisagem cultural dentro da UNESCO a gente vai fazer a ampliação do sítio. Isso já foi a ideia.

Palestra concedida por RIBEIRO, Rafael Winter. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – desafios e perspectivas. Mesa redonda: Gestão da paisagem cultural: desafios. [set. 2014]. Belo Horizonte: IEDS; MACPS; IPHAN, 2014. 1 áudio mp3 (18 min).

